



SONAE COM

RELATÓRIO  
E CONTAS  
9M14



*A informação financeira consolidada contida neste reporte é baseada em Demonstrações Financeiras não auditadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), tal como adotadas pela União Europeia.*



## Índice

1.	Resultados Consolidados Sonaecom	4
1.1	NOS	5
1.1.1	Indicadores Financeiros	5
1.1.2	Desempenho bolsista	6
1.2	Software e Sistemas de Informação (SSI)	6
1.2.1	Indicadores Operacionais	7
1.2.2	Indicadores Financeiros	7
2.	Principais Desenvolvimentos Corporativos no 3T14	9
3.	Outras Informações	10
3.1	Demonstração de Resultados Consolidados da Sonaecom	10
3.2	Balanço Consolidado da Sonaecom	11
3.3	FCF Alavancado da Sonaecom	11
4.	Informação Financeira	12
4.1	Demonstrações Financeiras consolidadas da Sonaecom	12
4.2	Anexo às demonstrações financeiras consolidadas	20
4.3	Demonstrações Financeiras individuais da Sonaecom	83
4.4	Anexo às demonstrações financeiras individuais	90



## 1. Resultados Consolidados Sonaecom

### Notas Introdutórias

Até 26 de agosto de 2013, a Optimus - SGPS, S.A. (Optimus) era integralmente detida pela Sonaecom, SGPS, S.A. (Sonaecom). Após a concretização da fusão entre a Optimus e a ZON - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (Zon), a Sonaecom detém, desde 27 de agosto de 2013, uma participação de 50% no capital da ZOPT, SGPS, S.A. (ZOPT) que, por sua vez, detém uma participação de 50,01% no capital da NOS, SGPS, S.A. (NOS, anterior ZON Optimus, SGPS, SA.).

A Sonaecom ajustou as suas demonstrações de resultados de 2013 numa base pro-forma, assumindo que a fusão da Optimus e da Zon ocorreu em 1 de janeiro de 2013, com alguns efeitos de consolidação na empresa veículo co-controlada. Este critério, para além de assegurar uma comparação mais simples e rigorosa entre os resultados de 2013 e 2014, encontra-se em linha com o atual método de reporte pro-forma adotado pela NOS, assim como com as expectativas do mercado.

Adicionalmente, a Sonaecom deteve, até 25 de fevereiro de 2014, uma participação direta de 7,28% no capital da NOS. Após essa data, na sequência da oferta pública de aquisição geral e voluntária de ações próprias lançada pela Sonaecom, a participação direta no capital social da NOS foi reduzida para 2,14%.

A participação direta no capital da NOS encontra-se registada como 'Investimento ao justo valor através de resultados'.

O portefólio da Sonaecom inclui, ainda, 100% das áreas de Software e Sistemas de Informação (SSI) e Público, cujos resultados são integralmente consolidados, e alguns negócios de Média, cujos resultados são consolidados através do Método de Equivalência Patrimonial.

Em 18 de julho, a Sonaecom adquiriu uma participação de 60% do capital social da S21Sec, uma multinacional com sede em Madrid, especializada em serviços e tecnologias de cyber security. Este grupo foi totalmente consolidado na divisão SSI desde agosto de 2014.

Em 30 de setembro, a subsidiária Sonaecom – Sistemas de Informação, SGPS, S.A. vendeu à NOS – Comunicações, S.A. a totalidade do capital social da Mainroad. Na sequência desta operação, a Sonaecom ajustou as suas demonstrações de resultados de 2013 e do 1S14 numa base pro-forma, assumindo a Mainroad como uma operação descontinuada desde janeiro de 2013.

---

### Volume de Negócios

Nos 9M14, o Volume de Negócios consolidado alcançou 90,1 milhões de euros, aumentando 3,9% face aos 9M13, ou 1,0% excluindo o contributo da S21Sec.

Este desempenho foi consequência do aumento de 17,0% das Vendas de Equipamento, que mais do que compensou a diminuição de 1,4% das Receitas de Serviço.

### Custos Operacionais

Os Custos Operacionais ascenderam a 87,6 milhões de euros, 4,5% acima do valor registado no mesmo período de 2013. O nível de Custos com Pessoal aumentou 6,9% entre os dois períodos, principalmente devido ao número de colaboradores da S21Sec. Os Custos Comerciais aumentaram 19,3%, para 26,3 milhões de euros, impulsionados pelo aumento do Custo das Mercadorias Vendidas na SSI, em linha com a evolução das Vendas de Equipamento. Quanto aos Outros Custos Operacionais, o decréscimo é maioritariamente explicado pelo baixo nível de Provisões e de Custos de *Outsourcing*.

### EBITDA

O EBITDA atingiu 34,0 milhões de euros, 29,8% acima do valor alcançado nos 9M13, em resultado, principalmente, das operações descontinuadas. O EBITDA do portefólio e a linha referente ao Método de Equivalência Patrimonial decresceram 14,7% e 15,4%, respectivamente. A linha referente ao MEP foi particularmente afetada pelo contributo da ZOPT que, por sua vez, depende do Resultado Líquido da NOS. No que diz respeito ao EBITDA do portefólio, este alcançou 4,8 milhões de euros.

A margem EBITDA do portefólio registou 5,3%, um valor que compara com 6,5% no mesmo período de 2013. Esta evolução é sobretudo impulsionada pelo elevado peso das Vendas de Equipamento, as quais geram menores margens, e pelo EBITDA *breakeven* da S21Sec.



### Resultado Líquido

O EBIT da Sonaecom aumentou 36,0% quando comparado com o período homólogo, para 29,1 milhões de euros nos 9M14. Este acréscimo é maioritariamente explicado por um maior EBITDA.

Os Resultados Financeiros atingiram um valor negativo de 5,9 milhões de euros nos 9M14, apesar dos dividendos recebidos no montante de 1,3 milhões de euros através da participação directa de 2,14% na NOS. O ajustamento ao justo valor da NOS, tendo por base o preço de mercado, contribuiu com um valor negativo de 8,2 milhões de euros sendo que, no mesmo período de 2013, esse ajustamento foi positivo em 9,1 milhões de euros.

O EBT da Sonaecom diminuiu para 23,2 milhões de euros sendo este decréscimo explicado pelo menor valor dos Resultados Financeiros.

O Resultado Líquido atribuível ao Grupo fixou-se nos 23,0 milhões de euros, valor que compara com 39,9 milhões de euros obtidos nos 9M13.

### CAPEX Operacional

O CAPEX Operacional do portefólio aumentou de 4,1 milhões de euros para 4,7 milhões de euros.

### Estrutura de Capital

A Dívida Bruta alcançou 16,9 milhões de euros, face a 29,5 milhões de euros obtidos nos 9M13.

A Dívida Líquida totalizou um confortável valor negativo de 166,0 milhões de euros – uma posição de *cash* positiva. A Dívida Bruta inclui a Dívida Bruta total de 10,0 milhões de euros da S21Sec, na qual a Sonaecom detém uma participação de 60,0%.

## 1.1. NOS

<b>TOTAL RGUs</b>	<b>RGUs CONVERGENTES</b>	<b>% Clientes 3P &amp; 4P</b>	<b>Subscritores IRIS</b>
7.445,2 milhares	1.487,7 milhares	76,6%	633,2 milhares

### 1.1.1 Indicadores Financeiros

Milhões de euros	3T13	3T14	Δ 14/13	2T14	q.o.q.	9M13	9M14	Δ 14/13
<b>DESTAQUES NOS PRO-FORMA</b>								
Volume de Negócios	361,6	347,8	-3,8%	345,0	0,8%	1070,5	1030,1	-3,8%
EBITDA	139,9	133,4	-4,6%	133,6	-0,1%	418,3	397,0	-5,1%
Margem EBITDA (%)	38,7%	38,4%	-0,3pp	38,7%	0,2pp	39,1%	38,5%	-0,5pp
Resultado Líquido	18,4	18,8	2,0%	18,4	2,0%	76,5	62,5	-18,4%
CAPEX	61,6	86,6	40,6%	88,6	-2,3%	188,8	231,9	22,8%
EBITDA-CAPEX	78,4	46,8	-40,2%	45,0	4,1%	229,5	165,1	-28,0%
CAPEX Recorrente	60,1	68,0	13,1%	71,8	-5,3%	184,3	192,6	4,5%
EBITDA-CAPEX Recorrente	79,8	65,4	-18,0%	61,8	5,9%	234,0	204,4	-12,6%

As Receitas Operacionais da NOS registaram 1.030,1 milhões de euros nos 9M14, uma diminuição de 3,8% face ao mesmo período do ano anterior.

O EBITDA alcançou 397,0 milhões de euros, uma redução de 5,1% quando comparado com os 9M13.

Nos 9M14, o CAPEX Recorrente atingiu 192,6 milhões de euros, um aumento de 4,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Como consequência da evolução do EBITDA e do CAPEX, o EBITDA-CAPEX Recorrente diminuiu 12,6%.

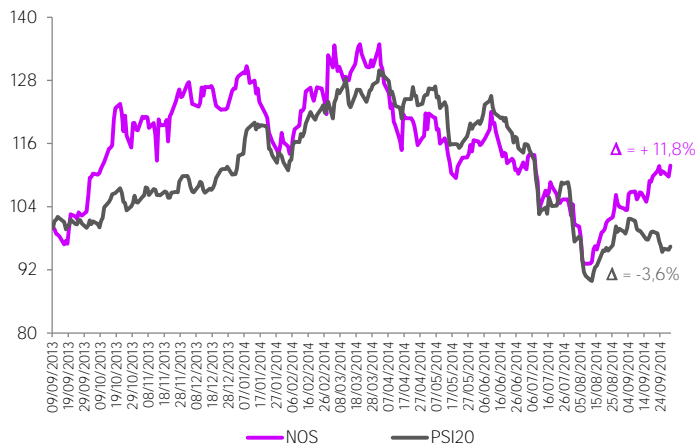
O rácio da Dívida Financeira Líquida face ao EBITDA (últimos 4 trimestres) manteve-se em 1,9x no final dos 9M14.

A maturidade média da Dívida Financeira Líquida foi significativamente alargada para 2,51 anos.

A NOS publicou os resultados dos 9M14 em 5 de novembro de 2014, disponíveis em [www.nos.pt](http://www.nos.pt).



### 1.1.2 Desempenho bolsista



No seguimento da fusão entre a Optimus e a ZON (actualmente NOS), desde o primeiro dia de negociação em bolsa das novas ações emitidas, 9 de setembro, até 30 de setembro de 2014, a capitalização bolsista da empresa valorizou 11,8%, o que corresponde a um aumento do preço da ação de €4,27 para €4,77. No mesmo período, o PSI20, principal índice nacional, desvalorizou 3,6%.

### 1.2. Software e Sistemas de Informação (SSI)

Durante o 3T14, a SSI deu passos sólidos no prosseguimento da sua estratégia de gestão activa de portefólio. Depois da aposta no mercado crescente de *cyber security*, através da aquisição de uma participação de 60% do capital social da S21Sec, ocorrida em 18 de julho, a SSI vendeu 100% do capital social da Mainroad à NOS, em 30 de setembro, num contexto de crescente convergência entre as tecnologias de informação e comunicação.

Atualmente, a divisão de SSI da Sonaecom é composta por quatro empresas do sector IT/IS, focadas na expansão internacional. Após as duas últimas mudanças no portefólio, as receitas internacionais da SSI representam agora cerca de 64% das receitas totais (dados dos últimos dois meses).

A WeDo Technologies, líder mundial no mercado de *enterprise business assurance*, continuou a expandir a sua presença internacional. A Empresa, que colabora com algumas das principais empresas mundiais *blue chip* dos setores de retalho, energia e financeiro, assim como com mais de 180 operadores de telecomunicações de mais de 90 países, encerrou os 9M14 com as Receitas Internacionais a representar 75,1% do Volume de Negócios.

Focada na melhoria contínua dos seus serviços e produtos de *software*, a WeDo Technologies anunciou, em fevereiro de 2014, o lançamento do RAID:FMS 7, *software* que permite aos prestadores de serviço a gestão de ameaças de risco associados a novos produtos e serviços numa única plataforma, e está já a trabalhar no RAID 8.

De salientar ainda que, durante 2014, a empresa adquiriu novos clientes no Paquistão, Bangladesh, Malásia, Indonésia, Hungria, Marrocos, Bahrein, Omã, Madagáscar, Angola, Suíça, Alemanha, México (um dos principais retalhistas), Bolívia, EUA e Jamaica. Em Portugal, além da empresa de energia, já referida nos trimestres anteriores, a WeDo conquistou o primeiro cliente no segmento de saúde, o que reflete claramente o crescimento da empresa no mercado de *enterprise business assurance*, tanto em Portugal como no estrangeiro.

A S21Sec é uma multinacional com o seu principal escritório em Madrid, especializada em serviços e tecnologias de *cyber security* com o objetivo de proteger os activos digitais mais críticos e de elevado valor das organizações: dados, operações e imagem corporativa. Com os seus próprios produtos e plataformas, a empresa atua com um foco especial em anti-fraude e *e-crime* em vários segmentos como governo, entidades financeiras, telecomunicações, energia e outras infra-estruturas críticas.



A Saphety continua a consolidar a sua posição em soluções *purchase-to-pay*, otimização de processos de negócio e sincronização de dados de informação e multimédia para as organizações mundiais da GS1. A carteira de clientes da Saphety conta atualmente com mais de 8.100 clientes e 100.000 utilizadores em cerca de 20 países. Em 2014, a Saphety conquistou novos contratos, incluindo a Wal-Mart no México, o maior retalhista e a organização mundial; a GS1 Greece e a GS1 México, duas referências para as nossas soluções de sincronização; a Yazaki no Brasil, com a implementação do SaphetyDoc em mais de 76 fornecedores no setor automóvel; a Ford Lusitana, e a EDP em Portugal, com o SaphetyDoc. Adicionalmente, é de salientar que o mercado internacional representou 33% do total de encomendas.

No que diz respeito à Bizdirect, o Centro de Competência lançado em Viseu contou com a visita do Primeiro-Ministro Português e já entregou com sucesso alguns projetos. Este centro foi criado para dar resposta ao crescimento da procura de projetos em áreas de CRM (*customer relationship management*) e ECM (*enterprise content management*), investindo na formação de profissionais e focando-se no mercado internacional. O investimento em equipamento de IT e *software* registou também algumas melhorias, as quais permitiram à Bizdirect aumentar o seu Volume de Negócios em 23,1% nos 9M14 face ao período homólogo de 2013.

### 1.2.1 Indicadores Operacionais

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS	3T13 <sup>(R)</sup>	3T14	Δ 14/13	2T14 <sup>(R)</sup>	q.o.q.	9M13 <sup>(R)</sup>	9M14	Δ 14/13
Receitas Serviços IT/Colaborador <sup>(1)</sup> ('000 euros)	31,2	24,1	-22,8%	32,2	-25,3%	101,0	86,4	-14,5%
Vendas Equipamento em % Vol. Negócios	28,0%	31,2%	3,2pp	28,3%	2,9pp	23,8%	27,9%	4,1pp
Vendas Equipamento/Colaborador <sup>(2)</sup> ('000 euros)	221,0	363,8	64,6%	330,3	10,1%	551,3	791,2	43,5%
EBITDA/Colaborador ('000 euros)	5,3	4,0	-23,8%	3,6	10,7%	15,3	12,0	-21,8%
Colaboradores	596	825	38,4%	621	32,9%	596	825	38,4%

(1) Excluindo colaboradores dedicados a Vendas de Equipamento; (2) Bizdirect. (R) Os valores foram reexpressos de forma a reflectirem a estrutura da Sonaecom após a venda da Mainroad.

As Receitas de Serviço de IT por Colaborador atingiram 86,4 mil euros nos 9M14, 14,5% abaixo dos 9M13, devido ao efeito do crescimento de 38,4% no número de colaboradores. O rácio EBITDA por Colaborador atingiu 12,0 mil euros, 21,8% abaixo do período homólogo de 2013, fruto da evolução do EBITDA, associado ao crescimento do número de colaboradores.

Excluindo o impacto da S21Sec, as Receitas de Serviços de IT por Colaborador e o EBITDA por Colaborador atingiriam 92,9 mil euros e 13,1 mil euros, respectivamente.

As Vendas de Equipamento como percentagem do Volume de Negócios aumentaram de 23,8% para 27,9%, entre os 9M13 e os 9M14, em virtude da evolução das Vendas de Equipamento na Bizdirect.

### 1.2.2 Indicadores Financeiros

Milhões de euros	3T13 <sup>(R)</sup>	3T14	Δ 14/13	2T14 <sup>(R)</sup>	q.o.q.	9M13 <sup>(R)</sup>	9M14	Δ 14/13
SSI CONSOLIDADO - DEM. RESULTADOS								
Volume de Negócios	24,5	28,0	14,5%	26,9	4,3%	72,4	78,4	8,3%
Receitas de Serviço	17,6	19,3	9,4%	19,3	0,0%	55,2	56,5	2,5%
Vendas de Equipamento	6,9	8,7	27,4%	7,6	14,9%	17,3	21,9	26,7%
Outras Receitas	1,5	1,3	-13,3%	0,1	-	2,0	1,5	-23,3%
Custos Operacionais	22,8	26,0	14,0%	24,7	5,2%	65,6	71,8	9,5%
Custos com Pessoal	7,7	9,3	20,8%	7,7	21,6%	23,0	24,6	7,1%
Custos Comerciais <sup>(1)</sup>	7,1	8,6	22,0%	8,3	4,2%	17,8	22,6	27,1%
Outros Custos Operacionais <sup>(2)</sup>	8,0	8,0	0,2%	8,7	-8,3%	24,8	24,6	-1,0%
EBITDA	3,6	8,9	146,1%	2,4	-	9,7	14,1	44,9%
EBITDA do portefólio <sup>(3)</sup>	3,1	3,3	5,4%	2,2	47,0%	8,9	8,2	-7,6%
Unidades descontinuadas <sup>(4)</sup>	0,5	5,6	-	0,2	-	0,9	5,9	-
Margem EBITDA (%)	12,8%	11,8%	-1,0pp	8,4%	3,4pp	12,2%	10,4%	-1,8pp
CAPEX Operacional <sup>(5)</sup>	1,1	1,5	35,3%	1,2	26,9%	3,8	4,1	9,2%
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	4,6%	5,4%	0,8pp	4,5%	1,0pp	5,2%	5,3%	0,0pp
EBITDA-CAPEX Operacional	2,0	1,8	-11,3%	1,0	69,9%	5,1	4,1	-20,1%
CAPEX Total	1,1	1,6	39,2%	0,7	119,3%	4,2	4,2	0,2%

(1) Custos Comerciais = Custo das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisão + Outros Custos; (3) Inclui os negócios integralmente consolidados na SSI; (4) Inclui o contributo da Mainroad até ao momento da sua venda; (5) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros (R) Os valores foram reexpressos de forma a reflectirem a estrutura da Sonaecom após a venda da Mainroad.



#### Volume de Negócios

O Volume de Negócios continuou a beneficiar da expansão internacional das empresas da SSI e da sua gestão activa de portefólio, tendo crescido 8,3% entre os 9M13 e os 9M14, registando 78,4 milhões de euros. As Receitas de Serviço aumentaram 2,5%, atingindo os 56,5 milhões de euros. As Vendas de Equipamento aumentaram 26,7% entre os 9M13 e os 9M14, totalizando 21,9 milhões de euros.

O mercado de Infraestrutura de IT, onde a Bizdirect se posiciona, tem manifestado sinais de recuperação em 2014.

Excluindo os dois meses de contribuição da S21Sec, nos 9M14 o volume de negócios da SSI teria aumentado 4,8%.

#### Custos Operacionais

Os Custos Operacionais aumentaram 9,5% entre os 9M13 e os 9M14, alcançando 71,8 milhões de euros, em virtude, principalmente, do maior nível de Custos Comerciais, mas também devido a um aumento dos Custos com Pessoal. No mesmo período, os Custos Comerciais aumentaram 27,1%, para 22,6 milhões de euros, devido ao maior Custo das Mercadorias Vendidas, alinhado com as maiores Vendas de Equipamento. Os Custos com Pessoal aumentaram 7,1%, sobretudo devido à integração da S21Sec.

#### EBITDA

O EBITDA total aumentou 44,9%, totalmente justificado pelas operações descontinuadas.

O EBITDA do portefólio atingiu 8,2 milhões de euros nos 9M14, diminuindo 7,6% face ao mesmo período do ano anterior. Este decréscimo é explicado pelo maior nível de Vendas de Equipamentos no total do Volume de Negócios, que gera menores margens. No entanto, no 3T14, o EBITDA do portefólio aumentou 5,4% face ao 3T13. A contribuição da S21Sec, apesar de positiva, foi marginal.

Consequentemente, a margem EBITDA do portefólio situou-se nos 10,4% nos 9M14, diminuindo 1,8 p.p., mas atingindo 11,8% no 3T14.

#### EBITDA-CAPEX Operacional

Como consequência do menor nível do EBITDA, o EBITDA-CAPEX Operacional situou-se nos 4,1 milhões de euros, diminuindo 20,1% quando comparado com os 9M13.



## 2. Principais Desenvolvimentos Corporativos no 3T14

Em 18 de julho de 2014, a Sonaecom adquiriu uma participação de 60% do capital social da S21Sec, uma empresa que atua no mercado crescente de segurança de IT. A S21Sec é uma multinacional, com o principal escritório em Madrid, especializada em serviços e tecnologias de *cyber security*, com uma equipa de mais de 200 especialistas em segurança de IT e com clientes ativos em 15 países.

Em 22 de setembro de 2014, a Sonaecom anunciou que a sua subsidiária Sonaecom – Sistemas de Informação, SGPS, S.A. (“SSI”), chegou a um acordo com a NOS – Comunicações, S.A. (“NOS”), para vender a totalidade do capital social da Mainroad – Serviços em Tecnologias da Informação, S.A. (“Mainroad”), uma empresa líder em Portugal na área de tecnologia da informação, com dois *data centers* - um no Porto e outro em Lisboa - e que oferece um conjunto completo de serviços: *business continuity, cloud computing e IT managed services*. A transação efectivou-se em 30 de Setembro.

## 3. Outras Informações

### 3.1. Demonstração de Resultados Consolidados da Sonaecom

Milhões de euros

DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS	3T13 <sup>(R)</sup>	3T14	Δ 14/13	2T14 <sup>(R)</sup>	q.o.q.	9M13 <sup>(R)</sup>	9M14	Δ 14/13
Volume de Negócios	28,9	31,8	9,8%	30,8	3,0%	86,8	90,1	3,9%
Receitas de Serviço	19,3	20,6	6,9%	20,8	-0,7%	61,9	61,0	-1,4%
Vendas de Equipamento	9,6	11,1	15,5%	10,0	10,9%	24,9	29,2	17,0%
Outras Receitas	1,8	1,6	-14,2%	0,4	-	2,7	2,3	-14,7%
Custos Operacionais	29,2	30,9	6,0%	30,1	2,6%	83,8	87,6	4,5%
Custos com Pessoal	10,3	11,8	15,3%	10,2	15,7%	30,4	32,5	6,9%
Custos Comerciais <sup>(1)</sup>	8,7	9,8	12,7%	9,6	1,7%	22,1	26,3	19,3%
Outros Custos Operacionais <sup>(2)</sup>	10,2	9,3	-9,2%	10,3	-9,7%	31,4	28,8	-8,2%
EBITDA	7,1	22,4	-	5,1	-	26,2	34,0	29,8%
EBITDA do portfólio <sup>(3)</sup>	1,6	2,4	51,5%	1,1	117,4%	5,6	4,8	-14,7%
MEP <sup>(4)</sup>	4,5	7,3	62,9%	3,9	86,0%	19,2	16,3	-15,4%
Unidades descontinuadas <sup>(5)</sup>	1,0	12,6	-	0,0	-	1,3	12,9	-
Margem EBITDA do portfólio (%)	5,5%	7,6%	2,1pp	3,6%	4,0pp	6,5%	5,3%	-1,2pp
Depreciações e Amortizações	2,0	1,7	-13,2%	1,9	-7,5%	4,7	4,8	1,9%
EBIT	5,1	20,6	-	3,2	-	21,4	29,1	36,0%
Resultados Financeiros	15,5	0,3	-97,8%	-8,5	-	21,2	-5,9	-
Proveitos Financeiros	19,4	0,7	-96,4%	0,3	122,3%	32,3	4,0	-87,7%
Custos Financeiros	3,9	0,4	-90,7%	8,8	-95,9%	11,0	9,9	-10,4%
EBT	20,6	21,0	1,6%	-5,3	-	42,7	23,2	-45,6%
Impostos	-1,1	-0,7	31,1%	0,7	-	-2,7	-0,4	86,0%
Resultado Líquido	19,6	20,3	3,4%	-4,6	-	39,9	22,8	-42,8%
Atribuível ao Grupo	19,6	20,5	4,5%	-4,6	-	39,9	23,0	-42,3%
Atribuível a Interesses Sem Controle	0,0	-0,2	-	0,0	-	0,0	-0,2	-

(1) Custos Comerciais = Custo das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Inclui os negócios integralmente consolidados pela Sonaecom; (4) Inclui a participação de 50% na Unipress, a participação de 50% na Infosystems, a participação de 45% na SIRS e a participação de 50% na ZOPT; (5) Inclui o contributo da Mainroad até ao momento da sua venda; (R) Os dados foram reexpressos, de modo a refletir, desde 1 de janeiro de 2013, a estrutura da Sonaecom após a concretização da fusão entre a Optimus e a Zon, e após a venda da Mainroad.

### 3.2. Balanço Consolidado da Sonaecom

Milhões de euros	3T13	3T14	Δ 14/13	2T14	q.o.q.	9M13	9M14	Δ 14/13
<b>BALANÇO CONSOLIDADO</b>								
Total Ativo Líquido	1196,2	1080,6	-9,7%	1057,3	2,2%	1196,2	1080,6	-9,7%
Ativo Não Corrente	771,3	773,1	0,2%	759,9	1,7%	771,3	773,1	0,2%
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	19,5	28,7	46,9%	21,7	32,1%	19,5	28,7	46,9%
Goodwill	29,6	29,5	-0,4%	28,6	3,2%	29,6	29,5	-0,4%
Investimentos	716,6	707,6	-1,3%	703,6	0,6%	716,6	707,6	-1,3%
Impostos Diferidos Ativos	5,5	7,1	27,7%	5,9	20,0%	5,5	7,1	27,7%
Outros	0,0	0,3	-	0,0	-	0,0	0,3	-
Ativo Corrente	424,9	307,5	-27,6%	297,5	3,4%	424,9	307,5	-27,6%
Clientes	29,6	39,4	33,1%	42,3	-6,7%	29,6	39,4	33,1%
Liquidez	197,8	182,9	-7,6%	174,6	4,7%	197,8	182,9	-7,6%
Outros	197,5	85,2	-56,8%	80,6	5,7%	197,5	85,2	-56,8%
Capital Próprio	1103,6	1004,3	-9,0%	978,7	2,6%	1103,6	1004,3	-9,0%
Atribuível ao Grupo	1103,3	1004,4	-9,0%	978,5	2,6%	1103,3	1004,4	-9,0%
Interesses Sem Controlo	0,3	-0,1	-	0,2	-	0,3	-0,1	-
Total Passivo	92,6	76,4	-17,5%	78,6	-2,9%	92,6	76,4	-17,5%
Passivo Não Corrente	31,3	18,4	-41,4%	8,9	106,3%	31,3	18,4	-41,4%
Empréstimos Bancários	25,7	8,5	-66,9%	4,4	94,5%	25,7	8,5	-66,9%
Provisões para Outros Riscos e Encargos	4,3	3,0	-30,2%	3,1	-3,3%	4,3	3,0	-30,2%
Outros	1,4	6,9	-	1,4	-	1,4	6,9	-
Passivo Corrente	61,2	58,0	-5,3%	69,7	-16,8%	61,2	58,0	-5,3%
Empréstimos	3,7	2,0	-46,3%	12,7	-84,5%	3,7	2,0	-46,3%
Fornecedores	18,1	21,5	19,0%	24,8	-13,5%	18,1	21,5	19,0%
Outros	39,5	34,5	-12,6%	32,2	7,2%	39,5	34,5	-12,6%
CAPEX Operacional <sup>(1)</sup>	1,3	1,9	45,5%	1,3	43,0%	4,1	4,7	13,5%
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	4,4%	5,8%	1,4pp	4,2%	1,6pp	4,8%	5,2%	0,4pp
CAPEX Total	1,3	1,9	51,6%	4,2	-54,5%	4,6	10,3	125,4%
EBITDA-CAPEX Operacional	0,3	0,6	75,1%	-0,2	-	1,5	0,1	-92,8%
Divida Bruta	29,5	16,9	-42,7%	17,6	-3,8%	29,5	16,9	-42,7%
Divida Líquida	-168,3	-166,0	1,4%	-157,0	-5,7%	-168,3	-166,0	1,4%

(1) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros.

### 3.3. FCF Alavancado da Sonaecom

Milhões de euros	3T13 <sup>(R)</sup>	3T14	Δ 14/13	2T14 <sup>(R)</sup>	q.o.q.	9M13 <sup>(R)</sup>	9M14	Δ 14/13
<b>FREE CASH FLOW ALAVANCADO</b>								
EBITDA do portefólio -CAPEX Operacional	0,3	0,6	75,1%	-0,2	-	1,5	0,1	-92,8%
Variação de Fundo de Maneio	-1,8	-3,4	-91,1%	-2,2	-58,3%	-0,1	-4,4	-
Items não Monetários e Outros	-1,0	0,2	-	2,2	-92,7%	-0,6	2,8	-
Cash Flow Operacional	-2,5	-2,7	-8,0%	-0,2	-	0,8	-1,5	-
Investimentos	115,0	14,0	-87,8%	-3,7	-	113,8	7,7	-93,2%
Dividendos	0,0	7,3	-	1,4	-	0,0	8,6	-
Ações Próprias	0,0	0,0	-	0,0	-	-2,5	0,0	100,0%
Resultados Financeiros	10,3	1,0	-90,0%	0,1	-	15,6	-0,3	-
Impostos	-1,4	-0,7	51,3%	-0,2	-	-2,4	-1,1	55,0%
FCF <sup>(1)</sup>	121,4	18,9	-84,4%	-2,5	-	125,3	13,5	-89,2%

(1) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos; (R) Os dados foram reexpressos, de modo a refletir, desde 1 de janeiro de 2013, a estrutura da Sonaecom após a concretização da fusão entre a Optimus e a Zon e após a venda da Mainroad.



## 4. Informação Financeira

### 4.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

#### Balanços consolidados

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2014 (não auditado)	setembro 2013 (não auditado)	dezembro 2013
<b>Ativo</b>				
<b>Ativos não correntes</b>				
Ativos fixos tangíveis	1.c), 1.h) e 5	2.976.171	3.949.072	5.530.098
Ativos intangíveis	1.d), 1.e) e 6	25.725.427	15.593.037	16.647.260
Goodwill	1.f) e 7	29.493.997	29.615.902	28.434.416
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	1.b) e 8	706.332.699	715.468.959	710.434.285
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 4 e 9	1.142.185	-	-
Investimentos disponíveis para venda	1.g), 4 e 10	115.448	215.448	115.448
Outros ativos não correntes	1.g), 1.r), 1.x), 4 e 22	287.089	933.241	922.434
Impostos diferidos ativos	1.p), 1.s) e 11	7.063.152	5.531.973	5.199.886
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>773.136.168</b>	<b>771.307.632</b>	<b>767.283.827</b>
<b>Ativos correntes</b>				
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 4 e 9	54.014.592	164.953.026	202.442.350
Inventários	1.i) e 17	815.763	509.869	553.525
Clientes	1.g), 1.j), 4, 17 e 22	39.417.665	29.606.486	36.416.353
Outras dívidas de terceiros	1.g), 1.j), 4, 17 e 22	17.271.442	21.399.271	23.040.766
Outros ativos correntes	1.r), 1.x), 4 e 22	13.135.964	10.595.801	9.298.406
Caixa e equivalentes de caixa	1.g), 1.k), 4, 12 e 22	182.857.094	197.793.220	188.014.923
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>307.512.520</b>	<b>424.857.673</b>	<b>459.766.323</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.080.648.688</b>	<b>1.196.165.305</b>	<b>1.227.050.150</b>
<b>Capital próprio e passivo</b>				
<b>Capital próprio</b>				
Capital social	13	230.391.627	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.u) e 14	(7.686.952)	(7.686.952)	(7.686.952)
Reservas	1.t)	758.634.912	676.644.692	674.091.313
Resultado líquido consolidado do período		23.039.634	68.059.413	103.838.479
		1.004.379.221	1.103.264.021	1.136.489.708
Interesses sem controlo		(81.827)	323.529	269.824
<b>Total do capital próprio</b>		<b>1.004.297.394</b>	<b>1.103.587.550</b>	<b>1.136.759.532</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.l), 1.m), 4 e 15.a)	8.508.815	25.683.387	24.810.079
Outros passivos financeiros não correntes	1.h), 4 e 16	476.117	83.091	67.937
Provisões para outros riscos e encargos	1.o), 1.s) e 17	2.973.928	4.259.212	3.060.986
Impostos diferidos passivos	1.p), 1.s) e 11	158.687	59.491	89.522
Outros passivos não correntes	1.r), 1.x), 4 e 22	6.237.422	1.258.135	1.277.304
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>18.354.969</b>	<b>31.343.316</b>	<b>29.305.828</b>
<b>Passivo corrente</b>				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.l), 1.m), 4 e 15.b)	1.967.147	3.659.857	998.996
Fornecedores	4 e 22	21.485.211	18.054.505	21.768.279
Outros passivos financeiros	1.h), 4 e 18	257.783	74.963	70.728
Outras dívidas a terceiros	4 e 22	8.230.256	11.663.860	10.439.327
Outros passivos correntes	1.r), 1.x), 4 e 22	26.055.928	27.781.254	27.707.460
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>57.996.325</b>	<b>61.234.439</b>	<b>60.984.790</b>
<b>Total do passivo e capital próprio</b>		<b>1.080.648.688</b>	<b>1.196.165.305</b>	<b>1.227.050.150</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2014 e 2013.

#### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

#### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



## Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1), e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2014 (não auditado)	julho a setembro 2014 (não auditado e reexpresso)	setembro 2013 (não auditado e reexpresso)	julho a setembro 2013 (não auditado e reexpresso)	dezembro 2013 (reexpresso)
Vendas	1.r) e 22	28.958.448	11.072.877	24.998.524	8.546.007	33.057.911
Prestações de serviços	1.r) e 22	60.609.536	20.509.843	53.520.446	17.761.307	71.707.832
Outros proveitos operacionais	1.q) e 22	2.165.989	1.515.465	2.487.982	1.768.188	3.323.218
		91.733.973	33.098.185	81.006.952	28.075.502	108.088.961
Custo das vendas	1.i) e 17	(23.773.189)	(8.905.136)	(18.504.862)	(7.444.370)	(24.753.054)
Fornecimentos e serviços externos	1.h), 19 e 22	(30.574.185)	(9.945.620)	(29.815.838)	(9.234.647)	(37.522.457)
Custos com o pessoal	1.x) e 27	(32.512.423)	(11.839.175)	(29.023.227)	(9.795.334)	(38.653.177)
Amortizações e depreciações	1.c), 1.d), 1.f), 5, 6 e 7	(4.833.314)	(1.722.797)	(4.741.082)	(1.985.373)	(5.966.045)
Provisões e perdas de imparidade	1.j), 1.o), 1.w) e 17	-	-	(983.526)	(421.303)	(1.634.614)
Outros custos operacionais		(238.704)	(11.641)	(207.957)	(69.064)	(277.046)
		(91.931.815)	(32.424.369)	(83.276.492)	(28.950.091)	(108.806.393)
Ganhos e perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente	1.b), 8 e 20	16.280.727	7.307.086	2.171.795	1.942.373	(490.365)
Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 9 e 20	(6.925.422)	(333.000)	9.147.395	9.147.395	46.636.719
Outros custos financeiros	1.h), 1.m), 1.v), 1.w), 20 e 22	(1.640.590)	(30.595)	(11.029.520)	(3.925.418)	(11.990.838)
Outros proveitos financeiros	1.v), 20 e 22	2.564.376	679.465	6.939.368	6.363.076	7.976.199
Resultados correntes		10.081.249	8.296.772	4.959.498	12.652.837	41.414.283
Imposto sobre o rendimento	1.p), 11 e 21	(385.616)	(730.876)	(2.749.649)	(1.060.148)	(3.812.770)
Resultado líquido consolidado do período das operações continuadas		9.695.633	7.565.896	2.209.849	11.592.689	37.601.513
Resultado líquido do período de operações descontinuadas	25	13.125.666	12.690.045	65.836.439	16.604.746	66.164.934
Resultado líquido consolidado do período		22.821.299	20.255.941	68.046.288	28.197.435	103.766.447
Atribuível a:						
Acionistas da empresa mãe	26	23.039.634	20.469.898	68.059.413	28.205.492	103.838.479
Interesses sem controlo		(218.335)	(213.957)	(13.125)	(8.057)	(72.032)
<b>Resultados por ação</b>	26					
Incluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,07	0,06	0,19	0,08	0,29
Diluídos		0,07	0,06	0,19	0,08	0,29
Excluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,03	0,02	0,01	0,03	0,10
Diluídos		0,03	0,02	0,01	0,03	0,10

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1).

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



## Demonstrações consolidadas dos resultados e de outro rendimento integral

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2014 (não auditado)	julho a setembro 2014 (não auditado)	setembro 2013 (não auditado)	julho a setembro 2013 (não auditado)	dezembro 2013
Resultado líquido consolidado do período		22.821.299	20.255.941	68.046.288	28.197.435	103.766.447
Componentes de outro rendimento integral consolidado do período, líquido de imposto, que podem subsequentemente ser reclassificados						
Variações em reservas resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial	8	(13.098.985)	3.956.452	(204.958)	(205.187)	(2.536.500)
Varição de reservas de conversão cambial e outros	1.v)	1.338.813	978.330	(767.142)	(424.654)	(1.155.064)
Rendimento integral consolidado do período		11.061.127	25.190.723	67.074.188	27.567.594	100.074.883
Atribuível a:						
Acionistas da empresa mãe		11.279.462	25.404.680	67.087.313	27.575.651	100.146.915
Interesses sem controlo		(218.335)	(213.957)	(13.125)	(8.057)	(72.032)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2014 e 2013.

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

## Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)			Reservas								
	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 27)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas	Interesses sem controle	Resultado líquido	Total
<b>2014</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2013	366.246.868	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	1.077.258	7.686.952	(123.115.958)	674.091.313	-	103.838.479	1.136.489.708
Aplicação do resultado consolidado de 2013											
Transferência para outras reservas	-	-	-	-	-	-	103.838.479	103.838.479	-	(103.838.479)	-
Rendimento integral consolidado do período findo em 30 de setembro de 2014	-	-	-	-	-	-	(11.760.172)	(11.760.172)	-	23.039.634	11.279.462
Alterações no capital na sequência da conclusão da oferta pública de aquisição geral e voluntária de ações próprias (Nota 13)	(135.855.241)	-	-	-	-	-	(5.815.229)	(5.815.229)	-	-	(141.670.470)
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 27)	-	-	-	-	105.935	-	-	105.935	-	-	105.935
Efeito da conversão dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 27)	-	-	-	-	(1.183.193)	-	(1.134.660)	(2.317.853)	-	-	(2.317.853)
Cessação antecipada do derivado sobre ações próprias (Notas 22 e 27)	-	-	-	-	-	-	492.439	492.439	-	-	492.439
<b>Saldo em 30 de setembro de 2014</b>	<b>230.391.627</b>	<b>(7.686.952)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>13.152.684</b>	<b>-</b>	<b>7.686.952</b>	<b>(37.495.101)</b>	<b>758.634.912</b>	<b>-</b>	<b>23.039.634</b>	<b>1.004.379.221</b>
<b>Interesses sem controle</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	269.824	-	269.824
Interesses sem controle no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	(218.335)	-	(218.335)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.920)	-	(19.920)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	(113.396)	-	(113.396)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2014</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(81.827)</b>	<b>-</b>	<b>(81.827)</b>
<b>Total</b>	<b>230.391.627</b>	<b>(7.686.952)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>13.152.684</b>	<b>-</b>	<b>7.686.952</b>	<b>(37.495.101)</b>	<b>758.634.912</b>	<b>(81.827)</b>	<b>23.039.634</b>	<b>1.004.297.394</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2014 e 2013.

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

## Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio (continuação)

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas				Interesses sem controle		
					Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 27)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas	Resultado líquido	Total	
<b>2013</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2012	366.246.868	(5.544.847)	775.290.377	7.991.192	3.650.779	5.544.847	(145.743.071)	646.734.124	-	75.419.377	1.082.855.522
Aplicação do resultado consolidado de 2012											
Transferência para outras reservas	-	-	-	5.161.492	-	-	70.257.885	75.419.377	-	(75.419.377)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(43.281.102)	(43.281.102)	-	-	(43.281.102)
Rendimento integral consolidado do período findo em 30 de setembro de 2013	-	-	-	-	-	-	(972.100)	(972.100)	-	68.059.413	67.087.313
Aquisição de ações próprias	-	(2.500.042)	-	-	-	2.500.042	(2.500.042)	-	-	-	(2.500.042)
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 27)	-	357.937	-	-	(425.568)	(357.937)	430.292	(353.213)	-	-	4.724
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 27)	-	-	-	-	4.154.544	-	-	4.154.544	-	-	4.154.544
Cessação antecipada do derivado sobre ações próprias (Notas 22 e 27)	-	-	-	-	-	-	1.411.644	1.411.644	-	-	1.411.644
Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	-	-	-	-	(6.468.582)	-	-	(6.468.582)	-	-	(6.468.582)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2013</b>	<b>366.246.868</b>	<b>(7.686.952)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>13.152.684</b>	<b>911.173</b>	<b>7.686.952</b>	<b>(120.396.494)</b>	<b>676.644.692</b>	<b>-</b>	<b>68.059.413</b>	<b>1.103.264.021</b>
<b>Interesses sem controle</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	387.479	-	387.479
Interesses sem controle no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.125)	-	(13.125)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.880)	-	(29.880)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.945)	-	(20.945)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2013</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>323.529</b>	<b>-</b>	<b>323.529</b>
<b>Total</b>	<b>366.246.868</b>	<b>(7.686.952)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>13.152.684</b>	<b>911.173</b>	<b>7.686.952</b>	<b>(120.396.494)</b>	<b>676.644.692</b>	<b>323.529</b>	<b>68.059.413</b>	<b>1.103.587.550</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2014 e 2013.

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Antônio Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

## Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)	setembro 2014 (não auditado)	setembro 2013 (não auditado)
<b>Atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	96.474.949	526.836.407
Pagamentos a fornecedores	(59.774.690)	(311.960.995)
Pagamentos ao pessoal	(37.541.182)	(72.309.693)
Fluxo gerado pelas operações	(840.923)	142.565.719
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(1.398.511)	(2.721.606)
Outros recebimentos/pagamentos relativos a atividades operacionais	(2.461.980)	566.526
Fluxos das atividades operacionais (1)	(4.701.414)	140.410.639
<b>Atividades de investimento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	15.400.849	9.375
Ativos fixos tangíveis	8.296	830.541
Ativos intangíveis	239.156	1.002.664
Dividendos	8.642.154	-
Empréstimos concedidos	-	427.850.000
Juros e proveitos similares	6.023.029	3.200.871
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(5.522.187)	(1.312.714)
Ativos fixos tangíveis	(1.161.062)	(68.799.792)
Ativos intangíveis	(1.204.374)	(28.026.153)
Fluxos das atividades de investimento (2)	22.425.861	334.754.792
<b>Atividades de financiamento</b>		
Recebimentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	2.201.037	3.917.256
Pagamentos respeitantes a:		
Amortizações de contratos de locação financeira	(128.980)	(2.606.898)
Juros e custos similares	(3.328.416)	(13.556.365)
Dividendos	(19.920)	(43.310.982)
Aquisição de ações próprias	-	(2.500.042)
Empréstimos obtidos	(21.558.910)	(369.052.000)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(22.835.189)	(427.109.031)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(5.110.742)	48.056.400
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	162.689	295.636
<b>Efeito das operações descontinuadas</b>	(1.051.278)	87.443.813
Caixa e seus equivalentes no início do período	188.004.715	61.685.720
Caixa e seus equivalentes no final do período	182.005.384	197.481.569

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2014 e 2013.

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



## Anexo às Demonstrações consolidadas dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013

### 1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais

	setembro 2014 (não auditado)	setembro 2013 (não auditado)
a) Recebimento de alienações e aquisições		
Mainroad	13.354.926	-
S21	2.045.923	-
Distrinews, S.A.	-	9.375
	15.400.849	9.375
b) Pagamento de aquisições		
Compra de ações Sonae SGPS	5.522.187	-
Connectiv Solutions, Inc	-	1.222.810
Saphety Brasil	-	56.904
Saphety Colômbia	-	20.500
Distrinews, S.A.	-	12.500
	5.522.187	1.312.714
c) Recebimento de dividendos		
ZOPT	7.250.000	-
NOS SGPS	1.321.504	-
Unipress	70.650	-
	8.642.154	-

### 2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	Notas	setembro 2014 (não auditado)	setembro 2013 (não auditado)
Numerário	12	20.326	17.921
Depósitos à ordem	12	20.932.288	1.970.961
Aplicações de tesouraria	12	161.904.480	195.804.338
Depósitos à ordem (saldos credores)	12 e 15	(851.710)	(311.651)
Caixa e seus equivalentes		182.005.384	197.481.569
Depósitos à ordem (saldos credores)		851.710	311.651
Disponibilidades constantes do balanço		182.857.094	197.793.220

### 3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias

	Notas	setembro 2014 (não auditado)	setembro 2013 (não auditado)
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	15	1.198.056	15.100.000
b) Compra de empresas através da emissão de ações		Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital		Não aplicável	Não aplicável



#### 4. Repartição do fluxo de caixa por ramo de atividade

Atividade	Fluxo das atividades operacionais	Fluxo das atividades de investimento	Fluxo das atividades de financiamento	Varição de caixa e seus equivalentes
<b>2014</b>				
Multimédia	(2.514.050)	(361.954)	(42.443)	(2.918.447)
Sistemas de Informação	(1.721.038)	14.013.462	57.513	12.349.937
Holding	(466.326)	8.774.353	(22.850.259)	(14.542.232)
	<u>(4.701.414)</u>	<u>22.425.861</u>	<u>(22.835.189)</u>	<u>(5.110.742)</u>

Atividade	Fluxo das atividades operacionais	Fluxo das atividades de investimento	Fluxo das atividades de financiamento	Varição de caixa e seus equivalentes
<b>2013</b>				
Telecomunicações	145.550.815	(90.693.038)	(22.210.261)	32.647.516
Multimédia	(2.634.534)	(335.635)	(20.056)	(2.990.225)
Sistemas de Informação	(1.408.638)	(2.291.773)	(416.850)	(4.117.261)
Holding	(1.097.004)	428.075.238	(404.461.864)	22.516.370
	<u>140.410.639</u>	<u>334.754.792</u>	<u>(427.109.031)</u>	<u>48.056.400</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2014 e 2013.

#### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

#### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



## 4.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

A SONAE.COM, SGPS, S.A. ('empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2 e 3 ('grupo').

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral;
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de

Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom. Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros, de 296.526.868 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Durante o exercício de 2013, foi concretizada uma operação de fusão por incorporação da Optimus SGPS, S.A. na Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (Nota 3.d)). Consequentemente, o segmento de telecomunicações foi classificado, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada, pelo que atualmente, os negócios do grupo consistem, essencialmente, nas seguintes atividades:

- Multimédia;
- Consultoria em sistemas de informação.



Adicionalmente, desde a fusão acima referida, o segmento das telecomunicações passou a ser controlado conjuntamente (Nota 8).

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom. A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu entre 6 de fevereiro e 19 de fevereiro de 2014. Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom (Notas 9 e 13).

Em 2014 a Sonaecom reduziu, desta forma, o seu capital social para 230.391.627 euros.

Na sequência deste resultado, a Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

O grupo desenvolve a sua atividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar em cerca de 12 países.

Desde 1 de janeiro de 2001, as empresas do grupo sediadas na zona euro passaram a adotar o euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em euros, arredondados à unidade, e as transações em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

## 1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação pelo método integral (Nota 2), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia, e tendo em consideração a IAS 34 – 'Relato Financeiro Intercalar'. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, exceto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*, com exceção das datas de início de adoção das normas abaixo indicadas.

A data de 1 de janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IFRS, de acordo com a SIC 8 (Primeira aplicação das IAS).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('**endorsed**') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 e foram adotadas pela primeira vez no período findo em 30 de setembro de 2014:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)	1-jan-13(*)
A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator decisivo para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	
IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)	1-jan-13(*)
Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	
IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)	1-jan-13(*)
Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	
IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas)	1-jan-13(*)
Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	
IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures)	1-jan-13(*)
O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Entidades de Investimento)	1-jan-14
Cria uma exceção para entidades consideradas de investimento as quais, em determinadas situações, poderão não preparar demonstrações financeiras consolidadas.	
IAS 32 - Alterações (Ativos e Passivos Financeiros)	1-jan-14
A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.	
Alterações ao IAS 36 (Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros)	1-jan-14
As alterações introduzem divulgações adicionais e esclarecem sobre as divulgações exigidas quando um ativo se encontra em imparidade e o valor recuperável dos ativos foi baseada no justo valor menos os custos de vender.	



Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
--------------------	--

Alterações ao IAS 39 (Novação de derivativos e continuação da contabilidade de cobertura)  
O objetivo das alterações propostas é proporcionar uma exceção ao requisito para a interrupção da contabilidade de cobertura da IAS 39 e IFRS 9 em circunstâncias em que um instrumento de cobertura é obrigado a ser novado, como resultado de leis ou regulamentos.

(\*) De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção das IFRS 10, 11 e 12 e as emendas às IAS 27 e IAS 28, as entidades deverão adotar estas normas nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada foi contudo permitida.

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras do grupo.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---------------------	--

IFRIC 21 Impostos (Impostos cobrados pelas autoridades públicas a entidades que operam em mercados específicos)  
Esta interpretação esclarece o momento em que a responsabilidade de pagar uma taxa imposta por um governo (não inclui imposto sobre o rendimento - ver IAS 12 Impostos sobre o Rendimento) deve ser reconhecida por uma entidade. A IFRIC 21 identifica que o fato gerador da obrigação, que dá origem a um passivo, é a atividade que desencadeia o pagamento da taxa, de acordo com a legislação aplicável.

Estas normas, apesar de aprovadas ('endorsed') pela União Europeia, não foram adotadas pelo grupo no período findo em 30 de setembro de 2014, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
--------------------	--

IFRS 9 (Instrumentos Financeiros)  
Esta norma introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
--------------------	--

IFRS 10 e IAS 28 - Alterações (Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto)

O objetivo é o de abordar a inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e da IAS 28 no que respeita à perda de controlo de uma subsidiária. Ganhos ou perdas decorrentes de transações que envolvem ativos que constituem um negócio passam a ser reconhecidas nas demonstrações financeiras do investidor na sua totalidade. É reconhecido um ganho/perda parcial quando a transação envolve ativos que não constituem um negócio.

IFRS 11 - Alterações (Contabilização das aquisições de interesses em operações conjuntas)

O objetivo é o de guiar a contabilização da aquisição de uma participação numa operação conjunta quando esta constitui um negócio. O IASB decidiu que são aplicáveis todos os princípios em combinações de negócios previstos na IFRS 3 Combinações de Negócios e noutras IFRSs, desde que não entrem em conflito com a IFRS 11.

IFRS 14 (Contas de diferimento regulatório)  
Permite que uma entidade que adote pela primeira vez as IFRS continue a apresentar, com algumas alterações, os saldos de diferimento regulatório, de acordo com os GAAP anteriores, tanto na adoção inicial das IFRS como nas demonstrações financeiras posteriores.

IFRS 15 (Receitas de contratos com clientes)  
A IFRS 15 especifica como e quando se deve reconhecer receita bem como exige às entidades que forneçam divulgações mais informativas e relevantes. A norma fornece um modelo de cinco passos simples que devem ser aplicados a todos os contratos com clientes.

IAS 16 e IAS 38 - Alterações (Clarificação dos métodos aceites de depreciação e amortização)

O IASB clarificou que o uso de métodos baseados na receita para o cálculo da depreciação de um ativo não são apropriados uma vez que a receita gerada por uma atividade que inclui o uso de um ativo geralmente reflete outros fatores que não apenas o benefício económico do ativo.

IAS 16 e IAS 41 - Alterações (Agricultura: Plantas)

As alterações trazem para o âmbito da IAS 16 as plantas que são utilizadas unicamente para cultivar produtos, e passam a ser contabilizadas da mesma forma como ativos fixos tangíveis.

IAS 19 - Alterações (Planos de Benefício Definidos: Contribuições dos Empregados)  
O objetivo destas alterações é o de simplificar a contabilização das contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado.

IAS 27 - Alterações (Demonstrações Financeiras Separadas - método de equivalência patrimonial)

Estas alterações irão permitir a utilização do método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos nas demonstrações financeiras separadas.

Melhorias de algumas IFRS (2010-2012)

Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a oito questões abordadas durante o ciclo 2010-2012 de melhorias anuais para IFRS.



**Norma/interpretação** **Data de eficácia**  
(exercícios iniciados em ou após)

Melhorias de algumas IFRS (2011-2013) 1-jul-14

Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a quatro questões abordadas durante o ciclo 2011-2013 de melhorias anuais para IFRS.

Melhorias de algumas IFRS (2012-2014) 1-jan-16

Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a questões abordadas durante o ciclo 2012-2014 de melhorias anuais para IFRS.

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo grupo no período findo em 30 de setembro de 2014, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis ao grupo, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras do grupo.

### Venda da Mainroad

Durante o período findo em 30 de setembro de 2014, em resultado da venda da Mainroad (Nota 3.d)), esta foi classificada, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada. Conforme previsto pela IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para o período findo em 30 de setembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2013 para refletir numa única rubrica ('Resultado líquido do período de operações descontinuadas'), na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas.

**Demonstração de resultados a 30 de setembro de 2013**

(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Reexpressão do contributo da Mainroad para unidades descontinuadas	Demonstração de resultados reexpressa
Receitas totais	89.296.101	(8.289.149)	81.006.952
Custos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos	(34.517.126)	4.701.288	(29.815.838)
Amortizações e depreciações	(5.242.299)	501.217	(4.741.082)
Outros custos operacionais	(52.193.784)	3.474.212	(48.719.572)
	(91.953.209)	8.676.717	(83.276.492)
Resultados financeiros	7.211.881	17.157	7.229.038
Imposto sobre o rendimento	(2.752.705)	3.056	(2.749.649)
Resultado líquido consolidado do período das operações continuadas	1.802.068	407.781	2.209.849
Resultado líquido consolidado do período das operações descontinuadas	66.244.220	(407.781)	65.836.439
Resultado líquido consolidado do período	68.046.288	-	68.046.288
Atribuível a interesses sem controlo	(13.125)	-	(13.125)
Atribuível a acionistas da empresa mãe	68.059.413	-	68.059.413
Resultados por ação			
Incluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,19	0,00	0,19
Diluídos	0,19	0,00	0,19
Excluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,01	0,00	0,01
Diluídos	0,01	0,00	0,01

**Demonstração de resultados a 31 de dezembro de 2013**

(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Reexpressão do contributo da Mainroad para unidades descontinuadas	Demonstração de resultados reexpressa
Receitas totais	120.449.875	(12.360.914)	108.088.961
Custos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos	(44.474.432)	6.951.975	(37.522.457)
Amortizações e depreciações	(6.641.792)	675.747	(5.966.045)
Outros custos operacionais	(70.063.034)	4.745.143	(65.317.891)
	(121.179.258)	12.372.865	(108.806.393)
Resultados financeiros	42.124.754	6.961	42.131.715
Imposto sobre o rendimento	(3.873.144)	60.374	(3.812.770)
Resultado líquido consolidado do período das operações continuadas	37.522.227	79.286	37.601.513
Resultado líquido consolidado do período das operações descontinuadas	66.244.220	(79.286)	66.164.934
Resultado líquido consolidado do período	103.766.447	-	103.766.447
Atribuível a interesses sem controlo	(72.032)	-	(72.032)
Atribuível a acionistas da empresa mãe	103.838.479	-	103.838.479
Resultados por ação			
Incluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,29	0,00	0,29
Diluídos	0,29	0,00	0,29
Excluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,10	0,00	0,10
Diluídos	0,10	0,00	0,10

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo grupo a 30 de setembro de 2014 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

### Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do grupo  
As participações financeiras em empresas nas quais o grupo detenha direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo grupo), foram incluídas as demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respetivamente, na rubrica 'Interesses sem controlo'.

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e aos interesses sem controlo mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados.



Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas e controladas conjuntamente

Os 'Investimentos em empresas associadas' correspondem a investimentos nos quais o grupo tem influência significativa (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) e são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente são também registados pelo método de equivalência patrimonial. A classificação de investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efetuada uma avaliação dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do grupo nos prejuízos acumulados da empresa associada ou controlada conjuntamente excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o grupo tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou controlada conjuntamente, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

A diferença entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição, quando positiva, é registada como goodwill incluída no valor do investimento e, quando negativa, após uma reavaliação do seu apuramento, é registada diretamente na Demonstração de Resultados na rubrica 'Ganhos e Perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente'.

As empresas associadas e controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 8.

c) Ativos fixos tangíveis

Os 'ativos fixos tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	1 - 20
Equipamento básico	3 - 15
Equipamento de transporte	1 - 4
Equipamento administrativo	1 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 20

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o grupo incorre, são capitalizados e depreciados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

d) Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os 'ativos intangíveis' só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.



Os Ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software*, propriedade industrial, os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) e *know-how*.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (um a dezanove anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (6 anos).

As despesas com ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas.

As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o ativo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

As amortizações do exercício dos Ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

#### e) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

O grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

#### f) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo acrescido do valor dos interesses sem controlo, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Goodwill' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas diretamente na demonstração de resultados. O grupo optará numa base de transação a transação, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou de acordo com o justo valor dos interesses sem controlo. Até 1 de janeiro de 2010, os interesses sem controlo

eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de 'Goodwill', mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em 'Goodwill' ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de janeiro de 2004, o 'Goodwill' era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 – 'Concentrações de atividades empresariais', o grupo suspendeu a amortização de 'Goodwill', sujeitando o mesmo a testes de imparidade (alínea w). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas a 'Goodwill' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

#### g) Instrumentos financeiros

O grupo classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

#### (i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza



significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

#### **(ii) 'Empréstimos e contas a receber'**

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

#### **(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'**

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

A 30 de setembro de 2014 o grupo não detinha quaisquer investimentos detidos até ao vencimento.

#### **(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'**

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de

receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), o grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O grupo efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

#### **h) Locação financeira e operacional**

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos



substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD') estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

#### i) Inventários

Os 'Inventários' são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflete o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração e são registados na demonstração de resultados, em 'Custo das vendas'.

#### j) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade, que são registados na demonstração de resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações e reversões subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são

creditados na rubrica de 'Provisões e perdas por imparidade' da demonstração de resultados.

#### k) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias, associadas e controladas conjuntamente e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

#### l) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

#### m) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento



do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

n) Instrumentos financeiros derivados

O grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo grupo.

Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados normalmente pelo grupo respeitam a:

- (i) *Swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de *cash-flow* é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura';
- (ii) *Forward's* cambiais para cobertura do risco cambial, particularmente, de recebimentos de clientes da subsidiária Wedo Consulting. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 30 de setembro de 2014, o grupo encontrava-se a utilizar forwards cambiais para cobertura do risco cambial de saldos a receber de clientes em dólares (Nota 1.v)), para além dos instrumentos financeiros derivados referidos na Nota 1.x).

o) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma

saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

p) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 – 'Impostos sobre rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos. Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos ativos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado, com base nas taxas que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas



outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

q) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar custos com pessoal são reconhecidos como menos custo durante o período de tempo durante o qual o grupo incorre nos respetivos custos e são apresentados na demonstração de resultados na linha de 'Custos com pessoal'.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. O incentivo é reconhecido durante o período de vida útil estimado para os bens em causa.

r) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros ativos não correntes', 'Outros ativos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (alínea o).

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos. Os custos e proveitos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a

atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

s) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como ativos e passivos não correntes (Notas 11 e 17).

t) Reservas

*Reserva legal*

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

*Reservas de prémios de emissão de ações*

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

*Reservas para planos de incentivo de médio prazo*

De acordo com a IFRS 2 – 'Pagamentos com base em ações', a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

*Reservas de cobertura*

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de *cash flow* que se consideram eficazes (Nota 1.n)), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.



### Reservas de ações próprias

As 'Reservas de ações próprias' refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IFRS. Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos liquidados ou quando terminar o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis ou intangíveis. Assim, a 30 de setembro de 2014, a Sonaecom, SGPS, S.A. dispunha de reservas livres distribuíveis no montante de cerca de 26,3 milhões de euros. Para este efeito foram consideradas como distribuíveis os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio já exercidos durante o período findo em 30 de setembro de 2014.

#### u) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

#### v) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

O 'Goodwill' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em euros das contas das filiais estrangeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2014		2013	
	30 de setembro	Média	30 de setembro	Média
Libra inglesa	1,2865	1,2318	1,1961	1,1740
Real brasileiro	0,3245	0,3226	0,3289	0,3605
Dólar americano	0,7947	0,7381	0,7405	0,7597
Zloti (Polónia)	0,2394	0,2395	0,2365	0,2381
Dólar australiano	0,6924	0,6778	0,6903	0,7463
Pesos mexicanos	0,0588	0,0563	0,0560	0,0600
Libra egípcia	0,1107	0,1046	0,1075	0,1105
Ringgit (Malásia)	0,2421	0,2278	0,2267	0,2430
Peso chileno	0,0013	0,0013	0,0015	0,0016
Dólar de Singapura	0,6226	0,5870	0,5896	0,6071
Franco suíço	0,8290	0,8210	0,8180	0,8121
Coroa sueca	0,1093	0,1107	0,1155	0,1166
Rand de África do Sul	0,0701	0,0688	0,0735	0,0804
Kwanza (Angola)	0,0081	0,0076	0,0076	0,0079
Peso colombiano	0,0004	0,0004	0,0004	0,0004
Dinar de Marrocos	0,0905	0,0893	0,0893	0,0898

Em 30 de setembro de 2014, o grupo tinha contratado forwards cambiais no montante de USD 352.800, que fixam a taxa de câmbio para EUR, os quais têm uma duração média de 1 mês.

#### w) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e de Goodwill, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.



Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor de goodwill e de investimentos financeiros em empresas associadas, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do grupo. Para o valor de goodwill e de investimentos em empresas controladas conjuntamente, a quantia recuperável é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

Para as dívidas a receber, o grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efetuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso dos inventários, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

#### x) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 – ‘Pagamento com Base em Ações’.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de ‘Reservas para planos de incentivo de médio prazo’, no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao grupo, que

assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’;
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas ‘Outros ativos não correntes’ e ‘Outros ativos correntes’;
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de ‘Custos com o pessoal’.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Para os planos de ações Sonaecom, a empresa converteu a totalidade de tais planos em ações Sonae SGPS. O impacto associado aos planos de ações dos planos de incentivo de médio prazo referidos está contabilizado, no balanço, na rubrica de ‘Outros passivos correntes’ e ‘Outros passivos não correntes’. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de ‘Custos com o pessoal’ (Nota 27).

Em relação aos planos originalmente liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe, a empresa efetuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas ações.



Assim, a responsabilidade encontra-se registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

#### y) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

#### z) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 incluem:

- (i) Vidas úteis do ativo tangível e intangível;
- (ii) Análises de imparidade de goodwill e de outros ativos tangíveis e intangíveis; e
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8 – 'Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

#### aa) Gestão do risco financeiro

A atividade do grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo,

procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.n)).

O grupo encontra-se ainda exposto aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos.

#### Risco de mercado

##### a) Risco de taxa de câmbio

O grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do euro, nomeadamente, no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egipto, na Colômbia, no Panamá, em Singapura e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.n)).

A exposição do grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

##### b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado



financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;

- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta; e
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 15) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço.

Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de

caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

### Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating*



previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 15.

#### Risco de crédito

A exposição do grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto de o grupo, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do grupo. O grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, assim como seguros de crédito, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentados nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do grupo ao risco de crédito.



## 2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 30 de setembro de 2014 e 2013, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2014		2013	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
<b>Empresa-mãe</b>							
SONAECDM, S.G.P.S., S.A. ('Sonaecom')	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-
<b>Subsidiárias</b>							
Cape Technologies Limited ('Cape Technologies')	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A. ('Digitmarket' - usando a marca 'Bizdirect')	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonae com SI	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Ittrust - CyberSecurity Intelligence, S.A. (Ittrust) (a)	Maia	Comercialização de produtos e serviços de gestão, implementação e consultoria na área de sistemas e tecnologias de informação.	Sonaecom CSI	100%	100%	-	-
Lookwise, S.L.U. ('Lookwise') (b)	Navarra	Desenvolvimento, promoção e exploração comercial de sistemas informáticos com soluções em matéria de segurança e conformidade regulamentar, incluindo cessão ou transmissão a terceiros. Pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como consultoria, manutenção e auditoria relativos a produtos, sistemas, instalações e serviços de comunicação e segurança.	S21 Sec Gestion	100%	60%	-	-
Lugares Virtuais, S.A. ('Lugares Virtuais')(c)	Maia	Organização e gestão de portais eletrónicos <i>on-line</i> , aquisição de conteúdos, gestão de leilões eletrónicos, aquisição e disponibilização de produtos e serviços por via eletrónica e quaisquer atividades conexas.	Miauger	Dissolvida		100%	100%
Mainroad - Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ('Mainroad') (d)	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	Alienada		100%	100%
Miauger - Organização e Gestão de Leilões Eletrónicos, S.A. ('Miauger') (e)	Maia	Organização e gestão de leilões eletrónicos <i>on-line</i> de produtos e serviços.	Sonaecom	Dissolvida		100%	100%
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. (PCJ)	Maia	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas e a exploração de estações e estúdios de rádio e de televisão.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Praesidium Services Limited ('Praesidium Services')	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI We Do UK	100%	100%	-	-
Público - Comunicação Social, S.A. ('Público')	Porto	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
S21 Sec Barcelona, S.L. ('S21 Sec Barcelona') (b)	Barcelona	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	S21 Sec Gestion	100%	60%	-	-
S21 Sec Brasil, Ltda ('S21 Sec Brasil') (b)	São Paulo	Consultoria em tecnologia da informação. Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis. Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda. Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.	S21 Sec Gestion	99,99%	59,99%	-	-
S21 Sec Fraud Risk Management, S.L. ('S21 Sec FRM') (b)	Navarra	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	S21 Sec Gestion	100%	60%	-	-
S21 Sec Gestion, S.A. ('S21 Sec Gestion') (b)	Navarra	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	Sonaecom CSI	60%	60%	-	-
S21 Sec Inc. ('S21 Sec Inc.') (b)	Texas	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	S21 Sec Gestion	100%	60%	-	-
S21 Sec Information Security Labs, S.L. ('S21 Sec Labs') (b)	Navarra	Pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como consultoria, manutenção e auditoria relativos a produtos, sistemas, instalações e serviços de comunicação e segurança.	S21 Sec Gestion	100%	60%	-	-



Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2014		2013	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
S21Sec Institute, S.L. ('S21 Sec Institute') (b)	Gipuzcoa	Educação, formação, sensibilização, aconselhamento, assistência técnica, certificação, investigação, inovação e desenvolvimento, em todos os tipos de metodologias, planos de carreira, cultura de segurança, produtos e serviços de segurança digital e segurança cibernética, instalações, serviços e ambientes de sistemas avançados de comunicação e segurança digital.	S21Sec Gestion	100%	60%	-	-
S21Sec México, S.A. de CV ('S21 Sec México') (b)	Cidade do México	Serviços de consultoria em informática	S21Sec Gestion	99,87%	60%	-	-
S21Sec, S.A. de CV ('S21 Sec, S.A. de CV') (b)	Cidade do México	Serviços de consultoria em informática	S21Sec Gestion	99,99%	60%	-	-
Saphety Level - Trusted Services, S.A. ('Saphety')	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação eletrónica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de <i>software</i> .	Sonae com SI	86,995%	86,995%	86,995%	86,995%
Saphety Brasil Transações Eletrónicas Ltda. ('Saphety Brasil')	São Paulo	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação eletrónica de dados, identificação eletrónica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos eletrónicos;	Saphety	99,8%	86,821%	99,8%	86,821%
Saphety - Transacciones Electronicas SAS ('Saphety Colômbia')	Bogotá	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação eletrónica de dados, identificação eletrónica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos eletrónicos;	Saphety	100%	86,995%	100%	86,995%
Servicios de Inteligencia Estratégica Global, S.L. ('SIEG') (b)	Navarra	Prestação de serviços de aconselhamento, orientação, consultoria, formação de equipas e formação na área de pesquisa, análise, processamento e fornecimento de informações relevantes para a gestão operacional e estratégica das empresas, governos e organizações e instituições. Serviços de apoio e suporte aos negócios e de defesa às empresas e organizações a nível internacional. Pesquisa, desenvolvimento, inovação e comercialização de metodologias, <i>software</i> , <i>hardware</i> e tecnologias em geral, dentro do âmbito da pesquisa, análise e processamento automática e inteligente da informação, incluindo a análise de sensibilidade e indicadores de forma prospectiva. Gestão de participações sociais.	S21Sec Gestion	100%	60%	-	-
Sonaecom - Cyber Security and Intelligence, SGPS, S.A. ('Sonaecom CSI') (f)	Maia	Gestão de participações sociais.	Sonae com SI	100%	100%	-	-
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ('Sonaecom SP')	Maia	Prestação de serviços de apoio às empresas, consultorias de gestão e administração, designadamente nas áreas de contabilidade, fiscalidade, procedimentos administrativos, logística, recursos humanos e formação.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonae com - Sistemas de Informação, SGPS, S.A. ('Sonae com SI')	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de <i>corporate venturing</i> e <i>joint-ventures</i> .	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaecom - Sistemas de Información Españá, S.L. ('SSI Españá')	Madrid	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Sonaecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ('Tecnológica')	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,90%	99,99%	99,90%
We Do Consulting - Sistemas de Informação, S.A. ('We Do')	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ('We Do Brasil')	Rio de Janeiro	Comercialização de <i>software</i> e <i>hardware</i> ; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z.o.o. ('We Do Poland')	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Americas, Inc ('We Do USA')	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Australia PTY Limited ('We Do Asia')	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV ('We Do BV')	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV - Sucursal Malásia ('We Do Malásia')	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Egypt LLC ('We Do Egypt')	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%



Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2014		2013	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
We Do Technologies (UK) Limited ('We Do UK')	Berkshire	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Mexico, S de RL. ('We Do Mexico')	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom BV We Do BV	0,001% 99,999%	0,001% 99,999%	0,001% 99,999%	0,001% 99,999%
We Do Technologies Panamá S.A. ('We Do Panamá')	Cidade do Panamá	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Singapore PTE. LTD. ('We Do Singapura')	Singapura	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%

\* Porcentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa constituída em julho 2014

(b) Empresa adquirida em julho 2014

(c) Empresa dissolvida em fevereiro 2014

(d) Empresa alienada em setembro 2014

(e) Empresa dissolvida em maio 2014

(f) Empresa constituída em maio 2014

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 – 'Demonstrações financeiras consolidadas e separadas' (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

### 3. Alterações ocorridas no grupo

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, verificaram-se as seguintes alterações no grupo:

#### a) Aquisições

Compradora	Participada	Data	% Participação Direta	% Participação Efetiva
<b>2014</b>				
Sonaecom CSI	Lookwise	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Barcelona	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Brasil	jul-14	99,99%	59,99%
Sonaecom CSI	S21 Sec FRM	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Gestion	jul-14	60%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Inc.	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Labs	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Institute	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec México	jul-14	99,87%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec, S.A. de CV	jul-14	99,99%	60%
Sonaecom CSI	SIEG	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Ciber seguridad	jul-14	50%	30%
Sonaecom CSI	Big Data	jul-14	50%	30%
<b>2013</b>				
Saphety	Saphety Brasil	fev-13	99,8%	86,8%



O balanço destas empresas adquiridas em julho de 2014 incorporado nas contas consolidadas do Grupo pode ser detalhado como se segue:

(Montantes expressos em euros)	Balanço pró forma e preliminar
<b>Ativos adquiridos</b>	
Ativos fixos tangíveis	296.359
Ativos intangíveis	8.831.216
Impostos diferidos ativos	1.111.159
Clientes	2.432.775
Outras dívidas de terceiros	1.717.220
Outros ativos	1.379.905
Caixa e equivalentes de caixa	2.828.615
	<b>18.597.249</b>
<b>Passivos adquiridos</b>	
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	4.606.714
Outros passivos não correntes	5.985.899
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.796.210
Fornecedores	1.561.157
Outras dívidas a terceiros	3.119.612
	<b>17.069.592</b>
<b>Total dos ativos líquidos adquiridos</b>	<b>1.527.657</b>
Preço de aquisição	75.001

No seguimento da aquisição deste grupo de empresas está a ser feita uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, não tendo também sido reconhecido qualquer valor na demonstração de resultados ou em goodwill resultantes desta operação, no período findo em 30 de setembro de 2014. A alocação do preço de compra pode estar ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data do controlo, conforme permitido pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais.

#### b) Constituições

Participante	Participada	Data	Capital	% participação atual
<b>2014</b>				
Sonae com SI	Sonaecom CSI	mai-14	50.000 EUR	100%
Sonaecom CSI	Itrust	jul-14	50.000 EUR	100%
<b>2013</b>				
Saphety	Saphety Colómbia	abr-13	50.000.000 COP*	100%

\* Correspondente a cerca de 19.500 euros (à taxa de 30 de setembro de 2014)

#### c) Dissoluções

Participante	Participada	Data	Capital
<b>2014</b>			
Miaquer	Lugares Virtuais	fev-14	100%
Sonaecom	Miauger	mai-14	100%
<b>2013</b>			
We Do BV	We Do Chile	mai-13	100%

#### d) Outras

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012, entre a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), de terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A.



(‘Sonaecom’) efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT, SGPS, S.A. (‘Zopt’) (sociedade veículo usada para o efeito), condicionado à concretização da fusão.

Assim, na sequência deste acordo, a 27 de agosto de 2013 formalizou-se a operação de fusão, após estarem cumpridos todos os requisitos para que a mesma se concretizasse pelo que a Sonaecom considera ser esta a data em que a Zopt passou a controlar a Zon Optimus (atualmente NOS SGPS, SA (doravante ‘NOS’), após a alteração da sua denominação em junho de 2014), detendo 50,01% das ações representativas do seu capital social, tendo a Sonaecom, efetuado, nesse dia, o registo do aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a Zopt. Consequentemente, com o aumento de capital na Zopt, a Sonaecom passou a ser detentora de 50% do capital da Zopt e de suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros (Nota 8), os quais seriam posteriormente convertidos em prestações acessórias e reduzidos para 115 milhões de euros. Adicionalmente, a participação remanescente de 18,193% na Optimus SGPS foi convertida numa participação minoritária de 7,28% na NOS (Nota 9).

Conforme acordo parassocial assinado entre as partes envolvidas na operação de fusão, a Sonaecom e o Grupo Kento/Jadeium obrigaram-se a não adquirir quaisquer ações representativas do capital social da NOS, exceção feita às ações adquiridas pela Sonaecom em resultado da operação fusão. Por esta razão, o acordo parassocial prevê também que decorridos 2 anos sobre a data da inscrição da fusão no registo comercial, e por um período de 3 meses, o Grupo Kento/Jadeium poderá exercer uma opção de compra sobre metade das ações representativas do capital social da NOS, de que a Sonaecom seja titular à data do exercício da opção, pelo preço unitário igual à cotação média ponderada do mês anterior.

Decorrente do aumento de capital da Zopt e fusão entre a Optimus SGPS e a Zon, a Sonaecom desreconheceu nas contas consolidadas os ativos e passivos provenientes da Optimus SGPS e das suas participadas integralmente no montante de 992 milhões de euros. Simultaneamente reconheceu um investimento na Zopt de 598 milhões de euros<sup>1</sup>, suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros (Nota 8) e um investimento registado ao justo valor através de resultados de ações da NOS (conversão de 20.921.650 ações Optimus SGPS, representativas de 18,193% do capital, em 37.489.324 ações NOS, representativas de 7,28% do capital) à cotação bolsista à data da fusão (27 de agosto de 2013) no montante de 156 milhões de euros (Nota 9).

No seguimento da fusão foi efetuada na Zopt uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos através desta operação, pelo que a alocação do preço de compra está ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data do controlo, conforme permitido pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais.

Em resultado do desreconhecimento da Optimus SGPS e das suas participadas, e do reconhecimento dos investimentos na Zopt, NOS e os suprimentos a receber da Zopt, foi gerada uma menos valia de 9 milhões de euros, conforme segue:

(Montantes expressos em euros)	27 de agosto de 2013
Ativos e passivos desreconhecidos	(992.397.240)
Contrapartida recebida	983.447.575
Ganho / (perda) resultante da alienação (Nota 25)	(8.949.665)

A contrapartida recebida pode ser detalhada como se segue:

(Montantes expressos em euros)	27 de agosto de 2013
Participação no capital da Zopt (Nota 8)	597.641.944
Suprimentos Zopt (Nota 8)	230.000.000
Ações NOS (Nota 9)	155.805.631
	983.447.575

<sup>1</sup> A participação da Zopt de 598 milhões de euros ( $598 = ((2.850 \times 50,01\%) - 230) \times 50\%$ ) resulta da valorização da NOS em 2.850 milhões de euros correspondendo à soma da valorização realizada para o aumento de capital na Zopt da Zon e da Optimus em 1.500 milhões de euros e 1.000 milhões de euros, respetivamente (realizada pelas entidades intervenientes no aumento de capital e no projeto de fusão), e das sinergias mínimas estimadas e divulgadas no projeto de fusão no montante de 350 milhões de euros deduzidos dos suprimentos de 230 milhões de euros (nível 3 de inputs na hierarquia de justo valor). Foi entendido que a cotação de mercado da Zon, à data da fusão, não refletia ainda o justo valor da NOS (a comprovar este argumento para a não utilização da cotação da Zon à data da fusão está a evolução positiva da cotação bolsista da NOS desde a concretização da fusão até 31 de dezembro de 2013 (2.782 milhões de euros versus os 2.141 milhões de euros à cotação do dia 27 de agosto de 2013, dia da fusão)) e por este motivo não foi utilizada a capitalização bolsista da Zon para a valorização do investimento Zopt. A valorização da Zon e da Optimus teve por base projeções realizadas internamente e de analistas no que diz respeito aos principais indicadores económicos, nomeadamente resultados operacionais e investimento, tendo sido usado um custo médio ponderado de capital de 9,5% e uma taxa de crescimento de 3%.

Os impactos no balanço resultantes da saída das empresas do setor das telecomunicações a agosto de 2013 em resultado desta operação podem ser detalhados como se segue:

(Montantes expressos em euros)	Notas	27 de agosto de 2013
<b>Ativo</b>		
<b>Ativos não correntes</b>		
Ativos fixos tangíveis	5	(562.475.126)
Ativos intangíveis	6	(353.993.403)
Goodwill	7	(485.150.340)
Outros ativos não correntes		312.080.798
Impostos diferidos ativos	11	(98.625.767)
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>(1.188.163.838)</b>
<b>Ativos correntes</b>		
Inventários		(19.124.520)
Clientes		(127.955.743)
Outros ativos		(82.942.364)
Caixa e equivalentes de caixa		(17.986.673)
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>(248.009.300)</b>
<b>Capital próprio e passivo</b>		
Reservas para planos de incentivo de médio prazo		6.468.582
Outros		5.464
<b>Total de capital próprio</b>		<b>6.474.046</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo		(813.080)
Outros passivos financeiros não correntes		17.879.658
Provisões para outros riscos e encargos	17	35.247.971
Impostos diferidos passivos		259.753
Outros passivos não correntes		31.672.299
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>84.246.601</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos		115.535.594
Fornecedores		119.124.642
Outros passivos financeiros		2.660.326
Outras dívidas a terceiros		15.254.142
Outros passivos correntes		100.480.547
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>353.055.251</b>
<b>Total dos ativos e passivos desconhecidos</b>		<b>(992.397.240)</b>

Em setembro de 2014 a Mainroad foi alienada à empresa do grupo NOS Comunicações S.A. por 14 milhões de euros. Em resultado do valor da venda e do desreconhecimento da Mainroad, foi gerada uma mais-valia de 12,6 milhões de euros, conforme segue:

(Montantes expressos em euros)	Notas	30 de setembro de 2014
<b>Ativo</b>		
<b>Ativos não correntes</b>		
Ativos fixos tangíveis	5	(2.437.500)
Ativos intangíveis	6	(169.646)
Impostos diferidos ativos	11	(169.548)
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>(2.776.694)</b>
<b>Ativos correntes</b>		
Clientes		(2.971.079)
Outras dívidas de terceiros		(122.457)
Outros ativos correntes		(545.243)
Caixa e equivalentes de caixa		(645.074)
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>(4.283.853)</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Outros passivos financeiros não correntes		37.441
Provisões para outros riscos e encargos	17	315.990
Outros passivos não correntes		218.089
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>571.520</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Fornecedores		2.121.435
Outros passivos financeiros		19.206
Outras dívidas a terceiros		666.821
Outros passivos correntes		2.296.831
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>5.104.293</b>
<b>Total dos ativos e passivos desreconhecidos</b>		<b>(1.384.734)</b>
Contrapartida recebida		14.000.000
Ganho / (perda) resultante da alienação (Nota 25)		12.615.266

#### 4. Classes de instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo grupo eram como segue:

							2014
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Ativos não correntes</b>							
Investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	1.142.185	-	1.142.185	-	1.142.185
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	115.448	-	-	115.448	-	115.448
Outros ativos não correntes	287.089	-	-	-	287.089	-	287.089
	287.089	115.448	1.142.185	-	1.544.722	-	1.544.722
<b>Ativos correntes</b>							
Investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	54.014.592	-	54.014.592	-	54.014.592
Clientes	39.417.665	-	-	-	39.417.665	-	39.417.665
Outras dívidas de terceiros	7.475.746	-	-	-	7.475.746	9.795.696	17.271.442
Outros ativos correntes	-	-	-	10.457.725	10.457.725	2.678.239	13.135.964
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	182.857.094	-	-	-	182.857.094	-	182.857.094
	229.750.505	-	54.014.592	10.457.725	294.222.822	12.473.935	306.696.757



							2013
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Ativos não correntes</b>							
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	215.448	-	-	215.448	-	215.448
Outros ativos não correntes	933.241	-	-	-	933.241	-	933.241
	933.241	215.448	-	-	1.148.689	-	1.148.689
<b>Ativos correntes</b>							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	164.953.026	-	164.953.026	-	164.953.026
Clientes	29.606.486	-	-	-	29.606.486	-	29.606.486
Outras dívidas de terceiros	13.477.733	-	-	-	13.477.733	7.921.538	21.399.271
Outros ativos correntes	-	-	-	6.237.838	6.237.838	4.357.963	10.595.801
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	197.793.220	-	-	-	197.793.220	-	197.793.220
	240.877.439	-	164.953.026	6.237.838	412.068.303	12.279.501	424.347.804

							2014
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total		Total
<b>Passivo não corrente</b>							
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	8.508.815	-	8.508.815	-	8.508.815	-	8.508.815
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	476.117	476.117	-	476.117	-	476.117
Outros passivos não correntes	-	5.444.055	5.444.055	793.367	6.237.422	-	6.237.422
	8.508.815	5.920.172	14.428.987	793.367	15.222.354	-	15.222.354
<b>Passivo corrente</b>							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	1.967.147	-	1.967.147	-	1.967.147	-	1.967.147
Fornecedores	-	21.485.211	21.485.211	-	21.485.211	-	21.485.211
Outros passivos financeiros (Nota 18)	-	257.783	257.783	-	257.783	-	257.783
Outras dívidas a terceiros	-	2.630.706	2.630.706	5.599.550	8.230.256	-	8.230.256
Outros passivos correntes	-	17.587.594	17.587.594	8.468.334	26.055.928	-	26.055.928
	1.967.147	41.961.294	43.928.441	14.067.884	57.996.325	-	57.996.325

							2013
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total		Total
<b>Passivo não corrente</b>							
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	25.683.387	-	25.683.387	-	25.683.387	-	25.683.387
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	83.091	83.091	-	83.091	-	83.091
Outros passivos não correntes	-	970.665	970.665	287.470	1.258.135	-	1.258.135
	25.683.387	1.053.756	26.737.143	287.470	27.024.613	-	27.024.613
<b>Passivo corrente</b>							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	3.659.857	-	3.659.857	-	3.659.857	-	3.659.857
Fornecedores	-	18.054.505	18.054.505	-	18.054.505	-	18.054.505
Outros passivos financeiros (Nota 18)	-	74.963	74.963	-	74.963	-	74.963
Outras dívidas a terceiros	-	7.321.543	7.321.543	4.342.317	11.663.860	-	11.663.860
Outros passivos correntes	-	20.200.302	20.200.302	7.580.952	27.781.254	-	27.781.254
	3.659.857	45.651.313	49.311.170	11.923.269	61.234.439	-	61.234.439

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos registrados nas rubricas de outros ativos/passivos correntes e não correntes foram considerados como instrumentos não financeiros.

É entendimento do Conselho de Administração do grupo que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

## 5. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

							2014
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>							
Saldo em 31 dezembro 2013	7.444.000	11.448.857	36.094	7.013.597	251.073	1.302.572	27.496.193
Entrada de empresas (Nota 3. a))	928.629	631.866	39.669	2.467.953	127.207	-	4.195.324
Adições	29.328	4.041	-	168.741	-	403.146	605.256
Alienações	(66)	-	(3.712)	(22.761)	-	-	(26.539)
Transferências e abates	834.689	(188.724)	65	554.895	867	(1.411.977)	(210.185)
Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	(5.708.178)	(1.710.071)	-	(1.766.740)	(769)	(87.732)	(9.273.490)
<b>Saldo em 30 setembro 2014</b>	<b>3.528.402</b>	<b>10.185.969</b>	<b>72.116</b>	<b>8.415.685</b>	<b>378.378</b>	<b>206.009</b>	<b>22.786.559</b>
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas</b>							
Saldo em 31 dezembro 2013	4.614.466	11.042.578	12.625	6.061.365	235.061	-	21.966.095
Entrada de empresas (Nota 3. a))	815.248	600.391	9.654	2.404.872	68.800	-	3.898.965
Depreciações do período	522.439	119.927	5.923	396.687	12.407	-	1.057.383
Alienações	(8)	-	(412)	(22.117)	-	-	(22.537)
Transferências e abates	8.137	(298.875)	7	37.204	(1)	-	(253.528)
Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	(3.891.918)	(1.500.003)	-	(1.443.300)	(769)	-	(6.835.990)
<b>Saldo em 30 setembro 2014</b>	<b>2.068.364</b>	<b>9.964.018</b>	<b>27.797</b>	<b>7.434.711</b>	<b>315.498</b>	<b>-</b>	<b>19.810.388</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>1.460.038</b>	<b>221.951</b>	<b>44.319</b>	<b>980.974</b>	<b>62.880</b>	<b>206.009</b>	<b>2.976.171</b>
<b>2013</b>							
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>							
Saldo em 31 dezembro 2012 (reexpresso)	301.133.284	1.072.287.146	171.736	213.226.929	6.715.058	20.665.640	1.614.199.793
Adições	26.391	3.075.382	22.060	11.090.562	-	26.829.997	41.044.392
Alienações	(173.822)	(2.818.960)	(6.440)	(276.118)	(793)	(125.388)	(3.401.521)
Transferências e abates	5.214.361	32.140.960	-	(780.824)	99.504	(36.334.190)	339.811
Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	(298.400.130)	(1.093.255.014)	(85.728)	(216.172.869)	(6.563.851)	(10.739.576)	(1.625.217.168)
<b>Saldo em 30 setembro 2013</b>	<b>7.800.084</b>	<b>11.429.514</b>	<b>101.628</b>	<b>7.087.680</b>	<b>249.918</b>	<b>296.483</b>	<b>26.965.307</b>
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas</b>							
Saldo em 31 dezembro 2012 (reexpresso)	168.923.346	666.298.617	151.192	191.742.065	6.127.629	-	1.033.242.849
Depreciações do período	6.364.729	37.635.526	14.794	12.345.281	176.588	-	56.536.918
Alienações	(89.930)	(2.089.106)	(5.635)	(200.732)	(793)	-	(2.386.196)
Transferências e abates	(24.117)	(1.396.080)	-	(226.742)	11.645	-	(1.635.294)
Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	(169.538.697)	(689.432.249)	(83.381)	(197.605.951)	(6.081.764)	-	(1.062.742.042)
<b>Saldo em 30 setembro 2013</b>	<b>5.635.331</b>	<b>11.016.708</b>	<b>76.970</b>	<b>6.053.921</b>	<b>233.305</b>	<b>-</b>	<b>23.016.235</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>2.164.753</b>	<b>412.806</b>	<b>24.658</b>	<b>1.033.759</b>	<b>16.613</b>	<b>296.483</b>	<b>3.949.072</b>

As adições do período findo em 30 de setembro de 2013 incluem um conjunto de ativos associados à operação de UMTS ('Universal Mobile Telecommunications Service'), ao HSDPA ('Kanguru Express'), GSM ('Global Standard for Mobile Communications'), GPRS ('General Packet Radio Service'), ao FTTH ('Fibre-to-the-Home') e ao LTE ('Long Term Evolution'). Na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos do setor das telecomunicações (Nota 3.d)) durante o exercício de 2013, estes ativos não fazem parte do saldo inicial nem do saldo final a 30 de setembro de 2014 (Nota 3.d)).



As depreciações e amortizações do período findo em 30 de setembro de 2014 e 2013 podem ser detalhadas como se segue:

	2014			2013		
	Operações continuadas	Unidades descontinuadas (Nota 25)	Total	Operações continuadas	Unidades descontinuadas (Nota 25)	Total
Ativos fixos tangíveis	589.784	467.599	1.057.383	1.479.631	55.057.287	56.536.918
Ativos intangíveis (Nota 6)	4.243.530	48.586	4.292.116	3.261.451	38.791.745	42.053.196
	4.833.314	516.185	5.349.499	4.741.082	93.849.032	98.590.114

Em 30 de setembro de 2013 as adições do período, incluem cerca de 5,4 milhões de euros de capitalizações de custos com pessoal referentes a trabalhos para a própria empresa.

O custo de aquisição dos 'Ativos fixos tangíveis' e 'Ativos Intangíveis' detidos pelo grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 30 de setembro de 2014 e 2013, ascendia a 1.483.682 euros e a 920.831 euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 578.143 euros e 122.224 euros, respetivamente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os contratos de locação financeira da NOS Comunicações e da Be Artis foram desreconhecidos (Nota 3.d)) pelo que já não constam do saldo inicial nem do saldo final em 30 de setembro de 2014.

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, a rubrica de 'Ativos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, exceção feita aos ativos afetos a contratos de locação financeira.

O 'Ativo fixo tangível em curso' apresentava, em 30 de setembro de 2014 e 2013, a seguinte composição:

	2014	2013
Sistemas de informação / equipamento informático	201.102	269.200
Outros projetos em curso	4.907	27.283
	206.009	296.483

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, não existem compromissos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar.



## 6. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

			2014	
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo em 31 dezembro 2013	10.348.140	30.539.349	4.561.408	45.448.897
Entrada de empresas (Nota 3. a)	18.910.087	1.779.932	-	20.690.019
Adições	10.020	613.212	3.472.602	4.095.834
Transferências e abates	475.546	3.971.341	(3.425.103)	1.021.784
Unidades descontinuadas (Nota 3. d))	(25.330)	(1.638.360)	-	(1.663.690)
Saldo em 30 setembro 2014	29.718.463	35.265.474	4.608.907	69.592.844
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>				
Saldo em 31 dezembro 2013	7.141.359	21.660.278	-	28.801.637
Entrada de empresas (Nota 3. a)	10.242.112	1.616.691	-	11.858.803
Amortizações do período	2.730.538	1.561.578	-	4.292.116
Transferências e abates	308.096	100.809	-	408.905
Unidades descontinuadas (Nota 3. d))	(24.812)	(1.469.232)	-	(1.494.044)
Saldo em 30 setembro 2014	20.397.293	23.470.124	-	43.867.417
Valor líquido	9.321.170	11.795.350	4.608.907	25.725.427

			2013	
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo em 31 dezembro 2012 (reexpresso)	471.734.531	324.743.860	22.694.448	819.172.839
Adições	15.351.460	730.302	13.424.407	29.506.169
Alienações	(1.000.000)	(2.868)	-	(1.002.868)
Transferências e abates	3.396.494	7.586.452	(9.867.685)	1.115.261
Unidades descontinuadas (Nota 3. d))	(479.025.843)	(304.909.635)	(21.344.001)	(805.279.479)
Saldo em 30 setembro 2013	10.456.642	28.148.111	4.907.169	43.511.922
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>				
Saldo em 31 dezembro 2012 (reexpresso)	184.502.817	255.141.914	-	439.644.731
Amortizações do período	28.757.905	13.295.291	-	42.053.196
Alienações	(1.000.000)	(641)	-	(1.000.641)
Transferências e abates	(42.360)	(1.449.965)	-	(1.492.325)
Unidades descontinuadas (Nota 3. d))	(205.489.969)	(245.796.107)	-	(451.286.076)
Saldo em 30 setembro 2013	6.728.393	21.190.492	-	27.918.885
Valor líquido	3.728.249	6.957.619	4.907.169	15.593.037

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a NOS Comunicações assumiu compromissos em exercícios anteriores na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015. Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ('MOPTC'), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de euros, tinha de ser realizado através de projetos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal atividade da NOS Comunicações (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e atividades de



pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. A totalidade do valor já foi realizado e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem à data responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras à medida que os respetivos projetos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de euros, têm vindo a ser realizados nos termos acordados entre a NOS Comunicações e o MOPTC, através de contribuições para o projeto 'Iniciativas E' (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afetas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efetuadas através do Fundo para a Sociedade de Informação, atualmente designado por Fundação para as Comunicações Móveis, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua atividade em Portugal. A responsabilidade total foi reconhecida como um encargo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos foram desreconhecidas das demonstrações financeiras consolidadas na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o conseqüente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.d)).

As amortizações do período findo em 30 de setembro de 2013 no montante de 42.053.196 euros incluem o montante de 38.791.745 euros relativos a amortizações de ativos de unidades descontinuadas (Notas 3.d) e 25) e o montante de 3.261.451 euros relativo a unidades continuadas.

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, diretamente relacionados com a construção de determinados ativos fixos tangíveis ou intangíveis em curso. O valor capitalizado no período findo em 30 de setembro de 2013 foi de 307.869 euros. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 2,78% a qual correspondia à taxa média ponderada de remuneração dos financiamentos obtidos pelo grupo. Estes ativos foram também, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 desreconhecidos na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o conseqüente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.d)).

Em 30 de setembro de 2014 as adições do período, incluem cerca de 3,4 milhões de euros de capitalizações de custos com pessoal referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 5,9 milhões de euros em 30 de setembro de 2013), associados essencialmente a projetos de desenvolvimento de *software* de IT e aos produtos RAID e NetClarus.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis para os vários segmentos é efetuada de acordo com o descrito na Nota 7 ('Goodwill'), na medida em que tais ativos estão intimamente relacionados com a atividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

## 7. Goodwill

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos na rubrica 'Goodwill' foram os seguintes:

	2014	2013
Saldo inicial	28.434.416	517.985.506
Ajustamento ao goodwill da Connectiv (Nota 1.f))	-	(3.066.150)
Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	-	(485.150.340)
Outros movimentos do período	1.059.581	(153.114)
Saldo final	29.493.997	29.615.902

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, a rubrica 'Outros movimentos do período' inclui os efeitos da atualização cambial de goodwill.



Assim, em 30 de setembro de 2014 e 2013, a rubrica 'Goodwill' tinha a seguinte composição:

	Sistemas de Informação	Multimédia
<b>2014</b>		
Goodwill	23.463.997	6.030.000
<b>2013</b>		
Goodwill	22.615.902	7.000.000

Em 30 de abril de 2012, o grupo adquiriu a totalidade do capital da Connectiv Solutions, Inc., no seguimento da qual consolidou pelo método integral os ativos e passivos e resultados desta empresa a partir de 1 de maio de 2012.

A Connectiv tem como principal atividade a prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação. A alocação do preço de compra foi efetuada da seguinte forma:

(Montantes expressos em euros)	Valor de Balanço antes da aquisição	Ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
<b>Ativos adquiridos</b>			
Ativos fixos tangíveis	576.455	-	576.455
Ativos intangíveis	49.303	3.190.109	3.239.412
Outras dívidas de terceiros	1.155.221	-	1.155.221
Outros ativos	116.744	-	116.744
Caixa e equivalentes de caixa	315.304	-	315.304
	2.213.027	3.190.109	5.403.136
<b>Passivos adquiridos</b>			
Outras dívidas a terceiros	184.608	-	184.608
Outros passivos	1.144.459	-	1.144.459
	1.329.067	-	1.329.067
Total dos ativos líquidos adquiridos	883.960	3.190.109	4.074.069
Preço de aquisição inicial estimado			9.241.844
Goodwill inicial estimado			5.167.775
Ajustamentos ao preço estimado			412.703
Alocação a know-how			(3.478.853)
Goodwill Final			2.101.625

No seguimento da aquisição da Connectiv Solutions, Inc., a empresa efetuou uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, da qual resultou o reconhecimento de *software* e carteira de clientes no valor de 3.190.109 euros.

Como habitualmente acontece nas fusões e aquisições, também no caso da aquisição da Connectiv, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, a qual foi reconhecida como Goodwill. Este Goodwill está relacionado com diversos elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificada, capacidades tecnológicas e reputação de mercado. O montante total de Goodwill será considerado como custo fiscal nas contas da Connectiv, por um período de 15 anos, de acordo com a legislação em vigor dos Estados Unidos da América.

O preço de aquisição inclui um montante diferido de 2 milhões de USD (1 milhão pago em 2013 e 1 milhão pago em 2014), e um montante contingente, a pagar anualmente, durante 4 anos, dependente da performance da empresa ao nível da receita, o qual foi estimado em cerca de USD 2 milhões (tendo já sido pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, USD 658 mil). No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o montante contingente a pagar foi ajustado em USD 547.579 (412.703 euros). Foi ainda efetuada uma alocação a *know-how* no montante de USD 4.547.579 (3.478.653 euros), o qual se encontra a ser amortizado por um período de 28 meses, o que gerou um ajustamento ao Goodwill inicial, conforme permitido pela IFRS 3 Concentrações Empresariais, uma vez que esse ajustamento ocorreu no período permitido pela IFRS 3 para alocação do goodwill.



Em 1 de janeiro de 2013, ocorreu a fusão por incorporação da Connectiv na WeDo Americas.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do grupo efetuados numa base anual excepto se existirem indícios de imparidade, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade são consideradas taxas de crescimento de 2% no setor de sistemas de informação e de 0% no setor do Multimédia. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas. No que respeita ao setor das telecomunicações (Zopt), a aferição da existência ou não de imparidade é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

	Sistemas de Informação	Multimédia	Telecomunicações
<b>Pressupostos</b>			
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	10,5%	9,0%	9,0%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,0%	0,0%	2,0%

Devido ao agravar da crise financeira, que provocou uma forte degradação do cenário macroeconómico em Portugal nos últimos anos, o mercado publicitário sofreu uma forte queda. Esta situação, juntamente com previsões pessimistas para os anos seguintes, agravou as suas perspectivas de evolução futura. Verificou-se, adicionalmente, uma deterioração das vendas de jornais e produtos associados, afetando as projeções dos fluxos de caixa do segmento de multimédia, cujos testes de imparidade conduziram ao registo de uma perda no valor de 970 mil euros no exercício de 2013, na rubrica 'Amortizações e depreciações' da Demonstrações de Resultados, de acordo com a política descrita na Nota 1.w).

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas, nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013. No setor de Sistemas de Informação e Multimédia, da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades adicionais.

## 8. Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente

As empresas associadas e controladas conjuntamente, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor na demonstração de resultados em 30 de setembro de 2014 e 2013 são as seguintes:

Sede social	Porcentagem de capital detido				Valor na demonstração dos resultados		
	30 setembro 2014		30 setembro 2013		30 setembro 2014	30 setembro 2013	
	Direto	Total	Direto	Total			
ZOPT (a)	Porto	50%	50%	50%	50%	16.260.650	1.940.445
Unipress – Centro Gráfico, Lda ('Unipress')	Vila Nova de Gaia	50%	50%	50%	50%	71.661	180.030
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ('S.I.R.S.' – usando a marca 'Rádio Nova')	Porto	45%	45%	45%	45%	(35.822)	(50.966)
Infosystems (a)	Luanda	Alienada		50%	50%	-	102.286
S21Sec Ciber seguridad SA de CV ('Ciber seguridad') (b)	Cidade do México	50%	30%	-	-	(15.747)	-
Intelligent Big Data, S.L. ('Big Data') (c)	Gipuzcoa	50%	30%	-	-	(15)	-
<b>Total (Nota 20)</b>						<b>16.280.727</b>	<b>2.171.795</b>

(a) Inclui a incorporação dos resultados das participadas proporcionalmente ao capital detido

(b) Empresa detida diretamente pela S21 Sec México

(c) Empresa detida diretamente pela S21 Sec Gestion

As empresas associadas e controladas conjuntamente foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial. A 30 de setembro de 2014 o grupo apenas detinha empresas controladas conjuntamente.



Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente, foi o seguinte:

	30 setembro 2014			30 setembro 2013		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
<b>Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente</b>						
Saldo em 1 de janeiro	622.585.085	87.849.200	710.434.285	631.382	321.700	953.082
Aumentos	1.500	-	1.500	625.114.444	87.527.500	712.641.944
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos e perdas	16.316.549	-	16.316.549	2.222.761	-	2.222.761
Efeito em reservas	(13.098.985)	-	(13.098.985)	(204.958)	-	(204.958)
Dividendos	(7.320.650)	-	(7.320.650)	(143.870)	-	(143.870)
<b>Total de investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente</b>	<b>618.483.499</b>	<b>87.849.200</b>	<b>706.332.699</b>	<b>627.619.759</b>	<b>87.849.200</b>	<b>715.468.959</b>
Perdas por imparidade (Nota 17)	(141.206)	-	(141.206)	(112.105)	-	(112.105)
<b>Valor líquido</b>	<b>618.342.293</b>	<b>87.849.200</b>	<b>706.191.493</b>	<b>627.507.654</b>	<b>87.849.200</b>	<b>715.356.854</b>

O valor de aumentos no período findo em 30 de setembro de 2013 corresponde essencialmente ao aumento na Zopt, de acordo com o seguinte:

	2013
<b>Zopt</b>	
Participação no capital da Zopt (Nota 3.d)	597.641.944
Prestações Acessórias Zopt (Nota 3.d)	230.000.000
Alienação de Prestações Acessórias da Zopt (Nota 3.d)	(115.000.000)
<b>Total</b>	<b>712.641.944</b>

O valor do Goodwill adicional ao existente nas demonstrações financeiras consolidadas da Zopt, no montante de 87.527.500 euros resulta da diferença entre o valor do investimento (712.641.944 euros) e o valor da proporção dos capitais próprios da Zopt (625.114.444 euros), uma vez que não foi identificada qualquer alocação adicional dos ativos e passivos por estes já se encontrarem registadas ao justo valor nas demonstrações financeiras consolidadas da Zopt à data de operação da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon (Nota 3.d)).

A divisão por empresa dos montantes incluídos no valor dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente é a seguinte:

	30 setembro 2014			30 setembro 2013		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
<b>Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente</b>						
Zopt	617.957.603	87.527.500	705.485.103	626.878.889	87.527.500	714.406.389
Unipress	506.652	321.700	828.352	640.704	321.700	962.404
SIRS	(141.206)	-	(141.206)	(112.105)	-	(112.105)
Infosystems	-	-	-	100.166	-	100.166
Ciber seguridad	18.646	-	18.646	-	-	-
Big Data	598	-	598	-	-	-
<b>Total</b>	<b>618.342.293</b>	<b>87.849.200</b>	<b>706.191.493</b>	<b>627.507.654</b>	<b>87.849.200</b>	<b>715.356.854</b>



Os montantes agregados dos principais indicadores financeiros das principais entidades podem ser resumidos como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)							2014	
Empresa	% Participação	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Receita	Resultados operacionais	Resultado Líquido	
ZOPT*	50%	4.512.506	1.981.086	2.531.420	1.030.132	106.573	56.761	
Unipress	50%	4.240	3.226	1.013	2.329	720	143	
SIRS	45%	306	619	(314)	659	(44)	(80)	

\* Contas consolidadas das empresas do grupo Zopt, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia. O valor dos capitais próprios inclui interesses sem controlo.

O valor da demonstração de resultados da Zopt resulta do resultado líquido do período da NOS, do resultado líquido do período da Zopt, dos impactos em resultados do processo de alocação do justo valor aos ativos e passivos adquiridos pela Zopt e retirando o efeito dos minoritários.

### Processos judiciais em curso, ativos contingentes e passivos contingentes do Grupo Zopt

#### 1. Processos TMDP

Em fevereiro de 2004, a Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), no seu artigo 106º, criou, ao abrigo do artigo 13º da Diretiva-Autorização (Diretiva 2002/20/CE, de 7 de junho), a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), como contrapartida dos 'direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento em local fixo, dos domínios público e privado municipal' por sistemas, equipamentos e demais recursos de empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público.

A base da incidência da TMDP é, por seu turno, constituída por 'cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município', sendo a TMDP determinada com base num percentual máximo de 0,25% sobre o valor dessas faturas. Alguns municípios, apesar da aprovação da TMDP, têm mantido a cobrança das denominadas Taxas de Ocupação, tendo outros optado pela manutenção destas últimas taxas em detrimento da aprovação da TMDP.

O Grupo, com base em pareceres jurídicos sobre esta matéria, entende que a TMDP é a única taxa que pode ser cobrada como contrapartida dos direitos acima referidos, designadamente o direito de instalação, razão pela qual tem impugnado as Taxas de Ocupação de via pública que lhe são cobradas pelos municípios, por entender que as mesmas são ilegais. Salienta-se que, em sede de reclamação graciosa, houve já decisão por parte de alguns municípios, que ou subscreveram o entendimento do Grupo ou entenderam poderem apenas optar entre uma ou outra das taxas, entendendo que não é possível a sobreposição da TMDP e das Taxas de Ocupação de via pública.

Entretanto já foram proferidas várias decisões judiciais, incluindo do Supremo Tribunal Administrativo sobre a questão de fundo que têm vindo a dar provimento à posição e entendimento da NOS SA, pelo que existem boas perspetivas de que esta questão venha a ser definitivamente resolvida na generalidade da Câmaras em favor da NOS SA. Foram interpostos dois recursos para o Tribunal Constitucional em dois processos pela Câmara Municipal de Lisboa, que não tiveram provimento.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei 123/2009, de 21 de maio, esta questão ficou definitivamente ultrapassada, para o futuro. Este diploma veio dispor claramente (em linha com o que o Grupo entendia já decorrer da legislação anterior) que, pela utilização e aproveitamento dos bens do domínio público e privado municipal que se traduza na construção ou instalação, por parte de empresas que ofereçam redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, de infraestruturas aptas ao alojamento de comunicações eletrónicas é devida a TMDP, nos termos da Lei das Comunicações Eletrónicas e que não são devidas quaisquer outras taxas, encargos ou remunerações.

#### 2. Processos com entidades reguladoras

- Em 8 de julho de 2009, a NOS SA (à data ZON TV Cabo) foi notificada pela AdC, no âmbito de um processo de contraordenação sobre a oferta *triple play*, solicitando que a NOS SA se pronunciasse sobre o teor da mesma, o que esta já fez em tempo. O processo encontra-se ainda em fase de inquérito na AdC, tendo sido solicitadas informações a que a NOS tem vindo a responder. Caso se venha a concluir pela existência de uma infração, poderá haver lugar a aplicação de uma coima que não poderá exceder os 10% do seu volume de negócios do último ano da infração.
- O ICP-ANACOM instaurou processos de contraordenação contra empresas do Grupo, tal como contra a generalidade dos operadores de comunicações eletrónicas nacionais, por violação das regras de portabilidade. A NOS SA, NOS Açores e a NOS



Madeira impugnaram judicialmente as decisões do ICP-ANACOM, de condenação no pagamento de coimas, no âmbito desses processos. Em 2014 foram proferidas decisões judiciais de cinco processos que confirmaram sanções aplicadas à NOS SA, NOS Açores e à NOS Madeira no montante de 72 milhares de euros. Encontram-se ainda pendentes de decisão processos de anos anteriores.

A NOS SA, a NOS Açores e a NOS Madeira têm vindo a impugnar judicialmente os atos do ICP-ANACOM de liquidação da Taxa Anual (anos de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013) pela atividade de Fornecedor de Redes de Serviços de Comunicações Eletrónicas nos valores (i) de 1.861 milhares de euros, 3.808 milhares de euros, 6.049 milhares de euros, 6.283 milhares de euros e 7.270 milhares de euros; (ii) 29 milhares de euros, 60 milhares de euros, 95 milhares de euros, 95 milhares de euros e 104 milhares de euros (iii) 40 milhares de euros, 83 milhares de euros, 130 milhares de euros, 132 milhares de euros e 149 milhares de euros, respetivamente, tendo sido peticionada a restituição das quantias entretanto pagas no âmbito da execução dos referidos atos de liquidação. Esta taxa é uma percentagem definida anualmente pelo ICP-ANACOM (em 2009 foi de 0,5826%) sobre as receitas de comunicações eletrónicas dos operadores; o regime entra gradualmente em vigor: 1/3 no 1.º ano, 2/3 no 2.º ano e 100% no 3.º ano. As empresas NOS SA, NOS Açores e NOS Madeira argumentam, nomeadamente, além de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade, que apenas as receitas relativas à atividade de comunicações eletrónicas propriamente dita, sujeita à regulação do ICP-ANACOM podem ser consideradas para efeitos de aplicação da percentagem e cálculo da taxa a pagar, não devendo ser consideradas receitas de conteúdos televisivos.

Em 18 de dezembro de 2012 foi proferida sentença no processo instaurado pela NOS SA referente a 2009, a qual julgou procedente a impugnação, tendo apenas apreciado o vício da falta de audiência prévia, condenando, ainda, o ICP-ANACOM a pagar juros, decisão contra a qual o ICP-Anacom apresentou recurso, ao qual, por decisão de julho de 2013, não foi dado provimento.

Os demais processos encontram-se a aguardar julgamento e decisão.

- A NOS candidatou-se ao concurso público para o licenciamento de um serviço de programas de âmbito nacional, generalista, de acesso não condicionado livre, a emitir por via hertziana terrestre. Por decisão da Entidade Reguladora para a Comunicação Social de 23 de março de 2009, a candidatura da NOS, tal como a outra candidatura concorrente foi excluída do concurso, decisão da qual a NOS recorreu judicialmente. Entretanto, em 2014, a NOS desistiu dos pedidos formulados, pondo termo ao processo.

### 3. Administração Fiscal

No decurso dos exercícios de 2003 a 2013, algumas empresas do Grupo NOS foram objeto de Inspeção Tributária aos exercícios de 2001 a 2011. Na sequência destas inspeções, a NOS, enquanto sociedade dominante do Grupo Fiscal, e as empresas não abrangidas pelo Grupo Fiscal, foram notificadas das correções efetuadas pelos Serviços de Inspeção Tributária ao prejuízo fiscal do Grupo e correções em sede de IVA e Imposto de selo e para fazer pagamentos correspondentes às correções aos exercícios acima referidos. O valor total das notificações ascende a 25,8 milhões de euros. De salientar que o Grupo entendeu que as correções efetuadas não tinham fundamento, tendo contestado as referidas correções e montantes. O Grupo prestou garantias bancárias exigidas pela Administração Fiscal, no âmbito destes processos.

No final do exercício de 2013 e aproveitando o regime extraordinário de regularização de dívidas fiscais, a empresa liquidou 7,7 milhões de euros (correspondendo a notificações no montante de 17,3 milhões de euros deduzido de juros de mora). Este montante ficou registado como "Imposto a recuperar" não corrente deduzido de provisão constituída no montante de 3,5 milhões de euros.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a posição consolidada.

### 4. Ações da PT contra a NOS Madeira e NOS Açores

- A PT tentou no Tribunal Judicial do Funchal uma ação ordinária contra a NOS Madeira, pedindo o pagamento de 1.608 milhares de euros, acrescido de juros, até integral pagamento pela alegada utilização de condutas, prestação de serviço MID, prestação de serviço de vias Vídeo/Áudio, despesas de operação, manutenção e gestão de cabo submarino Madeira/Porto Santo e utilização de dois troços de fibra ótica. A empresa contestou a ação, nomeadamente quanto aos preços em causa, aos serviços e à legitimidade da PT quanto às condutas. Foi proferida sentença em final de julho de 2013, que foi largamente favorável à NOS Madeira, da qual, entretanto, a PT recorreu, estando o processo a aguardar normal desenvolvimento.
- Em abril de 2012 e na sequência de decisão judicial em anterior processo em que, por decisão de 19 de julho de 2011, a NOS Açores foi absolvida da instância, a PT veio a apresentar duas novas ações contra a NOS Açores, uma respeitante à prestação de serviço MID e outra à prestação de serviço de vias Vídeo/Áudio, peticionando o pagamento de 222 milhares de euros e de 316 milhares de euros, respetivamente, acrescidos de juros, estando a aguardar julgamento e decisão. Relativamente ao primeiro processo, foi proferida sentença que, sem prejuízo dos juros, reduz o valor a pagar pela NOS Açores para cerca de 97 milhares de



euros. Relativamente ao segundo processo, no terceiro trimestre de 2014 a NOS Açores foi condenada a pagar os 316 milhares de euros, sem prejuízo dos juros e custas. Ambos os valores estão totalmente provisionados a 30 de setembro de 2014.

#### 5. Ação contra a NOS SA

Em 2014, foi intentada ação judicial cível contra a NOS SA por uma empresa prestadora de serviços de comercialização de serviços NOS, a qual pede a condenação desta no pagamento de cerca de 1.243 mil euros, por alegada rescisão antecipada de contrato e a título de indemnização de clientela. É convicção do Conselho de Administração que os argumentos utilizados não são corretos, pelo que do desfecho do processo não resultarão impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo. A ação aguarda julgamento.

#### 6. Ações contra a SPORT TV

A SPORT TV Portugal, SA foi condenada pela Autoridade da Concorrência ao pagamento de uma coima no valor de 3.730 milhares de euros pela alegada prática de infração de abuso de posição dominante no mercado nacional de canais de acesso condicionado com conteúdos desportivos *premium*. A SPORT TV não concorda com a decisão e por isso decidiu recorrer da mesma para as instâncias judiciais competentes, tendo entretanto sido proferida decisão pelo Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão, que alterou a coima para 2.700 milhares de euros. A Sport TV apresentou, entretanto, recurso para o Tribunal da Relação.

#### 7. Penalidades Contratuais

As condições gerais que regulam a vigência e cessação da relação contratual entre a NOS e os seus clientes, estabelecem que em caso de desativação dos produtos e serviços por iniciativa do cliente antes de decorrido o período de fidelização, o cliente fica obrigado ao pagamento imediato de uma indemnização.

Até setembro de 2014, os valores a receber pela NOS SA, NOS Madeira e NOS Açores de indemnizações faturadas ascende a um total de 108.842 milhares de euros. Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, foi recebido e reconhecido em resultados o montante de 5.080 milhares de euros.

#### 8. Tarifas de Interligação

Em 30 de setembro de 2014, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 euros e 29.913.608 euros, respetivamente, que resultam de um diferendo mantido, entre a subsidiária, NOS SA e essencialmente, a MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (anteriormente designada TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.), relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respetivos custos e proveitos sido registados nesse ano. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à NOS SA. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da MEO. Contudo, a MEO voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da MEO, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

#### 9. CNPD

Existe ainda uma provisão para fazer face ao processo de contraordenação no valor de cerca de 4,5 milhões de euros, instaurado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) contra a NOS SA, por alegada violação de normas relacionadas com a proteção legal de dados. Durante a fase de projeto de decisão, a NOS SA alegou, por um lado, um conjunto de vícios processuais e, por outro, um conjunto de argumentos de facto e de direito que o Conselho de Administração entendia imporem uma decisão final de arquivamento do processo contraordenacional. No entanto, no dia 16 de janeiro de 2014, a NOS SA recebeu a Nota de Liquidação referente à coima aplicada pela CNPD, e impugnou judicialmente a coima. Em 8 de setembro de 2014, o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão reduziu a coima para 600 mil euros, tendo a NOS SA recorrido desta decisão. Decorrente desta decisão, a provisão foi reduzida em 3,9 milhões de euros.

#### 10. ANACOM

Processo de contraordenação relativo ao alegado incumprimento, pela NOS SA, de uma deliberação da Anacom em 26 de outubro de 2005, relativa ao tarifário de terminação de chamadas na rede fixa e que originou a aplicação de uma coima, no montante de cerca de 6,5 milhões de euros, à NOS SA, por deliberação do Conselho de Administração da Anacom, em abril de 2012. A NOS SA impugnou judicialmente a decisão e o tribunal declarou, em janeiro de 2014, a nulidade do processo (violação do direito de defesa da NOS SA). Em abril de 2014, a ANACOM notificou a NOS SA de um novo processo de contraordenação, tendo por base as mesmas acusações, processo que constitui uma repetição da acusação inicialmente apresentada contra a NOS. A NOS impugnou judicialmente esta decisão.

#### 11. NOS Madeira

Processo que a PT intentou contra a NOS Madeira no valor de cerca de 1,6 milhões de euros relativo a alegada utilização de condutas, prestação de MID, prestação de serviço Vídeo/Aúdio, despesas de operação, manutenção e gestão de cabo submarino Madeira/Porto Santo e utilização de dois troços de fibra ótica.



### 12. Prestações acessórias

A Administração Tributária defende que a NOS SA violou o princípio da plena concorrência estatuído no n.º 1 do artigo 58.º do CIRC, ao ter efetuado prestações acessórias em benefício da sua participada Be Towering, sem ter sido remunerada de harmonia com uma taxa de juro de mercado. Em consequência foi notificada, relativamente aos exercícios de 2004, 2005, 2006 e 2007 de correções ao apuramento do lucro tributável no valor total de 20,5 milhões de euros. A NOS SA impugnou as decisões referentes a todos os exercícios. Relativamente ao exercício de 2007, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, tendo a empresa recorrido da decisão.

### 13. Cedência de créditos futuros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a NOS SA foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. Atendendo ao princípio da periodização do lucro tributável, a NOS SA foi posteriormente, notificada da dedução indevida do montante de 20 milhões de euros, no apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2009 (Relatório da Inspeção Tributária e nota de liquidação rececionados em dezembro de 2011 e janeiro de 2012, respetivamente), 2010 (Relatório da Inspeção Tributária e nota de liquidação rececionados em janeiro de 2013 e maio de 2013, respetivamente) e 2011 (Relatório da Inspeção Tributária e nota de liquidação rececionado em janeiro de 2014 e outubro de 2014, respetivamente). Dado que o acréscimo efetuado em 2008, não foi aceite por não cumprir o disposto no artigo 18.º do CIRC, também nos exercícios seguintes a dedução correspondente aos créditos gerados nesses anos para cumprimento da amortização anual contratada no âmbito da operação (20 milhões por ano durante 5 anos) serão de eliminar no apuramento do lucro tributável. A NOS SA impugnou as decisões referentes aos exercícios de 2008, 2009 e 2010 e impugnará em seu devido tempo a decisão referente ao exercício de 2011. Relativamente ao exercício de 2008, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, em março de 2014, tendo a empresa interposto o competente recurso.

### 14. Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CSLU)

A Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CSLU), está prevista nos artigos 17.º a 22.º, da Lei n.º 35/2012, de 23 de Agosto. Desde 1995 até junho de 2014, PT Comunicações, SA (PTC) prestou o serviço universal de comunicações eletrónicas, em regime de exclusivo, tendo sido designada ilegalmente sem um procedimento concursal (aliás, como reconhecido pelo Tribunal de Justiça da Europeia), que através da sua decisão de junho de 2014 condenou o Estado Português ao pagamento de uma multa de 3 milhões de euros por designação ilegal da Portugal Telecom). De acordo com o Artigo 18.º da referida Lei 35, os custos líquidos do operador responsável pelo serviço universal aprovados pelo ICP-ANACOM devem ser repartidos pelas outras empresas que ofereçam, no território nacional, redes de comunicações públicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público. A NOS fica assim abrangida por esta contribuição extraordinária visto que a PTC veio solicitar o pagamento dos CSLU ao fundo de compensação. O fundo de compensação pode ser acionado para compensar os custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas, relativos ao período anterior à designação do respetivo prestador por concurso, sempre que, cumulativamente, se verifique (i) a existência de custos líquidos, que sejam considerados excessivos, cujo montante seja aprovado pelo ICP-Anacom, na sequência de auditoria ao cálculo preliminar e respetivos documentos de suporte, que sejam transmitidos pelo prestador do serviço universal e (ii) o prestador do serviço universal solicite ao Governo a compensação dos custos líquidos que tenham sido aprovados nos termos da alínea anterior. Em setembro de 2013, o ICP-Anacom deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CSLU apresentados pela PTC, relativos ao exercício de 2007 a 2009, num montante total de cerca de 66,8 milhões de euros, decisão esta que foi impugnada pela NOS e em relação à qual a NOS foi, em junho de 2014, notificada da contestação oferecida pelo ICP-Anacom. Ainda em junho de 2014, o ICP-Anacom solicitou à NOS o envio da informação sobre o volume de negócios elegível, para efeito do pagamento da contribuição para o fundo de compensação, informação esta enviada com a ressalva de que tal não significava a aceitação ou concordância por parte da NOS quanto à existência de qualquer obrigação de efetuar o pagamento da contribuição extraordinária. Encontra-se em fase de finalização uma auditoria aos volumes de negócios elegível. É ainda expectável que a PTC venha a submeter ao ICP-Anacom os cálculos dos CSLU incorridos no período entre 2012 e junho de 2014, sendo estimado que o valor da contribuição referente à Optimus, SA, até à data da fusão, seja de 22 milhões de euros.

É entendimento do Conselho de Administração da NOS que esta contribuição extraordinária viola a Diretiva do Serviço Universal, na medida em que a PTC não foi designada como prestadora do serviço universal através de um procedimento concursal. Acresce que, considerando o quadro legal e o direito em vigor desde que a NOS iniciou a sua atividade, a exigência do pagamento da contribuição extraordinária viola o princípio da proteção da confiança, reconhecido a nível legal e constitucional no direito interno português. Por estas razões, a NOS irá impugnar judicialmente todas as liquidações de todas e cada uma das contribuições extraordinárias.

## 9. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Em agosto de 2013, o grupo Sonaecom, em resultado do processo de fusão entre a Optimus SGPS e Zon, passou a deter ações NOS registadas ao justo valor através de resultados (Nota 3.d)), uma vez que se trata da classificação inicial de um ativo detido com o propósito

de venda no curto prazo. Conforme acordo parassocial, estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na NOS.

No período findo em 30 de setembro de 2014 foram ainda adquiridas ações Sonae de acordo com o movimento abaixo descrito.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o período findo em 30 de setembro de 2014 e 2013 foram como segue:

						2014
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 20)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP	Saldo final
NOS	202.442.350	-	(141.650.837)	(8.217.685)	-	52.573.828
Sonae SGPS	-	5.522.188	(2.804.200)	(29.241)	(105.798)	2.582.949
	202.442.350	5.522.188	(144.455.037)	(8.246.926)	(105.798)	55.156.777
Registado em ativos não correntes						1.142.185
Registado em ativos correntes						54.014.592

						2013
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 20)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP	Saldo final
NOS	-	155.805.631	-	9.147.395	-	164.953.026
	-	155.805.631	-	9.147.395	-	164.953.026
Registado em ativos correntes						164.953.026

Os aumentos e diminuições do justo valor são registados por contrapartida da rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' da demonstração de resultados (Nota 20), com exceção dos aumentos e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura dos planos de incentivo de médio prazo cujo valor é registado em outras rubricas da demonstração dos resultados.

As diminuições a 30 de setembro de 2014 do investimento em ações NOS correspondem à contrapartida em ações NOS prevista nos termos de troca da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias. Em resultado desta oferta a Sonaecom reduziu o seu investimento em ações NOS em 26.476.792 ações (141.650.837 euros) (Nota 13), passando a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da NOS, correspondentes a uma participação de 2,14%.

A determinação do justo valor do investimento detalha-se como segue:

	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	2.249.955
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1	
Método de valorização	Preço cotado em bolsa	
Preço cotado*	4,774	1,148
Justo valor	52.573.828	2.582.949

\* Utilizada a cotação de 30 de setembro de 2014 no apuramento do justo valor.

## 10. Investimentos disponíveis para venda

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2014	2013
Lusa - Agência de Notícias e Portugal, S.A.	1,38%	197.344	197.344
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL	10,00%	5.000	5.000
Outros	-	13.104	13.104
Perdas por imparidade		(100.000)	-
		115.448	215.448



A variação ocorrida na rubrica de 'Investimentos disponíveis para venda', correspondeu à constituição de uma perda por imparidade no montante de 100.000 euros referente ao investimento na Lusa, a qual foi registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Outros custos financeiros' no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 30 de setembro de 2014, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efetuada recorrendo a comparações com a quota-parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo setor.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de euros):

	Ativo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado antes de juros, impostos e amortizações	Resultado Líquido
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. <sup>(1)</sup>	13.630	6.201	1.020	14.311	(626)	(1.018)
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL <sup>(1)</sup>	110	10	-	58	8	8

<sup>(1)</sup> Valores em milhares de euros reportados a 31-12-2013.

## 11. Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos, em 30 de setembro de 2014 e 2013, no montante de 7.063.152 euros e 5.531.973 euros, respetivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, benefícios fiscais, da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns ativos fixos e de outras diferenças temporárias. O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 foi como segue:

							2014
	Saldo em 31 dezembro 2013	Entrada de empresas no perímetro	Movimentos nos Impostos Diferidos do período	Utilização de Impostos diferidos	Registo/(Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	Saldo em 30 setembro 2014
Prejuízos fiscais	848.995	1.090.050	572.725	(204.873)	-	-	2.306.897
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	1.510.903	21.109	348.199	-	(15.950)	(104.181)	1.760.080
Benefícios Fiscais (SIFIDE, RFAI e CFEI)	946.535	-	-	-	444.193	(65.367)	1.325.361
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	227	-	-	-	(146)	-	81
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	1.997.545	-	(191.369)	-	-	-	1.806.176
Efeito em resultados (Nota 21)	5.304.205	-	729.555	(204.873)	428.097	-	6.256.984
Entrada de empresas no perímetro (Nota 3.a)) e unidades descontinuadas (Nota 3.d))	-	1.111.159	-	-	-	(169.548)	941.611
Outros	(104.319)	-	(31.124)	-	-	-	(135.443)
<b>Saldo final</b>	<b>5.199.886</b>	<b>1.111.159</b>	<b>698.431</b>	<b>(204.873)</b>	<b>428.097</b>	<b>(169.548)</b>	<b>7.063.152</b>

							2013
	Saldo em 31 dezembro 2012	Movimentos nos Impostos Diferidos do período	Utilização de Impostos diferidos	Registo/(Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	Saldo em 30 setembro 2013	
Prejuízos fiscais	6.172.973	332.232	(928.527)	(198.057)	(4.501.586)	877.035	
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	36.302.876	(802.783)	-	5.530.528	(39.434.788)	1.595.833	
Benefícios Fiscais (SIFIDE e RFAI)	9.709.216	-	-	3.883.508	(12.524.383)	1.068.341	
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	13.249.801	(4.416.618)	-	1.392.244	(10.225.164)	263	
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	3.220.000	-	(2.146.667)	-	(1.073.333)	-	
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	32.510.701	(4.268.975)	-	4.685.367	(30.866.513)	2.060.580	
<b>Sub-total do efeito em resultados</b>	<b>101.165.567</b>	<b>(9.156.144)</b>	<b>(3.075.194)</b>	<b>15.293.590</b>	<b>(98.625.767)</b>	<b>5.602.052</b>	
Outros	(30.786)	(39.293)	-	-	-	(70.079)	
<b>Saldo final</b>	<b>101.134.781</b>	<b>(9.195.437)</b>	<b>(3.075.194)</b>	<b>15.293.590</b>	<b>(98.625.767)</b>	<b>5.531.973</b>	



No saldo inicial do período findo em 30 de setembro de 2013, as 'Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias' incluíam diferenças temporárias relativas ao valor da licença UMTS, da NOS Comunicações. Nas demonstrações financeiras consolidadas e de acordo com as IAS/IFRS, a licença foi amortizada linearmente, pelo período estimado de vida útil. Para efeitos fiscais, até ao exercício de 2009, a licença UMTS foi amortizada utilizando, nos primeiros cinco anos de operação comercial, de 2004 a 2008, quotas progressivas em função da capacidade da rede instalada, após o qual seriam aplicadas quotas constantes até ao termo da licença. Deste modo, o grupo registou impostos diferidos ativos relativos à diferença temporária entre o valor da licença para efeitos fiscais e o valor registado nas demonstrações financeiras consolidadas. Em agosto de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon foi efetuado o desreconhecimento dos ativos do setor das telecomunicações (Nota 3.d)), pelo que estes ativos não fazem parte do saldo final do período findo em 30 de setembro de 2013 (Nota 3.d)).

Os impostos diferidos relacionados com os ajustamentos na conversão para IAS/IFRS correspondem a diferenças temporárias geradas nas empresas incluídas na consolidação e resultam do facto de os ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, registados nestas empresas, à data de 31 de dezembro de 2009, já considerados nas demonstrações financeiras consolidadas em IAS/IFRS, de exercícios anteriores, apenas serem considerados para efeitos fiscais, linearmente, pelo período de 5 anos entre 2010 e 2014.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram constituídos impostos diferidos ativos no montante de 16,1 milhões de euros, decorrentes da operação de titularização de créditos futuros concretizada em dezembro de 2008. Em resultado desta operação, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de agosto, os 100 milhões de euros foram acrescidos para efeitos do apuramento do resultado fiscal relativo ao exercício de 2008, gerando assim uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, tendo sido registados impostos diferidos ativos na extensão em que era provável, naquela data, com razoável segurança, a sua utilização. Até 27 de agosto de 2013, foi revertido um montante de 15 milhões de euros, correspondente à reversão da respetiva diferença temporária. Em agosto de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon foi efetuado o desreconhecimento dos ativos do setor das telecomunicações (Nota 3.d)), pelo que estes ativos não fazem parte do saldo inicial do período findo em 30 de setembro de 2014 (Nota 3.d)).

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, foi efetuada uma avaliação dos impostos diferidos a recuperar e a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, ativos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração das empresas do grupo, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 7.

Em 30 de setembro de 2014, a taxa de imposto a utilizar nas empresas portuguesas, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 23% (25% em 2013), devido à alteração da taxa de IRC de 25% para 23% a partir de 2014. No caso das diferenças temporárias com origem em empresas portuguesas, nomeadamente das provisões não aceites e perdas de imparidade, a taxa a utilizar é de 24,5%. Não foi considerada derrama estadual por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa. Os benefícios fiscais, por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Para as empresas estrangeiras foi utilizada a taxa em vigor em cada um dos países.



De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam ativos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 30 de setembro de 2014, por situação geradora, era como segue:

Situação geradora	Empresas incluídas no RETGS*	Empresas excluídas do RETGS											Total Grupo Sonaecom	
		We Do Brasil	We Do USA	Sonaecom Sistemas de Informação Espanha	We Do Mexico	Saphety Brasil	S21GES	SEC FRM	SEC INSTITUTE	SEC LABS	LOOKWISE	SEC BARCELONA		Total
Prejuízos fiscais reportáveis:														
A serem utilizados até 2018	-	-	-	-	-	-	13.899	-	-	-	-	-	13.899	13.899
A serem utilizados até 2020	-	-	-	-	-	-	96.766	-	-	-	-	-	96.766	96.766
A serem utilizados até 2023	-	-	-	-	137.791	-	-	-	-	-	-	-	137.791	137.791
A serem utilizados até 2025	-	-	-	151.545	-	-	148.698	-	-	-	-	2.528	302.771	302.771
A serem utilizados até 2026	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.251	3.251	3.251
A serem utilizados até 2027	-	-	-	-	-	-	8.512	-	16.178	55.000	-	-	79.690	79.690
A serem utilizados até 2028	-	-	-	-	-	-	-	48	51.372	25.014	668.784	-	745.218	745.218
A serem utilizados até 2030	-	-	123.739	7.393	-	-	-	-	-	-	-	-	131.132	131.132
A serem utilizados até 2033	-	-	196.320	-	-	-	-	-	-	-	-	-	196.320	196.320
A serem utilizados até 2034	-	-	600.059	-	-	-	-	-	-	-	-	-	600.059	600.059
Prejuízos fiscais	-	-	920.118	158.938	137.791	-	267.875	48	67.550	80.014	668.784	5.779	2.306.897	2.306.897
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	812.058	273.746	328.088	-	315.419	7.459	23.132	-	-	178	-	-	948.022	1.760.080
Benefícios Fiscais (SIFIDE, RFAI e CFEl)	1.309.480	-	15.881	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.881	1.325.361
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	81	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	81
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.806.176
Outros	-	(20.117)	(89.469)	-	(25.677)	(180)	-	-	-	-	-	-	(135.443)	(135.443)
<b>Total</b>	<b>2.121.619</b>	<b>253.629</b>	<b>1.174.618</b>	<b>158.938</b>	<b>427.533</b>	<b>7.279</b>	<b>291.007</b>	<b>48</b>	<b>67.550</b>	<b>80.192</b>	<b>668.784</b>	<b>5.779</b>	<b>3.135.357</b>	<b>7.063.152</b>

\* A partir de 2014, a Digitmarket foi incluída no RETGS, devido às alterações ocorridas na legislação aplicável.

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, os valores de impostos diferidos não registados por, atualmente, não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2014	2013
Prejuízos fiscais	8.658.540	17.653.074
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	33.062.129	36.200.175
Outros	839.034	2.532.805
<b>Total</b>	<b>42.559.703</b>	<b>56.386.054</b>



Em 30 de setembro de 2014 e 2013, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2014	2013
2013	-	11.683.440
2014	308.219	441.220
2015	1.226.551	1.320.642
2016	270.858	398.852
2017	206.253	241.024
2018	258.721	72.785
2019	373.730	331.156
2020	69.503	28.467
2021	173.547	53.860
2022	355.944	33.229
2023	97.052	-
2026	952.063	-
2027	256.524	-
2028	557.474	-
2030	84.942	84.942
2031	106.853	108.424
2032	75.789	-
Sem limite de utilização	3.284.517	2.855.033
	8.658.540	17.653.074

Os anos de 2027 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 12 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 30 de setembro de 2014 no montante de 158.867 euros (59.491 euros em 2013) resultam essencialmente de diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos intangíveis.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, foi como segue:

	2014	2013
Saldo inicial	(89.522)	(1.089.637)
Diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal	88.971	770.393
Unidades descontinuadas	-	259.753
Sub-total do efeito em resultados (Nota 21)	88.971	1.030.146
Outros	551	-
Entrada de empresas no perímetro de consolidação	(158.687)	-
Saldo final	(158.687)	(59.491)

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 é como segue:

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Resultado antes de imposto	10.081.249	4.959.498
Imposto	(2.318.687)	(1.239.875)
Ativos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação, tributação autónoma, derrama e outros ajustamentos contabilísticos não aceites fiscalmente	174.516	(3.720.969)
Registo/(anulação) de ativos por impostos diferidos relativos a exercícios anteriores e benefícios fiscais	362.730	686.540
Utilização de prejuízos fiscais e benefícios fiscais, sem registo de imposto diferido ativo em exercícios anteriores	119.571	2.512.301
Diferenças temporárias do período sem registo de impostos diferidos ativos	1.276.254	(678.571)
Registo de passivos por impostos diferidos	-	(309.075)
Impostos registados no período (Nota 21)	(385.616)	(2.749.649)

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 23% (25% em 2013) por ser esta a taxa normal de IRC em Portugal, em 2014, país onde a quase totalidade dos rendimentos do grupo Sonaecom são tributados.



A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2010 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração do grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2014.

## 12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2014	2013
Numerário	20.326	17.921
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	20.932.288	1.970.961
Aplicações de tesouraria	161.904.480	195.804.338
Caixa e equivalentes de caixa	182.857.094	197.793.220
Descobertos bancários (Nota 15)	(851.710)	(311.651)
	182.005.384	197.481.569

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2014	2013
Sonae Investments BV	-	1.810.000
Aplicações bancárias	161.904.480	193.994.338
	161.904.480	195.804.338

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 30 de setembro de 2014, venceram juros a uma taxa média de 0,54% (1,76% em 2013).

## 13. Capital social

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, o capital social da Sonaecom estava representado por 311.340.037 e 366.246.868 ações, respetivamente, correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 0,74 e 1 euro, respetivamente. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2014		2013	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	62,33%	194.063.119	52,99%
Sonae SGPS	81.022.964	26,02%	76.679.374	20,94%
Ações dispersas em Bolsa	30.682.940	9,86%	89.932.361	24,55%
Ações próprias (Nota 14)	5.571.014	1,79%	5.571.014	1,52%
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.*	-	-	1.000	0,00%
	311.340.037	100,00%	366.246.868	100,00%

\* No período findo em 30 de setembro de 2014, na sequência da conclusão da Oferta Pública Geral, Voluntária de Aquisição de Ações Próprias, a Efanor deixou de ter uma participação direta no capital social da Sonaecom.

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom.



A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu ao longo de duas semanas, tendo início em 6 de fevereiro e término em 19 de fevereiro de 2014.

Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom. Em 2014 a Sonaecom reduziu assim o seu capital social em cerca de 136 milhões de euros, em resultado da extinção das ações próprias adquiridas (54.906.831 ações) e redução do valor nominal das restantes ações representativas do capital social da Sonaecom de 1 euro para 0,74 euros por ação. Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

Como contrapartida das ações próprias adquiridas neste processo de Oferta Pública Geral e Voluntária a Sonaecom entregou 26.476.792 ações representativas do capital social da NOS que se encontravam registadas no balanço por 141.650.837 euros (Nota 9) e o montante de 19.632 euros em dinheiro, pelo que em resultado desta Oferta Pública Geral e Voluntária, o ativo e o capital próprio da Sonaecom reduziu-se em 141.670.470 euros.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

## 14. Ações próprias

Durante o período findo em 30 de setembro de 2014, a Sonaecom não adquiriu, alienou ou entregou ações próprias, para além das ações próprias adquiridas no processo de Oferta Pública Geral e Voluntária referida na Nota 13, pelo que o montante detido à data é de 5.571.014 ações próprias representativas de 1,79% do seu capital social, a um preço médio de 1,380 euros.

## 15. Empréstimos

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

### a) Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2014	2013
Sonaecom SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2013	20.000.000	jun-16	Final	-	20.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(68.567)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	309.333
						-
WeDo USA	Empréstimo bancário	-	abr-19	Parcelar	4.334.836	5.048.660
S21GES	Empréstimo bancário	1.229.223	jul-21	Parcelar	1.229.223	-
S21GES	Empréstimo bancário	600.919	jul-21	Parcelar	600.919	-
S21GES	Empréstimo bancário	573.839	jul-21	Parcelar	573.839	-
S21GES	Empréstimo bancário	547.000	jul-21	Parcelar	547.000	-
S21GES	Empréstimo bancário	309.000	jul-21	Parcelar	309.000	-
S21GES	Empréstimo bancário	296.000	jul-21	Parcelar	296.000	-
S21GES	Empréstimo bancário	192.000	jul-21	Parcelar	192.000	-
Saphety	Suprimentos de minoritários	-	-	-	451.322	460.076
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(99.735)	(132.512)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	74.411	66.397
					8.508.815	5.442.621
					8.508.815	25.683.387



## b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2014	2013
Sonaecom SGPS	Papel Comercial	15.000.000	jun-14	-	-	900.000
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	1.943.340
					-	2.843.340
WeDo USA	Empréstimo bancário	-	abr-14/out-14/abr-15	-	1.083.709	504.866
S21GES	Conta corrente caucionada (Nota 12)	200.000	jul-15	-	199.912	-
S21GES	Conta corrente caucionada (Nota 12)	150.000	jul-15	-	149.000	-
S21GES	Conta corrente caucionada (Nota 12)	150.000	jul-15	-	109.768	-
S21GES	Conta corrente caucionada (Nota 12)	100.000	jul-15	-	98.912	-
Diversas	Descobertos bancários (Nota 12)	-	-	-	294.118	311.651
Diversas	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	31.728	-
					1.967.147	816.517
					1.967.147	3.659.857

### Empréstimos Obrigacionistas

Em maio de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de três anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pela Caixa Económica Montepio Geral. Este empréstimo foi reembolsado antecipadamente em junho de 2014.

O empréstimo acima mencionado não tem garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período de 2013, foi de 2,64%.

### Programas de Papel Comercial

Em junho de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 15 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa Económica Montepio Geral. Em junho de 2013 foi efetuado um aditamento ao contrato que o prolongou por um ano, automaticamente prorrogável por iguais períodos até ao máximo de 5 anos tendo sido, em março de 2014, cedida esta linha à Sonae SGPS.

A taxa de juro média dos programas de emissão de papel comercial, no período de 2013, foi de 4,26%.

O empréstimo acima mencionado não tem garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

### Outros

Em abril de 2012, a Wedo Americas procedeu à contratação de um empréstimo de longo prazo junto do Espírito Santo Bank, no valor de 7,5 milhões USD e pelo prazo de 7 anos. O plano de reembolso deste financiamento é composto por 11 *tranches* semestrais, tendo sido a primeira exigível em abril de 2014. Este empréstimo foi antecipadamente reembolsado em outubro de 2014.



Os empréstimos da S21GES podem ser detalhados como se segue:

2014					
Data da renegociação	Denominação	Limite	Vencimento	Banco	
Agosto 2014	Empréstimo bancário	1.229.223	jul-21	Popular	
Agosto 2014	Empréstimo bancário	600.919	jul-21	Santander	
Agosto 2014	Empréstimo bancário	573.839	jul-21	BBVA	
Agosto 2014	Empréstimo bancário	547.000	jul-21	Bankinter	
Agosto 2014	Empréstimo bancário	309.000	jul-21	Sabadell	
Agosto 2014	Empréstimo bancário	296.000	jul-21	Popular	
Agosto 2014	Empréstimo bancário	192.000	jul-21	La Caixa	

A taxa de juro média destes empréstimos em 30 de setembro de 2014 foi de 3,21% (2,79% em 2013).

Em 30 de setembro de 2014, os principais condicionalismos financeiros (covenants) incluídos em contratos de dívida estão relacionados com cláusulas de *Negative pledge*, as quais impõem determinadas restrições, nomeadamente, à oneração ou constituição de garantias reais sobre os bens, elementos ou ativos do seu património das subsidiárias, à alteração das atividades principais empresas, à emissão de novas ações ou alteração dos direitos acionistas. As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 30 de setembro de 2014 e na presente data, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

#### Linhas de crédito bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de uma linha de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de conta corrente e autorização de descoberto em conta, no montante de 1 milhão de euros e a S21GES no montante de cerca de 756 mil euros. Estas linhas de crédito têm prazos, geralmente, até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos classificados em médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	Em 12 meses	Entre 12 e 24 meses	Entre 24 e 36 meses	Entre 36 e 48 meses	Entre 48 e 60 meses	Entre 60 e 72 meses
<b>2014</b>						
Outros empréstimos S21GES:						
Amortização	-	-	64.000	916.000	916.000	916.000
Juros	116.056	112.439	100.000	70.000	70.000	70.000
	116.056	112.439	164.000	986.000	986.000	986.000
<b>2013</b>						
Empréstimo obrigacionista:						
Amortização	-	-	20.000.000	-	-	-
Juros	973.333	973.333	666.667	-	-	-
Outros empréstimos WeDo USA:						
Amortização	-	1.009.732	1.009.732	1.009.732	1.009.732	1.009.732
Juros	178.341	128.797	100.694	72.081	43.664	9.289
	1.151.674	2.111.862	21.777.093	1.081.813	1.053.396	1.019.021

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.



Em 30 de setembro de 2014 e 2013, as linhas de crédito bancário disponíveis pelo grupo são como segue:

Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
					Até 12 meses	Mais de 12 meses
<b>2014</b>						
Sonaecom	Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
WeDo USA	Empréstimo bancário	5.418.545	5.418.545	-	x	x
S21GES	Conta corrente caucionada	200.000	199.912	88	x	
S21GES	Conta corrente caucionada	150.000	109.768	40.232	x	
S21GES	Conta corrente caucionada	150.000	149.000	1.000	x	
S21GES	Conta corrente caucionada	125.457	-	125.457	x	
S21GES	Conta corrente caucionada	100.000	98.912	1.088	x	
S21GES	Conta corrente caucionada	30.191	-	30.191	x	
S21GES	Empréstimo bancário	1.229.223	1.229.223	-		x
S21GES	Empréstimo bancário	600.919	600.919	-		x
S21GES	Empréstimo bancário	573.839	573.839	-		x
S21GES	Empréstimo bancário	547.000	547.000	-		x
S21GES	Empréstimo bancário	309.000	309.000	-		x
S21GES	Empréstimo bancário	296.000	296.000	-		x
S21GES	Empréstimo bancário	192.000	192.000	-		x
Outras	Diversos	-	294.118	-	x	
		10.922.174	10.018.236	1.198.056		
<b>2013</b>						
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Sonaecom	Papel comercial	15.000.000	900.000	14.100.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
WeDo USA	Empréstimo bancário	5.553.526	5.553.526	-	x	x
Outras	Diversos	-	311.651	-	x	
		41.553.526	26.765.177	15.100.000		

Em 30 de setembro de 2014 e 2013 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro pelo que a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

## 16. Outros passivos financeiros não correntes

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis relativos a contratos de *leasing* cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 476.117 euros e 83.091 euros, respetivamente.

O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 30 de setembro de 2014 e 2013 era o seguinte:

	2014		2013	
	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing
2013	-	-	24.936	22.195
2014	121.588	105.120	75.037	69.517
2015	245.058	218.299	39.687	36.691
2016	229.160	213.535	26.142	25.040
2017 e seguintes	199.485	196.946	4.681	4.611
	795.291	733.900	170.483	158.054
Juros	(63.853)	-	(12.429)	-
	731.438	733.900	158.054	158.054
Parcela curto prazo (Nota 18)	-	(257.783)	-	(74.963)
	731.438	476.117	158.054	83.091

## 17. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Entrada de empresas no perímetro (Nota 3.a))	Reforço	Redução	Utilização e Transferências	Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	Saldo final
<b>2014</b>							
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	3.999.525	1.353.410	42.411	(188.626)	3.349	(137.277)	5.072.792
Perdas de imparidade acumuladas em inventários	25.000	-	-	-	-	-	25.000
Provisões para outros riscos e encargos	3.060.986	-	585.901	(102.500)	(254.469)	(315.990)	2.973.928
	<u>7.085.511</u>	<u>1.353.410</u>	<u>628.312</u>	<u>(291.126)</u>	<u>(251.120)</u>	<u>(453.267)</u>	<u>8.071.720</u>
<b>2013</b>							
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	82.895.444	-	18.487.062	(5.393.874)	(18.280.844)	(73.162.600)	4.545.188
Perdas de imparidade acumuladas em inventários	4.377.789	-	466.664	(1.970.000)	(520.824)	(2.303.629)	50.000
Provisões para outros riscos e encargos	43.673.340	-	2.515.296	(4.322.952)	(2.358.501)	(35.247.971)	4.259.212
	<u>130.946.573</u>	<u>-</u>	<u>21.469.022</u>	<u>(11.686.826)</u>	<u>(21.160.169)</u>	<u>(110.714.200)</u>	<u>8.854.400</u>

Em 30 de setembro de 2014, o reforço das Provisões e perdas de imparidade acumuladas no montante de 628.312 euros inclui o montante de 580.949 euros relativo a unidades continuadas e 47.363 euros relativo a unidades descontinuadas. O reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos' no montante de 585.901 inclui o montante de 580.949 euros relativo a unidades continuadas e 4.952 euros relativo a unidades descontinuadas. O valor das unidades continuadas inclui o montante de 544.389 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 21), o montante de 738 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Outros custos financeiros', respeitante à atualização da provisão para desmantelamento, conforme previsto na IAS 16 – 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.c)), e ainda, o montante de 35.822 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Ganhos e perdas relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente', relativo ao registo da provisão resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial da SIRS (Nota 8). O valor das unidades descontinuadas é referente exclusivamente à atualização da provisão para desmantelamento, conforme previsto na IAS 16 – 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.c)). O reforço das Provisões de imparidade em contas a receber refere-se unicamente às unidades descontinuadas.

Em 30 de setembro de 2013, o reforço das Provisões e perdas por imparidade inclui o montante de 819.686 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 21), o montante de 275.000 euros relativo à provisão para desmantelamento, conforme previsto na IAS 16 – 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.c)), o montante de 264.220 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Outros custos financeiros', respeitante à atualização da provisão anteriormente criada para desmantelamento, e ainda, o montante de 50.966 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Ganhos e perdas relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente', relativo ao registo da provisão resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial da SIRS (Nota 8).

Em 30 de setembro de 2014, a redução das 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui o montante de 88.945 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 21) e relativo a unidades continuadas. O remanescente diz respeito exclusivamente a unidades descontinuadas.

Em 30 de setembro de 2013, a redução das 'Provisões para outros riscos e encargos' relativo às unidades continuadas inclui o montante de 60.008 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 21).

As utilizações e transferências referem-se, essencialmente, à utilização de provisões para indemnizações.

A 30 de setembro de 2014 e 2013, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2014	2013
Contingências diversas	2.031.449	2.640.353
Processos judiciais em curso	155.559	423.148
Desmantelamentos	32.107	262.361
Outras responsabilidades	754.813	933.350
	<u>2.973.928</u>	<u>4.259.212</u>



A 30 de setembro de 2014, o valor das provisões para desmantelamentos encontra-se registado pelo valor presente tendo em consideração a data de utilização das mesmas, de acordo com a IAS 37 – ‘Provisões, Passivos e Ativos Contingentes’.

A rubrica de ‘Contingências diversas’ diz respeito a passivos prováveis resultantes de transações diversas efetuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outras responsabilidades, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à atualização financeira dos mesmos.

A rubrica ‘Outras responsabilidades’ corresponde sobretudo ao valor de custos imputados ao período corrente ou a períodos passados, em relação aos quais não é possível estimar com grande fiabilidade o momento da concretização da despesa (Nota 1.r)), no montante de cerca de 423 mil euros (cerca de 605 mil euros em 2013).

## 18. Outros passivos financeiros

Em 30 de setembro de 2014, a rubrica ‘Outros passivos financeiros’ inclui o montante de 257.783 euros (74.963 euros em 2013) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de *leasing* (Nota 16).

## 19. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, a rubrica ‘Fornecimentos e serviços externos’ apresentava a seguinte composição:

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Subcontratos	14.409.555	14.496.344
Trabalhos especializados	4.028.889	2.740.085
Deslocações e estadas	3.261.056	3.432.754
Rendas e alugueres	3.072.523	3.331.024
Publicidade e propaganda	2.058.224	2.337.343
Comunicação	915.345	401.970
Honorários	912.557	962.160
Comissões	495.831	1.190.330
Eletricidade	195.241	179.638
Conservação e reparação	110.815	26.675
Segurança	101.711	4.169
Outros	1.012.438	713.346
	<b>30.574.185</b>	<b>29.815.838</b>

Os compromissos assumidos em 30 de setembro de 2014 e 2013 com contratos de locação operacional são como seguem:

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2013	-	840.258
2014	995.807	2.012.525
2015	2.832.198	1.626.463
2016	2.237.609	1.295.146
2017	1.876.386	806.048
2018	1.339.226	508.047
2019 e seguintes	66.808	176.881
Renováveis por 1 ano	846.338	758.806
	<b>10.194.372</b>	<b>8.024.174</b>

Durante o período findo em 30 de setembro de 2014 foram reconhecidos 3.073.119 euros na rubrica de ‘Fornecimentos e serviços externos’ relativos a rendas de locações operacionais, registados essencialmente na rubrica ‘Rendas e alugueres’.



## 20. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Resultados financeiros relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente:		
Ganhos e perdas relacionadas com a aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 8)	16.280.727	2.171.795
	16.280.727	2.171.795
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados:		
Ganhos e perdas relativos a Investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	(8.246.926)	9.147.395
Dividendos obtidos	1.321.504	-
	(6.925.422)	9.147.395
Custos financeiros:		
Juros suportados:	(792.333)	(10.144.958)
Empréstimos bancários	(536.011)	(9.595.770)
Juros de leasing	(22.428)	(4.275)
Outros juros	(233.894)	(544.913)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(341.779)	(515.428)
Outros custos financeiros	(506.478)	(369.134)
	(1.640.590)	(11.029.520)
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos	1.636.987	6.413.506
Diferenças de câmbio favoráveis	769.601	508.942
Outros proveitos financeiros	157.788	16.920
	2.564.376	6.939.368

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, a rubrica 'Juros obtidos' inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria. Em 30 de setembro de 2013 esta rubrica incluía ainda 4.674.111 euros recebidos da Unitel em sequência da alienação a esta entidade de suprimentos concedidos à ZOPT (Nota 8).

## 21. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Imposto corrente	(971.922)	(8.562.161)
Provisão para impostos líquida da redução (Nota 17)	(455.444)	(819.686)
Imposto diferido ativo (Nota 11)	952.779	5.602.052
Imposto diferido passivo (Nota 11)	88.971	1.030.146
	(385.616)	(2.749.649)

## 22. Partes relacionadas

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à atividade operacional do grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos.



Os saldos e transações mais significativos efetuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, foram os seguintes:

	Saldos em 30 de setembro de 2014			
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria (Nota 12)	Outros ativos/ (passivos)
<b>Empresa-mãe</b>				
Sonae SGPS	(871)	-	-	(23.021)
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Artis	1.011.048	(12.070)	-	(2.957.785)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	461.568	106.806	-	(482.643)
NOS Comunicações	854.926	202.290	-	388.119
Nos SGPS	45.651	-	-	-
Raso Viagens	4.330	256.266	-	(15.057)
SC-Sociedade de Consultadoria	303.576	-	-	(184.602)
Sierra Portugal	409.654	1.919	-	214.861
Sonae Indústria PCDM	22.347	-	-	-
Sonaecenter II	2.640.450	113.286	-	(847.468)
Worten	33.837	(2.256)	-	-
	<b>5.786.516</b>	<b>666.241</b>	<b>-</b>	<b>(3.907.596)</b>

	Saldos em 30 de setembro de 2013			
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria (Nota 12)	Outros ativos/ (passivos)
<b>Empresa-mãe</b>				
Sonae SGPS	74	-	-	(23.021)
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Artis	1.187.620	3.413.256	-	(267.982)
Infosystems	127.838	-	-	(395.224)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	210.313	29.115	-	(169.718)
NOS Comunicações	3.677.129	3.488.550	-	(496.237)
Nos SGPS	8.907.646	-	-	1.248.753
Raso Viagens	7.343	189.122	-	99
SC-Sociedade de Consultadoria	208.415	-	-	(191.375)
Sierra Portugal	739.510	-	-	(19.644)
Sonae Indústria PCDM	256.137	-	-	-
Sonae Investments BV	-	-	1.810.000	109
Sonaecenter II	676.443	41.504	-	(119.533)
Worten	44.299	5.566	-	-
	<b>16.042.767</b>	<b>7.167.113</b>	<b>1.810.000</b>	<b>(433.773)</b>



	Transações durante o período findo em 30 de setembro de 2014			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 19)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 20)	Proveitos suplementares
<b>Empresa-mãe</b>				
Sonae SGPS	1.807	(771)	1.322.406	-
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Be Artis	5.725.403	77.861	-	(41)
MDS	81	6.066	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	643.648	198.921	-	19.418
Nos SGPS	<b>170</b>	(7.936)	1.329	-
Raso Viagens	174.510	990.455	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	1.380.235	-	-	-
Sierra Portugal	3.775.461	12.376	-	-
Sonae Indústria PCDM	709.595	-	-	-
Sonaecenter II	11.965.001	166.422	-	-
Unipress	78.763	430.486	-	97.500
Worten	81.561	710	-	-
	<b>24.536.235</b>	<b>1.874.590</b>	<b>1.323.735</b>	<b>116.877</b>

	Transações durante o período findo em 30 de setembro de 2013			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 19)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 20)	Proveitos suplementares
<b>Empresa-mãe</b>				
Sonae SGPS	150	-	(224.035)	-
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Be Artis	879.711	78.691	-	7.200
Infosystems	129.418	934.180	-	371.514
MDS	504.641	-	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	585.926	219.756	-	94.360
Nos Comunicações	262.167	504.914	-	9.912
Nos SGPS	-	(526.753)	1.467.571	-
Raso Viagens	126.288	933.754	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	990.308	-	-	-
Sierra Portugal	3.873.601	14.686	-	-
Sonae Indústria PCDM	884.426	-	-	-
Sonae Investments BV	-	-	6.606	-
Sonaecenter II	6.627.163	543.533	-	-
Unipress	158.692	500.471	-	-
	<b>15.022.491</b>	<b>3.203.232</b>	<b>1.250.142</b>	<b>482.986</b>

Durante o exercício de 2012, o Grupo celebrou um contrato com a Sonae SGPS, S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016 à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo. O preço médio deste contrato era 1,184 euros por ações e foi pago antecipadamente à Sonae SGPS, S.A. o montante de 3.291.520.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato, originando um recebimento de 4.444.207 euros. No dia 11 de julho de 2014 a empresa cessou o contrato acima referido pelo que, desta forma, a Sonae SGPS, S.A. restituiu o valor remanescente em dívida.

As transações efetuadas entre empresas do grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.



As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

### 23. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de setembro de 2014 e 2013, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2014	2013
WeDo	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo bancário (Nota 15)	6.065.724	5.651.611
Sonaecom	Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso de IVA	1.435.379	5.955.731
We Do, WeDo Egipto, S21 Sec Gestion e S21 Sec Labs	Digi Tecomunications; Emirates Telecom. Corp.; Group Etisalat; Scotia Leasing Panama; Viva Bahrain; Zain Jordan; Direccion general del Ministerio de Industria, Turismo y Comercio e Ingenieria de sistemas para la Defensa de España, S.A.	Boa execução de trabalhos a realizar	1.448.233	1.210.153
We Do e Saphety	IAPMEI	Projeto 'HERMES' e projeto 'Value4cuopons' - QREN	392.707	392.707
S21 Sec Gestion	Vários	Concursos	217.095	-
S21 Sec Gestion e S21 Sec Labs	Centro para Desarrollo Tecnolo, EBN Banco de Negocios e Ministerio de Indústria	Incentivos	1.127.611	-
Sonaecom e Público	Direção de Contribuições e Impostos e Autoridade Tributária e Aduaneira	Liquidações adicionais de IRC, IS, IVA	240.622	2.714.853
Várias	Outros		390.240	202.795
			11.317.611	16.127.850

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da NOS Comunicações até ao montante de 10.502.945 euros e do Público até ao montante de 565.026 euros.

Em 30 de setembro de 2014, é convicção do Conselho de Administração do grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

### 24. Informação por segmentos

Atendendo à descontinuação da atividade das Telecomunicações (Nota 3.d)), nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Multimédia;
- Sistemas de informação; e
- Atividades de Holding.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração os seguintes critérios/condições: o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é desenvolvida informação financeira separadamente, os seus resultados operacionais são regularmente revistos pela gestão e sobre os quais esta toma decisões sobre, por exemplo, alocação de recursos, o facto de terem produtos/serviços semelhantes e ainda tendo em consideração o *threshold* quantitativo (conforme previsto na IFRS 7).

O segmento denominado 'Atividades de Holding' engloba todas as operações realizadas pelas empresas do grupo cuja atividade principal corresponde à gestão de participações sociais.



As restantes atividades do grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transações ocorridas nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transações foram efetuadas a preços de mercado.

As transferências e transações entre segmentos são efetuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e *fees* de gestão.

No período findo em 30 de setembro de 2014, em resultado da venda da Mainroad (Nota 3.d)), esta foi classificada, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada. Conforme previsto pela IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para o período findo em 30 de setembro de 2013 para refletir numa quantia única na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas (Nota 25).

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 30 de setembro de 2014 e 2013, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:



	Telecomunicações		Multimídia		Sistemas de Informação		Atividades de Holding		Sub-Total		Eliminações e outros		Total	
	set-14	set-13	set-14	set-13	set-14	set-13 (reexpresso - Nota 1)	set-14	set-13	set-14	set-13 (reexpresso - Nota 1)	set-14	set-13	set-14	set-13 (reexpresso - Nota 1)
Proveitos:														
Vendas e Prestações de serviços	-	-	11545.191	13.783.926	78.063.713	72.159.195	258.761	2.471.937	89.867.665	88.415.058	(299.681)	(9.896.088)	89.567.984	78.518.970
Redução de provisões	-	-	153.500	139.000	35.126	16.882	-	706	188.626	156.588	-	-	188.626	156.588
Outros proveitos operacionais	-	-	539.309	296.883	1.351.697	1.879.597	89.241	82.875	1.980.247	2.259.355	(2.884)	72.039	1.977.363	2.331.394
<b>Total de proveitos</b>	-	-	<b>12.238.000</b>	<b>14.219.809</b>	<b>79.450.536</b>	<b>74.055.674</b>	<b>348.002</b>	<b>2.555.518</b>	<b>92.036.538</b>	<b>90.831.001</b>	<b>(302.565)</b>	<b>(9.824.049)</b>	<b>91.733.973</b>	<b>81.006.952</b>
Amortizações e depreciações	-	-	(383.525)	(672.317)	(4.426.065)	(3.362.201)	(12.180)	(52.215)	(4.821.770)	(4.086.733)	(11.544)	(654.349)	(4.833.314)	(4.741.082)
Provisões e perdas de imparidade	-	-	-	-	-	(889.172)	-	(94.354)	-	(983.526)	-	-	-	(983.526)
Resultado operacional do segmento	-	-	(2.375.656)	(1.939.919)	3.708.593	5.579.751	(1.535.446)	(1.093.985)	(202.509)	2.545.847	4.667	(4.815.387)	(197.842)	(2.269.540)
Juros obtidos	-	-	3.874	17.859	126.649	256.117	2.584.441	23.179.184	2.714.964	23.453.160	(1.077.977)	(17.039.654)	1.636.987	6.413.506
Juros suportados	-	-	(389.858)	(344.828)	(905.012)	(810.231)	(557.197)	(10.053.755)	(1.852.067)	(11.208.814)	1.059.734	1.063.856	(792.333)	(10.144.958)
Ganhos e perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente	-	-	35.839	129.064	(15.762)	102.286	16.260.650	1.940.445	16.280.727	2.171.795	-	-	16.280.727	2.171.795
Ganhos e perdas em investimentos registrados ao justo valor através do resultados	-	-	-	-	-	-	(6.925.422)	9.147.395	(6.925.422)	9.147.395	-	-	(6.925.422)	9.147.395
Outros resultados financeiros	-	-	(968)	(3.599)	185.280	(85.904)	(3.440.323)	(156.014.050)	(3.256.011)	(156.103.553)	3.335.143	155.744.853	79.132	(358.700)
Impostos sobre o rendimento	-	-	617.640	466.762	(1.232.569)	(1.879.504)	244.419	(1.327.529)	(370.510)	(2.740.271)	(15.106)	(9.378)	(385.616)	(2.749.649)
Resultado líquido consolidado do período das operações contínuadas	-	-	(2.109.129)	(1.803.725)	1.867.179	3.162.515	6.631.122	(134.222.295)	6.389.172	(132.863.505)	3.306.461	135.073.354	9.695.633	2.209.849
Resultado líquido do período de operações descontinuadas	-	66.244.220	-	-	6.074.196	902.679	-	-	6.074.196	67.146.899	7.051.470	(1.310.460)	13.125.666	65.836.439
<b>Atribuível a:</b>														
Acionistas da empresa mãe	-	66.244.220	(2.109.129)	(1.803.725)	8.149.039	4.085.673	6.631.122	(134.222.295)	12.671.032	(65.696.127)	10.368.602	133.755.540	23.039.634	68.059.413
Interesses sem controle	-	-	-	-	(207.664)	(20.479)	-	-	(207.664)	(20.479)	(10.671)	7.354	(218.335)	(13.125)
<b>Ativos:</b>														
Ativos fixos tangíveis, intangíveis e Goodwill	-	-	905.912	3.634.494	78.344.659	76.842.840	47.622	279.328	79.298.193	80.756.662	(21.102.598)	(31.598.651)	58.195.595	49.158.011
Inventários	-	-	292.124	338.010	523.639	171.859	-	-	815.763	509.869	-	-	815.763	509.869
Investimentos financeiros	-	-	955.237	212.954	30.744	899.785	651.217.535	641.075.542	652.203.516	642.178.281	55.386.816	73.506.126	707.590.332	715.684.407
Outros ativos não correntes	-	-	3.570	3.570	7.334.780	5.863.533	154.088.642	172.830.711	161.426.992	178.697.814	(154.076.751)	(172.232.600)	7.350.241	6.465.214
Outros ativos correntes do segmento	-	-	6.965.125	6.062.077	60.271.146	49.272.134	254.900.664	380.685.030	322.136.935	436.019.241	(15.440.178)	(11.671.437)	306.696.757	424.347.804
<b>Passivos:</b>														
Passivos do segmento	-	-	16.658.740	15.631.178	79.044.559	67.955.515	4.699.472	39.355.234	100.402.771	122.941.927	(24.051.477)	(30.364.172)	76.351.294	92.577.755
CAPEX	-	-	388.581	364.789	4.202.401	4.469.208	9.743.078	24.857.957	14.334.060	29.691.954	(4.035.781)	(25.276.580)	10.298.279	4.415.374



Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	Multimédia	Sistemas de Informação	Atividades de Holding
<b>2014</b>			
Multimédia	-	103.993	22.646
Sistemas de Informação	294	-	236.115
Atividades de Holding	-	31.329	-
Clientes externos	11.544.897	77.928.391	-
	11.545.191	78.063.713	258.761
<b>2013 (reexpresso - Nota 1)</b>			
Telecomunicações	46.858	5.982.236	2.077.959
Multimédia	-	8.641	105.610
Sistemas de Informação	294	-	215.928
Atividades de Holding	2.400	5.182	-
Clientes externos	13.734.374	66.163.136	72.440
	13.783.926	72.159.195	2.471.937

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, as vendas e prestações de serviços dos diversos segmentos foram obtidas predominantemente no mercado português, representando este mercado mais de 90% do rédito para os segmentos de Multimédia e Atividades de Holding.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2014, para o segmento Sistemas de Informação, também o mercado português é preponderante, representando 50,4% do rédito (53% em 2013) seguido dos mercados brasileiro e americano, representando 7,3% e 5,9% do rédito (7,9% e 7,1% em 2013), respetivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas da NOS a 30 de setembro de 2014 e a 31 de dezembro de 2013, incorporadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom através da ZOPT pelo método da equivalência patrimonial (Notas 3.d) e 8), podem ser resumidas como se segue:

#### Balanços consolidados condensados

(Montantes expressos em milhares de euros)	setembro 2014	dezembro 2013 (reexpresso)
<b>Ativo</b>		
Ativos fixos tangíveis	1.094.066	1.096.823
Ativos intangíveis	1.158.265	1.160.599
Impostos diferidos ativos	138.416	156.467
Outros ativos não correntes	57.988	61.143
Ativo não corrente	2.448.735	2.475.032
Clientes	311.998	276.630
Caixa e equivalentes de caixa	40.862	74.380
Outros ativos correntes	118.646	103.830
Ativo corrente	471.506	454.840
Total do ativo	2.920.241	2.929.872
<b>Passivo</b>		
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	811.867	928.239
Provisões para outros riscos e encargos	128.152	132.972
Outros passivos não correntes	51.842	46.221
Passivos não correntes	991.861	1.107.432
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	303.217	213.431
Fornecedores	314.490	296.823
Outros passivos correntes	262.529	251.973
Passivos correntes	880.236	762.227
Total do passivo	1.872.097	1.869.659
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.038.288	1.050.598
Interesses sem controlo	9.856	9.615
Total do capital próprio	1.048.144	1.060.213
Total do capital próprio e do passivo	2.920.241	2.929.872



## Demonstrações consolidadas condensadas dos resultados por natureza

(Montantes expressos em milhares de euros)	setembro 2014	dezembro 2013 (reexpresso)
Receitas totais	1.030.137	990.259
Custos e perdas		
Custos diretos e Fornecimentos e serviços externos	(433.714)	(413.817)
Amortizações	(251.642)	(243.070)
Outros custos operacionais	(221.572)	(254.869)
	(906.928)	(911.756)
Resultados financeiros	(44.238)	(50.811)
Imposto sobre o rendimento	(16.126)	(16.433)
Resultado líquido consolidado do período	62.845	11.259
Resultado líquido consolidado do período atribuível a interesses sem controlo	407	449
Atribuível a acionistas da empresa mãe	62.438	10.810

## 25. Unidades descontinuadas

O resultado líquido das operações descontinuadas pode ser detalhado como se segue:

	30 setembro 2014	30 setembro 2013 (reexpresso - Nota 1)
Vendas	-	18.822.654
Prestações de serviços	11.100.105	448.337.172
Outros proveitos operacionais	136.924	6.081.843
	11.237.029	473.241.669
Custo das vendas	-	(21.479.154)
Fornecimentos e serviços externos	(6.432.024)	(233.775.402)
Custos com o pessoal	(3.604.114)	(34.183.532)
Amortizações e depreciações	(516.185)	(93.849.032)
Provisões e perdas de imparidade	(42.411)	(8.865.003)
Outros custos operacionais	(4.436)	(9.728.311)
	(10.599.170)	(401.880.434)
Outros custos financeiros	(10.649)	(2.110.501)
Outros proveitos financeiros	1.391	2.698.733
Resultados correntes	628.601	71.949.467
Imposto sobre o rendimento	(118.201)	2.836.637
	510.400	74.786.104
Ganho / (perda) resultante da alienação (Nota 3.d)	12.615.266	(8.949.665)
Resultado líquido do período de operações descontinuadas	13.125.666	65.836.439

O resultado líquido do período de 30 de setembro de 2013 corresponde ao resultado líquido gerado pelas empresas associadas ao negócio das telecomunicações até à data da fusão da Optimus SGPS com a ZON no montante de 75.193.885 euros, da perda apurada com essa operação no montante de 8.949.665 euros e ainda ao resultado líquido negativo gerado pela Mainroad no montante de 407.781 euros (Notas 1 e 3.d).

O resultado líquido do período de 30 de setembro de 2014 corresponde ao resultado líquido gerado pela Mainroad no montante de 510.400 euros e do ganho resultante da sua alienação no montante de 12.615.266 euros (Notas 1 e 3.d).

## 26. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do período atribuível ao grupo (23.039.634 euros em 2014 e 68.059.413 euros em 2013) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, deduzidas das ações próprias (317.970.541 em 2014 e 361.029.826 em 2013).



## 27. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, o grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A.. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em 31 de dezembro de 2013, os planos em aberto da Sonaecom eram os seguintes:

	Período de Diferimento			31 dezembro 2013	
	Cotação na data de atribuição*	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Ações Sonaecom</b>					
Plano 2010	1,399	10-mar-11	10-mar-14	44	477.778
Plano 2011	1,256	09-mar-12	10-mar-15	45	540.805
Plano 2012	1,505	08-mar-13	10-mar-16	46	406.903
<b>Ações Sonae SGPS</b>					
Plano 2010	0,811	10-mar-11	10-mar-14	2	214.640
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	2	419.985
Plano 2012	0,701	08-mar-13	10-mar-16	2	163.966

\* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS.

Em 10 de março de 2014, os Planos de ações da Sonaecom foram convertidos na totalidade para ações Sonae SGPS. Esta conversão ocorreu com base nos termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 13 para determinar o justo valor dos planos Sonaecom, e com base na cotação das ações Sonae SGPS.

Assim, a conversão dos planos foi efetuada com base do rácio Sonaecom/Sonae SGPS implícito nos termos fixados na Oferta Pública de Aquisição (1 Ação Sonaecom – aproximadamente 2,05 Ações Sonae SGPS).

Após a conversão a 10 de março de 2014, os planos convertidos podem ser detalhados como se segue:

	Período de Diferimento			10 março 2014	
	Cotação 20 fevereiro 2014 *	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Ações Sonae SGPS (Provenientes da conversão dos planos Sonaecom)</b>					
Plano 2010	1,258	10-mar-11	10-mar-14	46	1.003.507
Plano 2011	1,258	09-mar-12	10-mar-15	48	1.132.008
Plano 2012	1,258	08-mar-13	10-mar-16	50	863.405

\* Cotação do dia da divulgação dos resultados da Oferta Pública de Aquisição.



O plano 2010 foi entregue em março de 2014 para todas as empresas exceto para os colaboradores da Sonaecom SGPS, S.A., cuja entrega foi efetuada em maio 2014. Desta forma, os planos em aberto a 30 de setembro de 2014 são os seguintes:

	Período de Diferimento			30 setembro 2014	
	Cotação 30 setembro 2014/ Atribuição	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Ações Sonaecom SGPS (Provenientes da conversão dos planos Sonaecom)</b>					
Plano 2011	1,148	09-mar-12	10-mar-15	22	757.414
Plano 2012	1,148	08-mar-13	10-mar-16	24	554.543
<b>Ações Sonaecom SGPS</b>					
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	2	431.413
Plano 2012	0,701	08-mar-13	10-mar-16	2	168.427
Plano 2013	1,148	10-mar-14	10-mar-17	195	1.658.095

O plano de 2013 inclui 167 colaboradores do Grupo Wedo, na sequência da adoção por estas empresas do mesmo sistema de incentivos de médio prazo que o restante grupo.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2014, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonaecom		Ações Sonaecom SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Saldo a 31 dezembro 2013:</b>				
Ainda diferidas				
	135	1.425.486	6	798.591
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>1.425.486</b>	<b>6</b>	<b>798.591</b>
<b>Movimentos no período:</b>				
Atribuídas	-	-	219	1.776.375
Convertidas	(135)	(1.425.486)	135	2.923.738
Vencidas	-	-	(48)	(1.218.147)
Saída de empresas do perímetro de consolidação (Nota 3.d))	-	-	(72)	(886.277)
Canceladas / extintas / corrigidas / transferidas <sup>(1)</sup>	-	-	5	175.612
<b>Saldo a 30 setembro 2014:</b>				
Ainda diferidas	-	-	245	3.569.892
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>245</b>	<b>3.569.892</b>

(1) As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.



A responsabilidade dos planos foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'. Para os planos de ações Sonae SGPS, exceto para os planos convertidos de ações Sonaecom, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. Os contratos de cobertura acima referidos podem ser detalhados como se segue:

	Ações Sonae SGPS		Total
	Plano 2011	Plano 2012	
Valor nominal	323.727	268.451	592.178
Maturidade	mar-15	mar-16	
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 2		
Método de valorização	Custo atual de substituição		
Justo valor*	585.336	169.694	755.030

\* Utilizada a cotação de 30 de setembro de 2014 no apuramento do justo valor.

Em 11 de julho de 2014, a Sonaecom cessou o contrato que tinha celebrado com a Sonae-SGPS, S.A para o Plano 2011, em que esta se obrigava à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do exercício que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 30 de setembro de 2014 são como se segue:

	Ações Sonaecom	Ações Sonae SGPS	Ações NOS SGPS	Total
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	29.602.457	4.310.802	279.519	34.192.778
Custos reconhecidos no período	167.711	721.465	16.452	905.628
Saída de empresas do perímetro de consolidação	-	(300.629)	-	(300.629)
Impacto da conversão	(1.251.767)	2.386.427	-	1.134.660
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(28.518.401)	(4.047.509)	-	(32.565.910)
Custos dos planos exercidos no período	-	(1.503.198)	-	(1.503.198)
<b>Total de custos dos Planos</b>	-	<b>1.567.358</b>	<b>295.971</b>	<b>1.863.329</b>
Responsabilidade dos Planos	281.929	2.322.388	295.971	2.900.288
Justo valor dos Contratos de cobertura	(281.929)	(755.030)	-	(1.036.959)
Registados em 'Caixa e equivalentes de caixa' (1)	-	(167.512)	(43.048)	(210.560)
Registados em 'Outros passivos correntes'	-	1.111.122	169.399	1.280.521
Registados em 'Outros passivos não correntes'	-	623.747	169.620	793.367
Registado em Reservas	-	-	-	-

(1) A Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato de cobertura com a Sonae SGPS, o que originou um reembolso pelo valor atual de mercado das ações Sonaecom.

A 10 de março de 2014, os planos de ações Sonaecom foram totalmente convertidos para ações Sonae SGPS. Esta conversão teve por base os termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição, em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 13 para determinar o justo valor dos planos e, com base na cotação das ações Sonae SGPS. Deste modo, foi determinado o número de ações Sonae SGPS a entregar aos colaboradores da empresa. A responsabilidade relativa ao período decorrido de cada plano na data da conversão (2.317.853 euros) foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' por contrapartida dos capitais próprios, de acordo com as disposições da IFRS 2.

A 27 de agosto de 2013, parte dos planos de ações Sonaecom e Sonae SGPS em aberto foram convertidos em planos de ações NOS. Esta conversão ocorreu com base no rácio do projeto de fusão, no caso dos planos de ações Sonaecom, e com base no justo valor das ações, no caso dos planos de ações Sonae SGPS, e foi devidamente aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações. O custo com os planos de ações NOS foi reconhecido até 30 de setembro de 2013, data em que a NOS passou a assumir a responsabilidade dos mesmos. Para os planos NOS, a responsabilidade foi calculada com base na cotação das ações do dia 30 de setembro de 2013. A responsabilidade de tais planos foi registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 20 de outubro de 2014.

## Anexo

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ângelo Gabriel Ribeiro dos Santos Paupério António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela Álvaro Cuervo Garcia Belmiro de Azevedo Bernd Hubert Joachim Bothe	Christine Cross Duarte Paulo Teixeira de Azevedo José Manuel Neves Adelino Michel Marie Bon
Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS	
3shoppings - Holding,SGPS, S.A ADD Avaliações Eng. A.e Pericias, Ltda Adlands B.V. Aegean Park,SA Agepan Eiweiler Management GmbH Agepan Tarket Laminate Park GmbH Co. KG Aglom Investimentos, Sgps, S.A. Aglom -Soc.Ind.Madeiras e Aglom.,SA Airone - Shopping Centre, Srl ALEXA Administration GmbH ALEXA Holding GmbH ALEXA Shopping Centre GmbH Algarveshopping- Centro Comercial, S.A. Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda Arat Inmuebles, S.A. ARP Alverca Retail Park, SA Arrábidasshopping- Centro Comercial, S.A. Aserraderos de Cuellar,SA Atelgen-Produção Energia, ACE Atlantic Ferries-Tráf.Loc,Flu.e Marit,SA Avenida M-40 B.V. Azulino Imobiliária, S.A. BA Business Angels, SGPS, SA BA Capital, SGPS BB Food Service, SA Be Artis-Conc.,Const.e Gest.Redes Com,SA Be Towering-Gestão de Torres de Telec,SA Beeskow Holzwerkstoffe Beralands BV Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	BIG Picture 2 Films Bloco Q-Sociedade Imobiliária,SA Bloco W-Sociedade Imobiliária,SA BOM MOMENTO - Restauração, S.A. Canasta-Empreendimentos Imobiliários,SA Cape Technologies Limited Carnes do Continente-Ind.Distr.Carnes,SA Carvemagere-Manut.e Energias Renov., Lda Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo,SA Casa da Ribeira-Sociedade Imobiliária,SA Cascaishopping- Centro Comercial, S.A. Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A. CCCB Caldas da Rainha-Centro Com., SA Centro Colombo- Centro Comercial, S.A. Centro Residencial da Maia,Urban.,SA Centro Vasco da Gama-Centro Comercial,SA Chão Verde-Soc.Gestora Imobiliária,SA Cinclus Imobiliária,SA Citorres-Sociedade Imobiliária,SA Coimbrashopping- Centro Comercial, S.A. Colombo Towers Holding, BV Companhia Térmica Hectare, ACE Companhia Térmica Tagol, Lda. Contacto Concessões, SGPS, S.A. Contibomba-Comérc.Distr.Combustiveis,SA Contimobe-Imobil.Castelo Paiva,SA Continente Hipermercados, S.A. Country Club da Maia-Imobiliária,SA Craiova Mall BV Cronosaúde - Gestão Hospitalar, S.A.



<p>CTE-Central Termoelct. do Estuário, Lda          Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.          Darbo SAS  <b>Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.</b>          Discovery Sports, SA          Distodo Distribui e Logist,Lda          Dortmund Tower GmbH          Dos Mares - Shopping Centre B.V.          Dos Mares-Shopping Centre, S.A.          Dreamia, B.V          Dreamia, Serv de Televisão, SA          Ecociclo - Energia e Ambiente, SA          Ecociclo II          Edições Book.it, S.A.          Efanor Investimentos, SGPS, S.A.          Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.          Empracine-E.Pro.Act. Cinem,Lda          Empreend.Imob.Quinta da Azenha,SA          Enerlousado-Recursos Energéticos, Lda.          Equador &amp; Mendes,Lda          Estação Viana - Centro Comercial, S.A.          Estêvão Neves-Hipermercados Madeira,SA          Euroresinas-Indústrias Químicas,SA          Farmácia Selecção, SA          Fashion Division Canárias, SL          Fashion Division, S.A.          Feneralt-Produção de Energia, ACE          FINSTAR-Socied.Investim.Par SA          Fozimo-Sociedade Imobiliária,SA          Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA          Freccia Rossa - Shopping Centre S.r.l.          Fundo de Invest. Imobiliário Imosede          Fundo Esp.Inv.Imo.Fec. WTC          Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center          Fundo Invest. Imobiliário Imosonae Dois          Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro          Gaiashopping I- Centro Comercial, S.A.          Gaiashopping II- Centro Comercial, S.A.          GHP GmbH          Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl          Glunz AG          Glunz Service GmbH          Glunz UK Holdings Ltd</p>	<p>Glunz Uka GmbH          Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, SA          Guimarãesshopping- Centro Comercial, S.A.          Harvey Dos Iberica, S.L.          Herco Consul.Riscos Corret.Seguros, Ltda          Herco, Consultoria de Risco, S.A.          HighDome PCC Limited          Iberian Assets, SA          Igimo-Sociedade Imobiliária,SA          Iginha-Sociedade Imobiliária,SA          Imoarea - Invest. Turísticos, SGPS, SA          IMOBEAUTY, S.A.          Imobiliária da Cacela, S.A.          Imoclub-Serviços Imobiliários,SA          Imoconti- Soc.Imobiliária,SA          Imodivor - Sociedade Imobiliária, S.A.          Imoestrutura-Soc.Imobiliária,SA          Imohotel-Emp.Turist.Imobiliários,SA          Imomuro-Sociedade Imobiliária,SA          Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, SA          Imoplamac Gestão de Imóveis,SA          Imoponte-Soc.Imobiliaria,SA          Imoresort - Sociedade Imobiliária, S.A.          Imoresultado-Soc.Imobiliaria,SA          Imosedas-Imobiliária e Seviços,SA          Imosistema-Sociedade Imobiliária,SA          Impaper Europe GmbH          Implantação - Imobiliária, S.A.          Infocfield-Informática,SA          Inparsa - Gestão Galeria Comercial, SA          Inparvi SGPS, SA          Integrum - Energia, SA          Integrum ACE, SA          Integrum Colombo Energia, SA          Integrum Engenho Novo - Energia, S.A.          INTEGRUM II - ENERGIA, S.A.          INTEGRUM III - ENERGIA, S.A.          Integrum Martim Longo - Energia, S.A.          Integrum Vale do Caima - Energia, SA          Integrum Vale do Tejo - Energia, SA          Intelligent Big Data, S.L.          Interlog-SGPS,SA          Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.</p>
--	--



<p>Ioannina Develop. of Shopping Centers SA  Isoroy SAS  La Farga - Shopping Center, SL  Land Retail B.V.  Larim Corretora de Resseguros, Ltda  Larissa Develop. of Shopping Centers, SA  Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros, SA  Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl  Libra Serviços, Lda.  Lookwise, S.L.  Loop 5 - Shopping Centre, GmbH  Lusomundo España, SL  Lusomundo Imobiliária 2, SA  Lusomundo Moçambique, Lda  Lusomundo Soc. Inv. Imob. SA  Luz del Tajo - Centro Comercial S.A.  Luz del Tajo B.V.  Madeirashopping- Centro Comercial, S.A.  Maiashopping- Centro Comercial, S.A.  Maiequipa-Gestão Florestal, SA  <b>Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.</b>  Marcas do Mundo-Viag. e Turismo Unip, Lda  Marcas MC, ZRT  Marina de Tróia S.A.  Marinamagic-Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda  Marmagno-Expl.Hoteleira Imob., SA  Martimope-Empreendimentos Turísticos, SA  Marvero-Expl.Hoteleira Imob., SA  MDS Affinity-Sociedade de Mediação Lda  MDS Africa SGPS, S.A.  MDS Auto - Mediação de Seguros, SA  MDS Corretor de Seguros, SA  Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda  MDS Malta Holding Limited  MDS, SGPS, SA  Megantic BV  Miral Administração Corretagem Seg, Ltda  MJLF-Empreendimentos Imobiliários, SA  Modalfa-Comércio e Serviços, SA  MODALLOOP - Vestuário e Calçado, SA  Modelo - Dist.de Mat. de Construção, S.A.  Modelo Continente Hipermercados, SA  Modelo Continente International Trade, SA  Modelo Hiper Imobiliária, SA</p>	<p>Modelo.com-Vendas p/Correspond., SA  Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária, SA  Movimento Viagens-Viag. e Turismo U.Lda  MSTAR, SA  Münster Arkaden BV  Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV  Norteshopping-Centro Comercial, S.A.  NOS Açores Comunicações, SA  NOS Comunicações, S.A.  NOS Lusomundo Audiovisuais, SA  NOS Lusomundo Cinemas, SA  NOS Lusomundo TV Lda  NOS Madeira Comunicações, SA  NOS, SGPS, S.A.  NOSPUB, Publicidade e Conteúdos, S.A.  Nova Equador Internacional, Ag. Viag. T, Lda  Nova Equador P.C.O. e Eventos  Novobord (PTY) Ltd.  Novodecor (PTY), LTD  OSB Deustchland GmbH  Pantheon Plaza BV  Paracentro - Gest.de Galerias Com., S.A.  Pareuro, BV  Park Avenue Develop. of Shop. Centers SA  Parklake Shopping Srl  Parque Atlântico Shopping - C.C., SA  Parque D. Pedro 1 B.V.  Parque de Famalicão - Empr. Imob., S.A.  Parque Principado SL  Pátio Boavista Shopping Ltda.  Pátio Campinas Shopping Ltda  Pátio Goiânia Shopping Ltda  Pátio Londrina Empreend.e Particip.Ltda  Pátio Penha Shopping Ltda.  Pátio São Bernardo Shopping Ltda  Pátio Sertório Shopping Ltda  Pátio Uberlândia Shopping Ltda  PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.  Peixes do Continente-Ind.Dist.Peixes, SA  Per-Mar-Sociedade de Construções, SA  Pharmacconcept - Actividades em Saúde, SA  PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A.  PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda  Plaza Eboli B.V.</p>
--	---



<p>Plaza Eboli - Centro Comercial S.A.  Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.  Plaza Mayor Parque de Ócio B.V.  Plaza Mayor Parque de Ocio,SA  Plaza Mayor Shopping B.V.  Plaza Mayor Shopping, SA  Poliface North America  Porturbe-Edifícios e Urbanizações,SA  Powercer -Soc.de Cogeração da Vialonga,SA  Praedium - Serviços, SA  Praedium II-Imobiliária,SA  Praedium SGPS, SA  Praesidium Services Limited  Predicomercial-Promoção Imobiliária,SA  Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA  Prédios Privados Imobiliária,SA  Predisedas-Predial das Sedas,SA  Proj. Sierra Germany 4 (four)-Sh.C.GmbH  Proj. Sierra Italy 2 - Dev.of Sh.C. Srl  Proj.Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH  Project 4, Srl  Project SC 1 BV  Project SC 2 BV  Project Sierra 10 BV  Project Sierra 11 BV  Project Sierra 12 BV  Project Sierra 2 B.V.  Project Sierra 6 BV  Project Sierra 8 BV  Project Sierra Four Srl  Project Sierra Spain 1 B.V.  Project Sierra Spain 2 B.V.  Project Sierra Spain 2-Centro Comer. SA  Project Sierra Spain 3 B.V.  Project Sierra Spain 3-Centro Comer. SA  Project Sierra Two Srl  Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.  <b>Público - Comunicação Social, S.A.</b>  Quorum Corretores de Seguros Ltda  Racionaliz. y Manufact.Florestales,SA  Raso - Viagens e Turismo, S.A.  Raso, SGPS, SA  River Plaza BV</p>	<p>River Plaza Mall, Srl  Rochester Real Estate,Limited  Ronfegen-Recursos Energéticos, Lda.  RSI Corretora de Seguros, Ltda  S.C. Microcom Doi Srl  S21 Sec Barcelona, S.L.  S21 Sec Brasil, Ltda  S21 Sec Ciber Seguridad, S.A. de CV  S21 Sec Fraud Risk Management, S.L.  S21 SEC Gestion, S.A.  S21 Sec Inc.  S21 Sec Information Security Labs, S.L.  S21 Sec Institute, S.L.  S21 Sec México, S.A. de CV  S21 Sec, S.A. de CV  <b>Saphety - Transacciones Electronicas SAS</b>  Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ltda.  <b>Saphety Level- Trusted Services, S.A.</b>  Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, SA  SC Aegean B.V.  SC Assets SGPS, SA  SC Finance BV  SC For-Serv.Form.e Desenv.R.H.,Unip.,Lda  SC Mediterranean Cosmos B.V.  SC, SGPS, SA  SC-Consultadoria,SA  SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,SA  SCS Beheer,BV  SDSR - Sports Division 2, S.A.  SDSR - Sports Division SR, S.A.  Selfa-Empreendimentos Imobiliários,SA  Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária,SA  Servicios de Inteligencia Estratégica Global, S.L.  Sesagest-Proj,Gestão Imobiliária,SA  Sete e Meio - Invest. Consultadoria, SA  Sete e Meio Herdades-Inv. Agr. e Tur.,SA  Shopping Centre Colombo Holding, BV  Shopping Centre Parque Principado B.V.  SIAL Participações, Lda  Sierra Asia Limited  Sierra Berlin Holding BV  Sierra Brazil 1 B.V.  Sierra Central S.A.S.</p>
---	---



<p>Sierra Developments Holding B.V.  Sierra Developments, SGPS, S.A.  Sierra Enplanta Ltda  Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.  Sierra Germany GmbH  Sierra GP Limited  Sierra Greece, S.A.  Sierra Investimentos Brasil Ltda  Sierra Investments (Holland) 1 B.V.  Sierra Investments (Holland) 2 B.V.  Sierra Investments Holding B.V.  Sierra Investments SGPS, S.A.  Sierra Italy Holding B.V.  Sierra Italy Srl  Sierra Management Germany GmbH  Sierra Management Italy S.r.l.  Sierra Management Romania, Srl  <b>Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.</b>  Sierra Management, SGPS, S.A.  Sierra Portugal, S.A.  Sierra Project Nürnberg BV  Sierra Property Management Greece, SA  Sierra RE Greece BV  Sierra Reval-PM Mark. and Consult., Inc  Sierra Romania Sh. Centers Services Srl  Sierra Services Holland 2 BV  Sierra Services Holland B.V.  Sierra Solingen Holding GmbH  Sierra Spain 2 Services, S.A.  Sierra Spain, Shop. Centers Serv.,S.A.U.  Sierra Spain, Shop. Centers Services, SL  Sierra Zenata Project B.V.  <b>SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.</b>  <b>SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.</b>  SISTAVAC, S.A.  SISTAVAC, SGPS, S.A.  SISTAVAC-Sistemas HVAC-R do Brasil, Ltda  SKK SRL  SKK-Central de Distr.,SA  SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos  Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,SA  Sociedade de Construções do Chile, S.A.  Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.  Société de Tranchage Isoroy S.A.S.  <b>Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.</b></p>	<p><b>Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.</b>  Soconstrução BV  Sodesa, S.A.  Soflorin, BV  <b>Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.</b>  Solinca - Eventos e Catering, SA  Solinca - Health and Fitness, SA  <b>Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.</b>  Solinfitness - Club Malaga, S.L.  Solingen Shopping Center GmbH  SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA  Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,SA  Somit Imobiliária,SA  Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA  Sonae Capital Brasil, Lda  Sonae Capital,SGPS, S.A.  Sonae Center Serviços II, SA  Sonae Center Serviços, S.A.  <b>Sonae com – Sistemas Informação, SGPS, S.A.</b>  Sonae Financial Services, S.A.  Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,SA  Sonae Indústria - Management Services,SA  <b>Sonae Indústria – SGPS, S.A.</b>  Sonae Industria (UK),Ltd  Sonae Industria de Revestimentos, S.A.  Sonae Investimentos, SGPS, SA  Sonae Investments,BV  Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA  Sonae Novobord (PTY) Ltd  Sonae RE, S.A.  Sonae Retalho Espana-Servicios Gen.,SA  Sonae SGPS, SA  Sonae Sierra Brasil SA  Sonae Sierra Brazil B.V.  Sonae Sierra, SGPS, S.A.  Sonae Tafibra Benelux, BV  Sonae Turismo-SGPS,SA  SONAECENTER SERVIÇOS, SA  Sonaecom - Cyber security and intelligence, SGPS, S.A.  Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.  <b>Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L.</b>  Sonaecom BV  Sonaecom, SGPS, S.A.  Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos  Sonaerp - Retail Properties, SA</p>
---	--



<p>SONAESR - Serviços e logística, SA  Sonaetelecom BV  Sondis Imobiliária,SA  Sontaria-Empreend.Imobiliários,SA  Sontel BV  Sontur BV  Sonvecap BV  Sopair, S.A.  Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist  Soternix-Produção de Energia, ACE  Spanboard Products,Ltd  SPF- Sierra Portugal  Spinarq Moçambique, Lda  Spinarq-Engenharia,Energia e Ambiente,SA  Spinveste - Promoção Imobiliária, SA  Spinveste-Gestão Imobiliária SGI,SA  Sport TV Portugal, SA  Sport Zone Canárias  Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA  Sport Zone Turquia  Spred, SGPS, SA  Tableros Tradema,S.L.  Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas,SL  Tafibra Suisse, SA  Tafisa Canadá Societé en Commandite  Tafisa Développement  Tafisa France, SA  Tafisa Investissement  Tafisa Participation  Tafisa UK,Ltd  Tafisa-Tableros de Fibras, SA  Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos,SL  Tecmasa Reciclados de Andalucía, S.L.  Tecnológica Telecomunicações LTDA.  Teconologias del Medio Ambiente,SA  Teliz Holding B.V.  Textil do Marco,SA  The Artist Porto Hot.&amp;Bistrô-Act.Hot.,SA  TLANTIC B.V.  Tlantic Portugal-Sist. de Informação, SA  Tlantic Sistemas de Informação Ltd<sup>a</sup>  Todos os Dias-Com.Ret.Expl.C.Comer.,S.A.  Tool GmbH  Torre Ocidente, Imobiliária,SA  Torre São Gabriel-Imobiliária,SA</p>	<p>Troia Market-Supermercados, S.A.  Troia Natura, S.A.  Troiaresort-Investimentos Turísticos, SA  Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob.,SA  Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,SA  <b>Unipress – Centro Gráfico, Lda</b>  Unishopping Administradora Ltda.  Unishopping Consultoria Imob. Ltda.  Upstar Comunicações SA  Urbisedas-Imobiliária das Sedas,SA  Valecenter Srl  VALOR N, S.A.  Via Catarina- Centro Comercial, S.A.  Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.  Vistas do Freixo-Emp.Tur.Imobiliários,SA  Vuelta Omega, S.L.  We Do Technologies Panamá S.A.  We Do Technologies Singapore PTE. LTD.  <b>WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.</b>  <b>WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda</b>  WeDo Poland Sp. Z.o.o.  WeDo Technologies (UK) Limited  WeDo Technologies Americas, Inc.  WeDo Technologies Australia PTY Limited  WeDo Technologies BV  <b>WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia</b>  WeDo Technologies Egypt LLC  WeDo Technologies Mexico, S de R.L.  Weiterstadt Shopping BV  World Trade Center Porto, S.A.  Worten Canárias  Worten España Distribución, SL  Worten-Equipamento para o Lar,SA  ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A.  ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA  Zippy Turquia  Zon Audiovisuais, SGPS  Zon Cinemas, SGPS  ZON Finance BV  ZON III-COMUNICAÇ ELETRÓN SA  ZON II-SERVIÇOS TELEVISÃO,SA  Zon TV Cabo SGPS SA  Zon TV Cabo, SA  Zubiarte Inversiones Inmob,SA  ZYEVOLUTION-Invest.Desenv.,SA</p>
---	---

## 4.3 Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

### Balanços

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2014 (não auditado)	setembro 2013 (não auditado)	dezembro 2013
<b>Ativo</b>				
<b>Ativos não correntes</b>				
Ativos fixos tangíveis	1.a), 1.f) e 2	41.669	271.829	52.710
Ativos intangíveis	1.b) e 3	5.953	7.499	7.092
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	52.822.141	67.393.424	66.580.286
Investimentos em empreendimentos conjuntos	1.d) e 6	597.666.944	597.666.944	597.666.944
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.e), 4 e 7	1.142.185	-	-
Outros ativos não correntes	1.c), 1.e), 1.n), 4, 8 e 20	151.906.237	171.435.246	175.735.246
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>803.585.129</b>	<b>836.774.942</b>	<b>840.042.278</b>
<b>Ativos correntes</b>				
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.e), 4 e 7	54.014.592	164.953.026	202.442.350
Outras dívidas de terceiros	1.e), 1.g), 4, 10 e 20	13.059.611	15.840.571	19.763.330
Outros ativos correntes	1.e), 1.n), 4 e 20	407.980	1.851.017	515.229
Caixa e equivalentes de caixa	1.e), 1.h), 4, 11 e 20	187.346.339	194.845.181	185.918.581
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>254.828.522</b>	<b>377.489.795</b>	<b>408.639.490</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.058.413.651</b>	<b>1.214.264.737</b>	<b>1.248.681.768</b>
<b>Capital próprio e passivo</b>				
<b>Capital próprio</b>				
Capital social	12	230.391.627	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.q) e 13	(8.441.804)	(8.441.804)	(8.441.804)
Reservas	1.p)	830.933.789	928.659.184	928.723.768
Resultado líquido do período		363.364	(125.040.013)	(90.569.383)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>1.053.246.976</b>	<b>1.161.424.235</b>	<b>1.195.959.449</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	1.i), 1.j), 4, 14.a) e 20	-	20.240.766	20.003.496
Provisões para outros riscos e encargos	1.l), 1.o) e 15	333.750	169.526	332.469
Outros passivos não correntes	1.n), 1.t), 4 e 23	377.642	350.548	370.948
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>711.392</b>	<b>20.760.840</b>	<b>20.706.913</b>
<b>Passivo corrente</b>				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.h), 1.i), 1.j), 4, 14.b) e 20	9.794	22.785.582	21.660.813
Outras dívidas a terceiros	4, 16 e 20	2.593.214	8.188.339	7.308.273
Outros passivos correntes	1.n), 1.t), 4, 20 e 23	1.852.275	1.105.741	3.046.320
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>4.455.283</b>	<b>32.079.662</b>	<b>32.015.406</b>
<b>Total do passivo e capital próprio</b>		<b>1.058.413.651</b>	<b>1.214.264.737</b>	<b>1.248.681.768</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2014 e 2013.

#### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

#### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

## Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os períodos e trimestres findos em 30 setembro de 2014 e 2013 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2014 (não auditado)	julho a setembro 2014 (não auditado)	setembro 2013 (não auditado)	julho a setembro 2013 (não auditado)	dezembro 2013
Prestações de serviços	20	258.761	97.100	2.471.937	709.026	2.627.835
Outros proveitos operacionais	20	89.238	34.397	83.578	30.335	113.879
		347.999	131.497	2.555.515	739.361	2.741.714
Fornecimentos e serviços externos	1.f), 17 e 20	(682.707)	(205.325)	(1.675.513)	(501.764)	(2.142.911)
Custos com o pessoal	1.t), 23	(1.028.437)	(279.629)	(1.840.888)	(725.491)	(2.307.890)
Amortizações e depreciações	1.a), 1.b), 2 e 3	(12.180)	(3.904)	(52.215)	(17.356)	(65.561)
Provisões e perdas de imparidade	1.l) e 15	-	-	(92.554)	7.911	(90.138)
Outros custos operacionais		(100.847)	34.799	(30.057)	(10.786)	(39.962)
		(1.824.171)	(454.059)	(3.691.227)	(1.247.486)	(4.646.462)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo e empreendimentos conjuntos	5 e 18	6.767.750	6.090.000	(144.243.643)	(166.343.643)	(147.101.781)
Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	5, 7 e 18	(6.925.422)	(333.000)	9.147.395	9.147.395	46.636.719
Outros custos financeiros	1.c), 1.f), 1.i), 1.j), 1.r), 1.s), 8, 14, 18 e 20	(988.884)	(35.585)	(10.703.018)	(3.973.064)	(11.211.267)
Outros proveitos financeiros	1.r), 8, 11, 18 e 20	2.741.673	708.430	23.204.283	10.385.848	24.502.045
Resultados correntes		118.945	6.107.283	(123.730.695)	(151.291.589)	(89.079.032)
Imposto sobre o rendimento	1.m), 9 e 19	244.419	205.681	(1.309.318)	(750.451)	(1.490.351)
Resultado líquido do período		363.364	6.312.964	(125.040.013)	(152.042.040)	(90.569.383)
<b>Resultados por ação</b>	22					
Incluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,00	0,02	(0,35)	(0,42)	(0,25)
Diluídos		0,00	0,02	(0,35)	(0,42)	(0,25)
Excluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,00	0,02	(0,35)	(0,42)	(0,25)
Diluídos		0,00	0,02	(0,35)	(0,42)	(0,25)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2014 e 2013.

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



## Demonstrações de resultados e outro rendimento integral

Para os períodos e trimestres findos em 30 setembro de 2014 e 2013 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2014 (não auditado)	julho a setembro 2014 (não auditado)	setembro 2013 (não auditado)	julho a setembro 2013 (não auditado)	dezembro 2013
Resultado líquido do período		363.364	6.312.964	(125.040.013)	(152.042.040)	(90.569.383)
Componentes de outro rendimento integral do período, líquido de imposto		-	-	-	-	-
Rendimento integral do período		363.364	6.312.964	(125.040.013)	(152.042.040)	(90.569.383)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2014 e 2013.

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

## Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)	Reservas								Resultado líquido	Total
	Capital social	Ações próprias (Nota 13)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 23)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas		
2014										
Saldo em 31 de dezembro 2013	366.246.868	(8.441.804)	775.290.377	13.152.684	473.962	8.441.804	131.364.941	928.723.768	(90.569.383)	1.195.959.449
Aplicação do resultado líquido de 2013										
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	-	-	-	-	-	(90.569.383)	(90.569.383)	90.569.383	-
Rendimento integral do período findo em 30 de setembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	363.364	363.364
Alterações no capital na sequência da conclusão da oferta pública de aquisição geral e voluntária de ações próprias (Nota 12)	(135.855.241)	-	-	-	-	-	(5.815.229)	(5.815.229)	-	(141.670.470)
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivo de médio prazo (Nota 23)	-	-	-	-	(57.543)	-	-	(57.543)	-	(57.543)
Efeito da conversão dos planos de incentivos de médio prazo (Nota 23)	-	-	-	-	(416.419)	-	(931.405)	(1.347.824)	-	(1.347.824)
Saldo em 30 setembro 2014	230.391.627	(8.441.804)	775.290.377	13.152.684	-	8.441.804	34.048.924	830.933.789	363.364	1.053.246.976

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2014 e 2013.

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)	Reservas							Resultado líquido	Total	
	Capital social	Ações próprias (Nota 13)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 23)	Reservas de ações próprias	Outras reservas			Total de reservas
<b>2013</b>										
Saldo em 31 de dezembro 2012	366.246.868	(6.299.699)	775.290.377	7.991.192	650.156	6.299.699	79.961.643	870.193.067	103.229.835	1.333.370.071
Aplicação do resultado líquido de 2012										
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	-	-	5.161.492	-	-	98.068.343	103.229.835	(103.229.835)	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(43.281.102)	(43.281.102)	-	(43.281.102)
Rendimento integral do período findo em 30 de setembro de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	(125.040.013)	(125.040.013)
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo	-	354.213	-	-	(406.268)	(354.213)	425.568	(334.913)	-	19.300
Venda de ações próprias às subsidiárias no âmbito dos planos de incentivo de curto prazo	-	3.724	-	-	-	(3.724)	4.723	999	-	4.723
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivo de médio prazo	-	-	-	-	165.490	-	-	165.490	-	165.490
Cessaçãõ antecipada do derivado sobre ações próprias (Notas 20 e 23)	-	-	-	-	-	-	(1.314.192)	(1.314.192)	-	(1,314.192)
Aquisição de ações próprias	-	(2.500.042)	-	-	-	2.500.042	(2.500.042)	-	-	(2.500.042)
<b>Saldo em 30 setembro 2013</b>	<b>366.246.868</b>	<b>(8.441.804)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>13.152.684</b>	<b>409.378</b>	<b>8.441.804</b>	<b>131.364.941</b>	<b>928.659.184</b>	<b>(125.040.013)</b>	<b>1.161.424.235</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2014 e 2013.

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)	setembro 2014 (não auditado)	setembro 2013 (não auditado)
<b>Atividades operacionais</b>		
Pagamentos ao pessoal	(315.046)	(1.429.754)
Fluxo gerado pelas operações	(315.046)	(1.429.754)
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	(708.104)	(4.103.092)
Outros recebimentos / pagamentos relativos a atividades operacionais	(1.802.618)	10.107.263
Fluxo das atividades operacionais (1)	(2.825.768)	4.574.417
<b>Atividades de investimento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	28.127.148	15.260.284
Ativos fixos tangíveis	-	41
Juros e proveitos similares	6.097.314	20.084.727
Empréstimos concedidos	12.895.000	433.050.000
Dividendos recebidos	8.571.504	24.700.000
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(7.023.078)	(15.260.284)
Ativos fixos tangíveis	-	(25.729)
Empréstimos concedidos	-	(15.286.013)
Fluxos das atividades de investimento (2)	48.667.888	477.809.039
<b>Atividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	-	13.181.000
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	(2.770.078)	(10.806.106)
Aquisição de ações próprias	-	(2.500.042)
Empréstimos obtidos	(41.644.284)	(348.134.744)
Dividendos pagos	-	(43.281.102)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(44.414.362)	(391.540.994)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	1.427.758	90.842.462
Caixa e seus equivalentes no início do período	185.918.581	103.717.414
Caixa e seus equivalentes no final do período	187.346.339	194.559.876

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2014 e 2013.

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier





## 4.4. Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

A SONAECOM, SGPS, S.A. (doravante designada 'empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros

para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas 093X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom. A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu entre 6 de fevereiro e 19 de fevereiro de 2014. Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom (Notas 7 e 12).

Em 2014 a Sonaecom reduziu, desta forma, o seu capital social para 230.391.627 euros.

Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondados à unidade.

## 1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS').

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia ocorreu pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo foi 1 de janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 – 'Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro', e tendo em consideração a IAS 34 – 'Relato Financeiro Intercalar'

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*, com exceção das datas de início de adoção das normas abaixo indicadas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 e foram adotadas pela primeira vez no período findo em 30 de setembro de 2014:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)	1-jan-13(*)
A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator decisivo para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	
IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)	1-jan-13(*)
Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	
IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)	1-jan-13(*)
Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	
IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas)	1-jan-13(*)
Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures)	1-jan-13(*)
O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Entidades de Investimento)	1-jan-14
Cria uma exceção para entidades consideradas de investimento as quais, em determinadas situações, poderão não preparar demonstrações financeiras consolidadas.	
IAS 32- Alterações (Ativos e Passivos Financeiros)	1-jan-14
A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.	
Alterações ao IAS 36 (Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros)	1-jan-14
As alterações introduzem divulgações adicionais e esclarecem sobre as divulgações exigidas quando um ativo se encontra em imparidade e o valor recuperável dos ativos foi baseada no justo valor menos os custos de vender.	
Alterações ao IAS 39 (Novação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	1-jan-14
O objetivo das alterações propostas é proporcionar uma exceção ao requisito para a interrupção da contabilidade de cobertura da IAS 39 e IFRS 9 em circunstâncias em que um instrumento de cobertura é obrigado a ser novado, como resultado de leis ou regulamentos.	
(*) De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção das IFRS 10, 11 e 12 e as emendas às IAS 27 e IAS 28, as entidades deverão adotar estas normas nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada foi contudo permitida.	
A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.	
As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:	
Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRIC 21 Impostos (Impostos cobrados pelas autoridades publicas a entidades que operam em mercados específicos)	1-jan-14
Esta interpretação esclarece o momento em que a responsabilidade de pagar uma taxa imposta por um governo (não inclui imposto sobre o rendimento - ver IAS 12 Impostos sobre o Rendimento) deve ser reconhecida por uma entidade. A IFRIC 21 identifica que o fato gerador da obrigação, que dá origem a um passivo, é a atividade que desencadeia o pagamento da taxa, de acordo com a legislação aplicável.	

Estas normas, apesar de aprovadas ('endorsed') pela União Europeia, não foram adotadas pela empresa no período findo em 30 de setembro de 2014, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Nome/interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) e alterações subsequentes Esta norma introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	1-jan-18
IFRS 10 e IAS 28 - Alterações (Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto) O objetivo é o de abordar a inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e da IAS 28 no que respeita à perda de controlo de uma subsidiária. Ganhos ou perdas decorrentes de transações que envolvem ativos que constituem um negócio passam a ser reconhecidas nas demonstrações financeiras do investidor na sua totalidade. É reconhecido um ganho/perda parcial quando a transação envolve ativos que não constituem um negócio.	1-jan-16
IFRS 11 - Alterações (Contabilização das aquisições de interesses em operações conjuntas) O objetivo é o de guiar a contabilização da aquisição de uma participação numa operação conjunta quando esta constitui um negócio. O IASB decidiu que são aplicáveis todos os princípios em combinações de negócios previstos na IFRS 3 Combinações de Negócios e noutras IFRSs, desde que não entrem em conflito com a IFRS 11.	1-jan-16
IFRS 14 (Contas de diferimento regulatório) Permite que uma entidade que adote pela primeira vez as IFRS continue a apresentar, com algumas alterações, os saldos de diferimento regulatório, de acordo com os GAAP anteriores, tanto na adoção inicial das IFRS como nas demonstrações financeiras posteriores.	1-jan-16
IFRS 15 (Receitas de contratos com clientes) A IFRS 15 especifica como e quando se deve reconhecer receita bem como exige às entidades que forneçam divulgações mais informativas e relevantes. A norma fornece um modelo de cinco passos simples que devem ser aplicados a todos os contratos com clientes.	1-jan-17
IAS 16 e IAS 38 - Alterações (Clarificação dos métodos aceites de depreciação e amortização) O IASB clarificou que o uso de métodos baseados na receita para o cálculo da depreciação de um ativo não são apropriados uma vez que a receita gerada por uma atividade que inclua o uso de um ativo geralmente reflete outros fatores que não apenas o benefício económico do ativo.	1-jan-16

Nome/interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 16 e IAS 41 - Alterações (Agricultura: Plantas) As alterações trazem para o âmbito da IAS 16 as plantas que são utilizadas unicamente para cultivar produtos, e passam a ser contabilizadas da mesma forma como ativos fixos tangíveis.	1-jan-16
IAS 19 - Alterações (Planos de Benefício Definidos: Contribuições dos Empregados) O objetivo destas alterações é o de simplificar a contabilização das contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado.	1-jul-14
IAS 27 - Alterações (Demonstrações Financeiras Separadas - método de equivalência patrimonial) Estas alterações irão permitir a utilização do método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos nas demonstrações financeiras separadas.	1-jan-16
Melhorias de algumas IFRS (2010-2012) Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a oito questões abordadas durante o ciclo 2010-2012 de melhorias anuais para IFRS.	1-jul-14
Melhorias de algumas IFRS (2011-2013) Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a quatro questões abordadas durante o ciclo 2011-2013 de melhorias anuais para IFRS.	1-jul-14
Melhorias de algumas IFRS (2012-2014) Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a questões abordadas durante o ciclo 2012-2014 de melhorias anuais para IFRS.	1-jan-16

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pela empresa no período findo em 30 de setembro de 2014, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Estima-se que a aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da empresa.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela empresa a 30 de setembro de 2014 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

#### Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:



#### a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções - obras em edifícios alheios	4-20
Equipamento básico	5
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4-8

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

#### b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, se a empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software* e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica 'Amortizações e depreciações'.

#### c) Investimentos em empresas do grupo e outros ativos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais são **registados na rubrica 'Investimentos em empresas do grupo'**, ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.


As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, **por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros'** da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

#### d) Investimentos em empresas controladas conjuntamente

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas controladas conjuntamente (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) **são registados na rubrica 'Investimentos em empreendimentos conjuntos'**, ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS. Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas controladas conjuntamente cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas controladas



conjuntamente quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

#### e) Instrumentos financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

#### (i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

#### (ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a empresa fornece dinheiro ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes.

#### (iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

#### (iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que a empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados como ganhos/perdas em investimentos.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), a empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias



específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A empresa efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de **imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda'**, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

#### f) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa **duração ('ALD')** estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

#### g) Outras dívidas de terceiros

As **'Outras dívidas de terceiros'** são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a empresa empresta dinheiro ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade, que são registados na demonstração de resultados em **'Provisões e perdas de imparidade'**. Recuperações e reversões subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de **'Provisões e perdas de imparidade'** da demonstração de resultados.

#### h) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica **'Caixa e equivalentes de caixa'** correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo. A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- **'Demonstração de Fluxos de Caixa'**, através do método direto. A empresa classifica na rubrica **'Caixa e equivalentes de caixa'** os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica **'Caixa e equivalentes de caixa'** compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica **'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'**. A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.



#### i) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

#### j) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

#### k) Instrumentos financeiros derivados

A empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela empresa.

Os instrumentos financeiros derivados ('cash flow hedges') utilizados normalmente pela empresa respeitam a:

- (i) 'swaps' de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos 'swaps' de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos 'swaps' de cobertura de 'cash-flow' é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura'.
- (ii) 'forward's' cambiais para cobertura do risco cambial. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 30 de setembro de 2014 e de 2013, a empresa não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.t).

#### l) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

#### m) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento do exercício' inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12- 'Impostos sobre o Rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em



que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 9).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado, com base nas taxas que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

#### n) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas 'Outros ativos correntes', 'Outros ativos não correntes', 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (Nota 1.1)).

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

#### o) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 9 e 15).

#### p) Reservas

##### Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

##### Reserva de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

##### Reservas para planos de incentivo de médio prazo

De acordo com a IFRS 2- 'Pagamentos com Base em ações', a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

##### Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de 'cash flow' que se consideram eficazes (Nota 1. k)) sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

##### Reservas de ações próprias

As reservas de ações próprias refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos liquidados ou quando terminar o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis ou intangíveis. Assim, a 30 de setembro de 2014, a Sonaecom, SGPS, S.A. dispunha de reservas livres distribuíveis no montante de cerca de 26,3 milhões de euros. Para este efeito foram consideradas como distribuíveis os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de

componentes do capital próprio já exercidos durante o período findo em 30 de setembro de 2014.

#### q) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registradas na rubrica 'Outras reservas'.

#### r) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registradas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

	2014		2013	
	30 setembro	Média	30 setembro	Média
Libra inglesa	1,2865	1,2318	1,1961	1,1740
Franco suíço	0,8290	0,8210	0,8180	0,8121
Coroa sueca	0,1093	0,1107	0,1155	0,1166
Dólar americano	0,7947	0,7381	0,7405	0,7597

#### s) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registrado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registrado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registrada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada

ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Para os 'Investimentos em empresas do grupo', a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da empresa.

Para os 'Investimentos em empreendimentos conjuntos', a quantia recuperável é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte, e;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

#### t) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 – 'Pagamentos com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela empresa são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registrada a crédito na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à empresa, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:



- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Para os planos de ações Sonaecom, a empresa converteu a totalidade de tais planos em ações Sonae SGPS. O impacto associado aos planos de ações dos planos de incentivo de médio prazo referidos está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal' (Nota 23)

Em relação aos planos originalmente liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe, a empresa efetuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas ações. Assim, a responsabilidade encontra-se registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo

decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

#### u) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*'adjusting events'*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*'non adjusting events'*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### v) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos ativos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do grupo. As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8- 'Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

#### w) Gestão do risco financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da empresa, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.k)).



A empresa encontra-se ainda exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos.

### Risco de mercado

#### a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais. Sempre que possível, a empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.k).

Considerando os reduzidos valores de ativos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

#### b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ('*natural hedge*'); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;

- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 14) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros, quando tal se entenda necessário. Quando os *swaps* de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 – '*Instrumentos Financeiros*'), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.



O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

### Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada

em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;

(iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos é apresentada na Nota 14.

### Risco de crédito

A exposição da empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da empresa ao risco de crédito.

## 2. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

							2014
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativo bruto</b>							
Saldo em 31 dezembro 2013	348.914	43.858	22.060	171	242.718	104	657.825
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 30 setembro 2014	348.914	43.858	22.060	171	242.718	104	657.825
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas</b>							
Saldo em 31 dezembro 2013	325.938	43.643	2.298	171	232.961	104	605.115
Depreciações do período	3.388	54	4.136	-	3.463	-	11.041
Saldo final em 30 setembro 2014	329.326	43.697	6.434	171	236.424	104	616.156
Valor líquido	19.588	161	15.626	-	6.294	-	41.669
<b>2013</b>							
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativo bruto</b>							
Saldo em 31 dezembro 2012	722.909	46.685	-	171	333.756	104	1.103.625
Adições	-	-	22.060	-	3.669	-	25.729
Alienações	-	-	-	-	(1.040)	-	(1.040)
Saldo final em 30 setembro 2013	722.909	46.685	22.060	171	336.385	104	1.128.314
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas</b>							
Saldo em 31 dezembro 2012	486.209	40.497	-	171	280.140	104	807.121
Depreciações do período	31.318	4.583	919	-	13.584	-	50.404
Alienações	-	-	-	-	(1.040)	-	(1.040)
Saldo final em 30 setembro 2013	517.527	45.080	919	171	292.684	104	856.485
Valor líquido	205.382	1.605	21.141	-	43.701	-	271.829

### 3. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2014
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo em 31 dezembro 2013	9.719	192.404	-	202.123
Transferências	-	-	-	-
Saldo final em 30 setembro 2014	9.719	192.404	-	202.123
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>				
Saldo em 31 dezembro 2013	9.719	185.312	-	195.031
Amortizações do período	-	1.139	-	1.139
Saldo final em 30 setembro 2014	9.719	186.451	-	196.170
Valor líquido	-	5.953	-	5.953
<b>2013</b>				
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo em 31 dezembro 2012	9.719	190.031	2.373	202.123
Transferências	-	2.373	(2.373)	-
Saldo final em 30 setembro 2013	9.719	192.404	-	202.123
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>				
Saldo em 31 dezembro 2012	9.339	183.474	-	192.813
Amortizações do período	380	1.431	-	1.811
Saldo final em 30 setembro 2013	9.719	184.905	-	194.624
Valor líquido	-	7.499	-	7.499

## 4. Classes de instrumentos financeiros

A 30 de setembro de 2014 e 2013, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

						2014
	Empréstimos e contas a receber	Inv. registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Ativos não correntes</b>						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	1.142.185	-	1.142.185	-	1.142.185
Outros ativos não correntes (Nota 8)	151.906.237	-	-	151.906.237	-	151.906.237
	151.906.237	1.142.185	-	153.048.422	-	153.048.422
<b>Ativos correntes</b>						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	54.014.592	-	54.014.592	-	54.014.592
Outras dívidas de terceiros (Nota 10)	8.002.137	-	-	8.002.137	5.057.474	13.059.611
Outros ativos correntes	-	-	295.859	295.859	112.121	407.980
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	187.346.339	-	-	187.346.339	-	187.346.339
	195.348.476	54.014.592	295.859	249.658.927	5.169.595	254.828.522

						2013
	Empréstimos e contas a receber	Inv. registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Ativos não correntes</b>						
Outros ativos não correntes (Nota 8)	171.435.246	-	-	171.435.246	-	171.435.246
	171.435.246	-	-	171.435.246	-	171.435.246
<b>Ativos correntes</b>						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	164.953.026	-	164.953.026	-	164.953.026
Outras dívidas de terceiros (Nota 10)	13.526.370	-	-	13.526.370	2.314.201	15.840.571
Outros ativos correntes	-	-	426.305	426.305	1.424.712	1.851.017
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	194.845.181	-	-	194.845.181	-	194.845.181
	208.371.551	164.953.026	426.305	373.750.882	3.738.913	377.489.795

						2014
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total	
<b>Passivo não corrente</b>						
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 14)	-	-	-	-	-	-
Outros passivos não correntes	-	-	-	377.642	377.642	377.642
	-	-	-	377.642	377.642	377.642
<b>Passivo corrente</b>						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 14)	9.794	-	9.794	-	9.794	9.794
Outras dívidas a terceiros (Nota 16)	-	1.557.983	1.557.983	1.035.231	2.593.214	2.593.214
Outros passivos correntes	-	722.653	722.653	1.129.622	1.852.275	1.852.275
	9.794	2.280.636	2.290.430	2.164.853	4.455.283	4.455.283

						2013
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total	
<b>Passivo não corrente</b>						
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 14)	20.240.766	-	20.240.766	-	20.240.766	20.240.766
Outros passivos não correntes	35.281	-	35.281	315.267	350.548	350.548
	20.276.047	-	20.276.047	315.267	20.591.314	20.591.314
<b>Passivo corrente</b>						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 14)	22.785.582	-	22.785.582	-	22.785.582	22.785.582
Outras dívidas a terceiros (Nota 16)	-	7.889.323	7.889.323	299.016	8.188.339	8.188.339
Outros passivos correntes	-	796.418	796.418	309.323	1.105.741	1.105.741
	22.785.582	8.685.741	31.471.323	608.339	32.079.662	32.079.662

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos, registrados nas rubricas de outros ativos e passivos correntes e não correntes, foram considerados como instrumentos não financeiros.

É entendimento do Conselho de Administração da Sonaecom que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

## 5. Investimentos em empresas do grupo

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, esta rubrica incluía as partes de capital detido em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2014	2013
Sonaetelecom BV	73.460.618	75.009.902
Sonae com – Sistemas de Informação, SGPS, S.A. ('Sonae com SI')	52.241.587	52.241.587
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ('PCJ')	11.850.557	11.176.546
Sonaecom BV	10.300.000	25.020.000
Público - Comunicação Social, S.A. ('Público')	10.227.595	10.227.595
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ('Sonaecom SP')	50.000	50.000
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ('Miauger')*	-	5.714.245
	158.130.357	179.439.875
Perdas de imparidade (Nota 15)	(105.308.216)	(112.046.451)
<b>Total de investimentos em empresas do grupo</b>	<b>52.822.141</b>	<b>67.393.424</b>

\* Empresa dissolvida em maio de 2014.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, foram como segue:

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2013	Aumentos	Diminuições	Transferências e utilizações	Saldo a 30 setembro 2014
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	(1.549.284)	-	73.460.618
Sonaecom SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	(14.720.000)	-	10.300.000
Miauger	5.714.245	826.880	-	(6.541.125)	-
Público	10.227.595	-	-	-	10.227.595
PCJ	11.176.547	674.010	-	-	11.850.557
Sonaecom SP	50.000	-	-	-	50.000
	179.439.876	1.500.890	(16.269.284)	(6.541.125)	158.130.357
Perdas de imparidade (Nota 15)	(112.859.590)	(17.154)	2.016.255	5.552.273	(105.308.216)
	66.580.286	1.483.736	(14.253.029)	(988.852)	52.822.141

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2012	Aumentos	Diminuições	Transferências e utilizações	Saldo a 30 setembro 2013
Optimus SGPS	1.005.866.218	-	(1.005.866.218)	-	-
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	-	-	75.009.902
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	-	-	25.020.000
PCJ	3.551.772	7.624.774	-	-	11.176.546
Público	3.738.230	6.489.365	-	-	10.227.595
Miauger	4.568.100	1.146.145	-	-	5.714.245
Sonaecom SP	50.000	-	-	-	50.000
	1.170.070.809	15.260.284	(1.005.866.218)	-	179.439.875
Perdas de imparidade (Nota 15)	(97.197.713)	(10.000)	-	(14.838.738)	(112.046.451)
	1.072.873.096	15.250.284	(1.005.866.218)	(14.838.738)	67.393.424



Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012, entre a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), de terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A. ('Sonaecom') efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT, SGPS, S.A. (sociedade veículo usada para o efeito), condicionado à concretização da fusão.

Assim, na sequência deste acordo, a 27 de agosto de 2013 formalizou-se a operação de fusão, após estarem cumpridos todos os requisitos para que a mesma se concretizasse pelo que a Sonaecom considera ser esta a data em que a Zopt passou a controlar a Zon Optimus (atualmente NOS, SGPS, S.A. (doravante 'NOS'), após a alteração da sua denominação em junho de 2014), tendo a Sonaecom, efetuado, nesse dia, o registo do aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT SGPS, S.A. ('Zopt') (Nota 6). Consequentemente, com o aumento de capital na Zopt, a Sonaecom passou a ser detentora de 50% do capital da Zopt e de suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros (Nota 8), os quais seriam posteriormente convertidos em prestações acessórias e reduzidos para 115 milhões de euros. Adicionalmente, a participação remanescente de 18,193% na Optimus SGPS foi convertida numa participação minoritária de 7,28% da NOS (Nota 7).

Conforme acordo parassocial assinado entre as partes envolvidas na operação de fusão, a Sonaecom e o Grupo Kento/Jadeium obrigaram-se a não adquirir quaisquer ações representativas do capital social da NOS, exceção feita às ações adquiridas pela Sonaecom em resultado da operação fusão. Por esta razão, o acordo parassocial prevê também que decorridos 2 anos sobre a data da inscrição da fusão no registo comercial, e por um período de 3 meses, o Grupo Kento/Jadeium poderá exercer uma opção de compra sobre metade das ações representativas do capital social da NOS, de que a Sonaecom seja titular à data do exercício da opção, pelo preço unitário igual à cotação média ponderada do mês anterior.

Decorrente do aumento de capital da Zopt e fusão entre a Optimus SGPS e a Zon, a Sonaecom desreconheceu o investimento na Optimus SGPS no montante de 1.006 milhões de euros e as prestações suplementares no montante de 144,6 milhões de euros (Nota 8). Simultaneamente reconheceu um investimento na Zopt de 598 milhões de euros<sup>1</sup> (Nota 6), suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros e um investimento registado ao justo valor através de resultados de ações da NOS (conversão de 20.921.650 ações Optimus SGPS, representativas de 18,193% do capital, em 37.489.324 ações NOS, representativas de 7,28% do capital) à cotação bolsista à data da fusão (27 de agosto de 2013) no montante de 156 milhões de euros (Nota 7).

Deste modo, em resultado do desreconhecimento do investimento financeiro da Optimus SGPS, e do reconhecimento dos investimentos na Zopt, NOS e dos suprimentos a receber da Zopt, foi gerada uma menos valia de 167 milhões de euros.

No período findo em 30 de setembro de 2014, os valores de 826.880 euros e 674.010 de aumentos na Miauger e PCJ, respetivamente, correspondem a aumentos de capital para cobertura de prejuízos.

No período findo em 30 de setembro de 2014, os valores de 1.549.284 e 14.720.000 de diminuições na SonaTelecom BV e Sonaecom BV, correspondem a devoluções de partes de capital. As linhas de 'transferências e utilizações' correspondem ao desreconhecimento do investimento na Miauger, empresa liquidada em maio 2014.

No período findo em 30 de setembro de 2013, os valores de 7.624.774 euros e 6.489.365 euros de aumentos na PCJ e Público, respetivamente, correspondem a aumentos de capital social e o valor de 1.146.145 euros de aumento na Miauger corresponde a um aumento de capital para cobertura de prejuízos.

A empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2014, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de ativo consolidado de 1.073.803.791 euros, um passivo consolidado de 76.351.294 euros, proveitos operacionais consolidados de 91.733.973 euros e capitais próprios consolidados de 997.452.497 euros, incluindo um resultado líquido consolidado positivo (atribuível a acionistas da empresa mãe – Sonaecom, SGPS, S.A.) para o período findo em 30 de setembro de 2014, de 20.117.583 euros.

<sup>1</sup> A participação da Zopt de 598 milhões de euros ( $598 = ((2.850 \times 50,01\%) - 230) \times 50\%$ ) resulta da valorização da NOS em 2.850 milhões de euros correspondendo à soma da valorização realizada para o aumento de capital na Zopt da Zon e da Optimus em 1.500 milhões de euros e 1.000 milhões de euros, respetivamente (realizada pelas entidades intervenientes no aumento de capital e no projeto de fusão), e das sinergias mínimas estimadas e divulgadas no projeto de fusão no montante de 350 milhões de euros deduzidos dos suprimentos de 230 milhões de euros (nível 3 de inputs na hierarquia de justo valor). Foi entendido que a cotação de mercado da Zon, à data da fusão, não refletia ainda o justo valor da NOS (a comprovar este argumento para a não utilização da cotação da Zon à data da fusão está a evolução positiva da cotação bolsista da NOS desde a concretização da fusão até 31 de dezembro de 2013 (2.782 milhões de euros versus os 2.141 milhões de euros à cotação do dia 27 de agosto de 2013, dia da fusão)) e por este motivo não foi utilizada a capitalização bolsista da Zon para a valorização do investimento Zopt. A valorização da Zon e da Optimus teve por base projeções realizadas internamente e de analistas no que diz respeito aos principais indicadores económicos, nomeadamente resultados operacionais e investimento, tendo sido usado um custo médio ponderado de capital de 9,5% e uma taxa de crescimento de 3%.

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IFRS) sobre as filiais e empreendimentos conjuntos detidas diretamente pela empresa é como segue:

Empresa	Sede	2014			2013		
		% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
ZOPT (Nota 6)	Matosinhos	50%	1.266.399.365	30.961.573	50%	1.249.994.890	(235.110)
Sonae com SI	Maia	100%	83.779.569	5.253.270	100%	86.028.137	1.471.489
PCJ	Maia	100%	1.391.030	151.585	100%	2.111.576	198.121
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	365.173	123.772	100%	14.852.751	272.908
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	55.426	(12.720)	100%	1.613.062	(2.811)
Sonaecom SP	Maia	100%	30.579	(52.737)	100%	47.526	(2.509)
Público	Maia	100%	(2.072.227)	(2.241.462)	100%	(257.434)	(1.649.839)
Miauger (a)	Maia	-	-	-	100%	110.242	(108.612)

(a) Empresa dissolvida em maio de 2014

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais investimentos em empresas do grupo em empreendimentos conjuntos registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, efetuados numa base anual exceto se existirem indícios de imparidade, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas, taxas de crescimento de 3% no setor dos sistemas de informação.

Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas. No que respeita ao setor das telecomunicações (Zopt), a aferição da existência ou não de imparidade é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

	Sistemas de Informação	Multimédia	Telecomunicações
<b>Pressupostos</b>			
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	10,5%	9,0%	9,0%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,0%	0,0%	2,0%

## 6. Investimentos em empreendimentos conjuntos

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empreendimentos conjuntos e tinha a seguinte composição:

Empresa	2014	2013
ZOPT, SGPS, S.A. ('ZOPT')	597.666.944	597.666.944

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2014, foram como segue:

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2013	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 30 setembro 2014
ZOPT	597.666.944	-	-	-	597.666.944

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2012	Aumentos (Nota 5)	Diminuições	Transferências	Saldo a 30 setembro 2013
ZOPT	25.000	597.641.944	-	-	597.666.944

## 7. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Em agosto de 2013, o grupo Sonaecom, em resultado do processo de fusão entre a Optimus SGPS e Zon, passou a deter ações NOS registadas ao justo valor através de resultados (Nota 5), uma vez que se trata da classificação inicial de um ativo detido com o propósito de venda no curto prazo. Conforme acordo parassocial, estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na NOS.

No período findo em 30 de setembro de 2014 foram ainda adquiridas ações Sonae de acordo com o movimento abaixo descrito.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o período findo em 30 de setembro de 2014 foram como segue:

						2014
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 18)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP	Saldo final
NOS	202.442.350	-	(141.650.837)	(8.217.685)	-	52.573.828
Sonae SGPS	-	5.522.188	(2.804.200)	(29.241)	(105.798)	2.582.949
	202.442.350	5.522.188	(144.455.037)	(8.246.926)	(105.798)	55.156.777
Registado em ativos não correntes						1.142.185
Registado em ativos correntes						54.014.592

Os aumentos e diminuições do justo valor são registados por contrapartida da rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' da demonstração de resultados (Nota 18). Com exceção dos aumentos e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura dos planos de incentivo de médio prazo cujo valor é registado em outras rubricas da demonstração de resultados.

As diminuições a 30 de setembro de 2014 do investimento da NOS correspondem à contrapartida em ações NOS prevista nos termos de troca da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias. Em resultado desta oferta a Sonaecom reduziu o seu investimento em ações NOS em 26.476.792 ações (141.650.837 euros) (Nota 12), passando a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da NOS, correspondentes a uma participação de 2,14%.

A determinação do justo valor do investimento detalha-se como segue:

	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	2.249.955
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1	
Método de valorização	Preço cotado em bolsa	
Preço cotado*	4,774	1,148
Justo valor	52.573.828	2.582.949

\* Utilizada a cotação de 30 de setembro de 2014 no apuramento do justo valor.

## 8. Outros ativos não correntes

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2014	2013
<b>Ativos financeiros</b>		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos:		
Sonae com SI	3.065.000	12.590.000
PCJ	4.305.000	4.640.000
Público	1.780.000	-
Sonaecom BV	-	150.000
	9.150.000	17.380.000
Prestações acessórias:		
Zopt	115.000.000	115.000.000
Sonae com SI	32.476.792	39.951.792
Público	2.182.405	1.332.405
PCJ	1.189.445	1.863.455
Miauger	-	158.854
	150.848.642	158.306.506
	159.998.642	175.686.506
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 15)	(8.092.405)	(4.251.260)
	151.906.237	171.435.246

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos' foram os seguintes:

	2014				
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Sonae com SI	15.655.000	-	(12.590.000)	-	3.065.000
PCJ	4.610.000	-	(305.000)	-	4.305.000
Público	1.780.000	-	-	-	1.780.000
	22.045.000	-	(12.895.000)	-	9.150.000
	2013				
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Optimus SGPS	312.850.000	-	(312.850.000)	-	-
Sonae com SI	15.815.000	-	(3.225.000)	-	12.590.000
PCJ	4.690.000	-	(50.000)	-	4.640.000
Sonaecom BV	2.075.000	-	(1.925.000)	-	150.000
ZOPT	-	230.000.000	(115.000.000)	(115.000.000)	-
	335.430.000	230.000.000	(433.050.000)	(115.000.000)	17.380.000

Durante os períodos findos em 30 de setembro 2014 e 2013, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

					2014
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
ZOPT	115.000.000	-	-	-	115.000.000
Sonae com SI	39.951.792	-	(7.475.000)	-	32.476.792
Público	2.182.405	-	-	-	2.182.405
PCJ	1.863.455	-	(674.010)	-	1.189.445
Miauger	988.853	-	(988.853)	-	-
	159.986.505	-	(9.137.863)	-	150.848.642

					2013
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
ZOPT	-	-	-	115.000.000	115.000.000
Optimus SGPS	144.630.000	-	(144.630.000)	-	-
Sonae com SI	39.951.792	-	-	-	39.951.792
PCJ	9.488.228	-	(7.624.773)	-	1.863.455
Público	7.821.770	-	(6.489.365)	-	1.332.405
Miauger	1.305.000	-	(1.146.146)	-	158.854
	203.196.790	-	(159.890.284)	115.000.000	158.306.506

No período findo em 30 de setembro de 2013, o aumento ocorrido em Empréstimos de médio e longo prazo concedidos à Zopt de 230 milhões de euros e a diminuição ocorrida na Optimus SGPS em Prestações acessórias no montante de 144,6 milhões de euros resultam da operação descrita na Nota 5. As diminuições no montante de 115 milhões de euros em Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo na Zopt resultam da alienação de 50% destes suprimentos à Unitel (Notas 5 e 18) e as transferências resultam do aumento de capital efetuado na Zopt através da conversão de 115 milhões de euros de suprimentos em prestações acessórias. As diminuições no montante de 313 milhões de euros em Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo na Optimus SGPS corresponde à liquidação da totalidade do empréstimo.

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, os empréstimos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos venceram juros a uma taxa média de 5,69% e 5,63%, respetivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas na nota anterior (Nota 5).

## 9. Impostos diferidos

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, os valores de impostos diferidos não registados por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

	2014	2013
Prejuízos reportáveis	836.927	11.479.572
Provisões e perdas por imparidade não aceites e outros	28.402.664	31.139.554
Total	29.239.591	42.619.126

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados foram gerados nos seguintes exercícios:

Ano em que foram gerados	2014	2013
2007	-	11.479.572
2014	836.927	-
	836.927	11.479.572

Para o período findo a 30 de setembro de 2014, a taxa de imposto utilizada para cálculo dos ativos/passivos por impostos diferidos foi de 23% para os prejuízos fiscais reportáveis, e de 24,5% para os restantes ativos e passivos por impostos diferidos, devido à alteração da taxa de IRC de 25% para 23% a partir de 2014. Para o período findo a 30 de setembro de 2013, taxa de imposto utilizada para cálculo dos ativos/passivos por impostos diferidos foi de 25% para os prejuízos fiscais reportáveis, e de 26,5% para os restantes ativos e passivos por impostos diferidos. Os benefícios fiscais, por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação se encontra dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 é como se segue:

	2014	2013
Resultado antes de imposto	118.945	(123.730.695)
Imposto	(27.357)	30.932.674
Tributação autónoma, derrama e correção de imposto do ano anterior	(8.229)	(586.300)
Provisão para impostos (Notas 15 e 19)	-	(2.575)
Diferenças temporárias do exercício sem registo de impostos diferidos ativos	1.055.840	(499.465)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	61.092	(33.314.981)
Ativos por impostos diferidos não registados	(836.927)	-
Utilização de prejuízos de anos anteriores, cujos impostos diferidos não estavam registados	-	2.161.329
Impostos registados no período (Nota 19)	244.419	(1.309.318)

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 23% para 2014 e 25% para 2013, por serem estas as taxas normais de IRC em Portugal em 2014 e 2013.

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente referentes a 2014 e 2013 são relativos, essencialmente, a perdas e ganhos em investimentos financeiros e a dividendos recebidos (Nota 18), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do exercício.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2010 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2014.

## 10. Outras dívidas de terceiros

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Outros devedores	8.002.137	13.526.370
Estado e outros entes públicos	5.057.474	2.314.201
	13.059.611	15.840.571

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, a rubrica 'Outros devedores' incluía saldos a receber de diversas empresas do grupo, relativos a juros de suprimentos, juros de aplicações de tesouraria e de diversos serviços prestados (Notas 18 e 20).

O valor registado em 'Estado e outros entes públicos', em 30 de setembro de 2014 e 2013, diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efetuadas por terceiros, imposto sobre o rendimento a ser recuperado e imposto sobre o valor acrescentado.

## 11. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, o detalhe de 'caixa e seus equivalentes' era o seguinte:

	2014	2013
Numerário	652	1.042
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	14.640.687	43.139
Aplicações de tesouraria	172.705.000	194.801.000
	187.346.339	194.845.181
Descobertos bancários (Nota 14)	-	(285.305)
	187.346.339	194.559.876

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2014	2013
Aplicações bancárias	160.930.000	190.310.000
Sonaecom SI	7.275.000	-
Público	4.130.000	1.825.000
Sonaecom SP	345.000	-
Sonaecom BV	20.000	-
PCJ	5.000	85.000
We Do	-	1.101.000
Mainroad	-	5.000
Saphety	-	540.000
Lugares Virtuais	-	935.000
	172.705.000	194.801.000

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 30 de setembro de 2014, venceram juros a uma taxa média de 1,294% (5,41% em 2013).

## 12. Capital social

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, o capital social da Sonaecom estava representado por 311.340.037 e 366.246.868 ações, respetivamente, correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 0,74 e 1 euro, respetivamente. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2014		2013	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	62,33%	194.063.119	52,99%
Sonae SGPS	81.022.964	26,02%	76.679.374	20,94%
Ações dispersas em Bolsa	30.682.940	9,86%	89.932.361	24,56%
Ações próprias (Nota 13)	5.571.014	1,79%	5.571.014	1,52%
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.*	-	-	1.000	0,00%
	311.340.037	100,00%	366.246.868	100,00%

\* No período findo em 30 de setembro de 2014, na sequência da conclusão da Oferta Pública Geral, Voluntária de Aquisição de Ações Próprias, a Efanor deixou de ter uma participação direta no capital social da Sonaecom.

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom.

A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu ao longo de duas semanas, tendo início em 6 de fevereiro e término em 19 de fevereiro de 2014.

Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom. Em 2014 a Sonaecom reduziu assim o seu capital social em cerca de 136 milhões de euros, em resultado da extinção das ações próprias adquiridas (54.906.831 ações) e redução do valor nominal das restantes ações representativas do capital social da Sonaecom de 1 euro para 0,74 euros por ação. Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

Como contrapartida das ações próprias adquiridas neste processo de Oferta Pública Geral e Voluntária a Sonaecom entregou 26.476.792 ações representativas do capital social da NOS que se encontravam registadas no balanço por 141.650.837 euros (Nota 7) e o montante de 19.632 euros em dinheiro, pelo que em resultado desta Oferta Pública Geral e Voluntária, o ativo e o capital próprio da Sonaecom reduziu-se em 141.670.470 euros.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

## 13. Ações próprias

Durante o período findo em 30 de setembro de 2014, a Sonaecom não adquiriu, alienou ou entregou ações próprias, para além das ações próprias adquiridas no processo de Oferta Pública Geral e Voluntária referida na Nota 12, pelo que o montante detido à data é de 5.571.014 ações próprias representativas de 1,79% do seu capital social, a um preço médio de 1,515 euros.

## 14. Empréstimos

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

### a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2014	2013
Obrigações Sonaecom SGPS 2013	20.000.000	jun-16	Final	-	20.000.000
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(68.567)
Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	309.333
				-	20.240.766

### b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2014	2013
Aplicações de tesouraria obtidas	-	-	-	9.716	19.479.000
Juros corridos não vencidos	-	-	-	78	177.937
				9.794	19.656.937
Papel comercial	15.000.000	jun-14	-	-	900.000
Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	1.943.340
				-	2.843.340
Descobertos bancários (Nota 11)	-	-	-	-	285.305
				-	285.305
				9.794	22.785.582

### Empréstimos Obrigacionistas

Em maio de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Banco Caixa Económica Montepio Geral. Este empréstimo foi reembolsado antecipadamente em junho de 2014.

O empréstimo acima mencionado não tem garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo do mesmo é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período de 2013, foi de 2,64%.

### Programas de Papel Comercial

Em junho de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 15 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa Económica Montepio Geral. Em junho de 2013 foi efetuado um aditamento ao contrato que o prolongou por um ano, automaticamente prorrogável por iguais períodos até ao máximo de 5 anos tendo sido, em março de 2014, cedida esta linha à Sonaecom SGPS.

A taxa de juro média dos programas de emissão de papel comercial, no período de 2013, foi de 4,26%.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

## Linhas de Crédito Bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 1 milhão de euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, o detalhe das 'Aplicações tesouraria' recebidas de empresas filiais, foram os seguintes:

	2014	2013
Sonaetelecom BV	9.716	1.579.000
Sonaecom BV	-	12.940.000
Digitmarket	-	3.495.000
Sonae com SI	-	1.325.000
Miauger	-	95.000
Sonaecom SP	-	45.000
	9.716	19.479.000

As aplicações de tesouraria de empresas do grupo têm prazo de reembolso inferior a um ano e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado. Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 2,77% e 3,06%, respetivamente.

Em 30 de setembro de 2013, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	Em 12 meses	Entre 12 e 24 meses	Entre 24 e 36 meses	Entre 36 e 48 meses	Entre 48 e 60 meses	Entre 60 e 72 meses
<b>2013</b>						
Empréstimo obrigacionista:						
Amortização	-	-	20.000.000	-	-	-
Juros	973.333	973.333	666.667	-	-	-
	973.333	973.333	20.666.667	-	-	-

À data de 30 de setembro de 2014 e 2013, as linhas de crédito bancário disponíveis pela empresa eram como se segue:

Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
				Até 12 meses	Mais de 12 meses
<b>2014</b>					
Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
	1.000.000	-	1.000.000		
<b>2013</b>					
Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Papel Comercial	15.000.000	900.000	14.100.000	x	
Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
Diversos	-	285.305	-	x	
	36.000.000	21.185.305	15.100.000		

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro.

## 15. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Transferências e utilizações	Saldo Final
<b>2014</b>					
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 18)	112.859.590	17.154	(2.016.255)	(5.552.273)	105.308.216
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 8 e 18)	6.296.259	2.785.000	-	(988.854)	8.092.405
Provisões para outros riscos e encargos	332.469	42	(12.167)	13.406	333.750
	119.488.318	2.802.196	(2.028.422)	(6.527.721)	113.734.371
<b>2013</b>					
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 18)	97.197.713	10.000	-	14.838.738	112.046.451
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 8 e 18)	17.204.998	1.885.000	-	(14.838.738)	4.251.260
Provisões para outros riscos e encargos	74.959	95.273	(706)	-	169.526
	114.477.670	1.990.273	(706)	-	116.467.237

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registrados por contrapartida da rubrica 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados, com exceção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do grupo e em outros ativos não correntes que, dada a sua natureza, são registrados por contrapartida de custos financeiros na rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' (Nota 18).

Em 30 de setembro de 2013, o reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos', inclui o montante de 2.575 euros, registrado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento do exercício', atendendo à natureza da mesma (Nota 19). Em 30 de setembro de 2014 e 2013 o montante de 42 euros e 144 euros, respetivamente, registrado, na demonstração de resultados, em 'Outros custos financeiros', respeita à atualização da provisão para desmantelamento, conforme previsto na IAS 16 – 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.a)). Adicionalmente, em 30 de setembro de 2013, o reforço da rubrica 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui, principalmente, o montante de 92.554 euros para fazer face a contingências diversas respeitantes a passivos prováveis resultantes de transações diversas e cuja saída de fundos é provável.

## 16. Outras dívidas a terceiros

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Outros credores	1.557.983	7.889.323
Estado e outros entes públicos	1.035.231	299.016
	2.593.214	8.188.339

## 17. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Trabalhos especializados	493.646	1.381.132
Deslocações e estadas	58.368	80.024
Seguros	37.136	37.383
Comunicação	29.757	31.577
Rendas e alugueres	21.126	81.225
Outros fornecimentos e serviços externos	42.674	64.172
	682.707	1.675.513

## 18. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2014	2013
<b>Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo e empreendimentos conjuntos</b>		
Perdas relativas a empresas do grupo (Notas 5, 8 e 15)	(2.802.154)	(168.943.643)
Ganhos relativos a empresas do grupo (Notas 5 e 15)	2.319.904	24.700.000
Dividendos obtidos	7.250.000	-
	6.767.750	(144.243.643)
<b>Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados</b>		
Ganhos e perdas relativos a investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	(8.246.926)	9.147.395
Dividendos obtidos	1.321.504	-
	(6.925.422)	9.147.395
<b>Outros custos financeiros</b>		
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	(487.345)	(4.734.654)
Outros empréstimos	(241.520)	(5.691.641)
Outros custos financeiros	(260.019)	(276.723)
	(988.884)	(10.703.018)
<b>Outros proveitos financeiros</b>		
Juros obtidos	2.584.876	23.204.088
Diferenças de câmbio favoráveis	700	195
Outros proveitos financeiros	156.097	-
	2.741.673	23.204.283

Em 30 de setembro de 2014, as perdas relativas a empresas do Grupo incluem o reforço de perdas de imparidade em outros ativos não correntes (Notas 8 e 15), no valor de 2.785.000 euros e o reforço de perdas de imparidade em investimentos em empresas do Grupo no valor de 17.154 euros (Notas 5 e 15).

Em 30 de setembro de 2014, os ganhos relativos a empresas do Grupo incluem a reversão de perdas por imparidade em investimentos em empresas do grupo, no valor de 2.016.255 euros (Nota 15) e o ganho resultante da liquidação da subsidiária Miauger, no valor de 303.649 euros.

Em 30 de setembro de 2014, os ganhos relativos a dividendos obtidos de investimentos em empresas do grupo e empreendimentos conjuntos dizem respeito a dividendos recebidos da Zopt SGPS, S.A.. Os ganhos relativos a dividendos obtidos de investimentos registados ao justo valor através de resultados dizem respeito a dividendos recebidos da NOS SGPS, S.A..

Em 30 de setembro de 2013, as perdas relativas a empresas do Grupo incluem o reforço de perdas de imparidade em outros ativos não correntes (Notas 8 e 15), no valor de 1.885.000 euros, o reforço de perdas de imparidade em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 15), no valor de 10.000 euros e a menos valia gerada no processo de fusão (Nota 5), no montante de 167.048.643 de euros.

Em 30 de setembro de 2013, os ganhos relativos a empresas do grupo respeitam a dividendos recebidos da filial Optimus SGPS.

Em 30 de setembro de 2013, os ganhos relativos a investimentos registados ao justo valor através de resultados corresponde ao aumento do justo valor da participação detida na Zon Optimus (Nota 7), no montante de 9.147.395 euros.

Em 30 de setembro de 2013, a rubrica de 'Juros obtidos' inclui o montante de 4.674.111 recebidos da Unitel em sequência da alienação a esta entidade de suprimentos concedidos à ZOPT (Notas 5 e 8).

## 19. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2014	2013
Imposto corrente	244.419	(1.306.743)
Provisão para impostos (Notas 9 e 15)	-	(2.575)
Saldo final	244.419	(1.309.318)

## 20. Entidades relacionadas

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 16)	Aplicações de tesouraria (Nota 11)	Outros ativos/ (passivos)	Saldos a 30 de setembro de 2014 Empréstimos concedidos/(obtidos) (Nota 8 e 14)
<b>Empresa-mãe</b>					
Sonae SGPS	-	872	-	(23.021)	-
<b>Subsidiárias</b>					
PCJ	129.670	(100.277)	5.000	20.863	4.305.000
Público	78.321	1.144.007	4.130.000	(7.193)	1.780.000
Sonae com SI	780.319	(6.311)	7.275.000	93.255	3.065.000
Sonacom BV	150	357.408	20.000	286	-
Sonae Telecom BV	-	16.665	-	-	(9.793)
Sonacom SP	946	24.157	345.000	(3.684)	(1)
<b>Outras partes relacionadas</b>					
Digitmarket	6.822	1.505	-	(21.272)	-
Itrust	-	-	-	(33.243)	-
Mainroad	-	112.892	-	-	-
Saphety	17.239	5.646	-	(71.178)	-
Sonaecenter II	-	76.690	-	(79.740)	-
Wedo	1.713.539	(189.894)	-	-	-
Outros	-	57.923	-	23.298	-
	2.727.006	1.501.283	11.775.000	(101.629)	9.140.206



					Saldos a 30 de setembro de 2013
	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 16)	Aplicações de tesouraria (Nota 11)	Outros ativos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/(obtidos) (Nota 8 e 14)
<b>Empresa-mãe</b>					
Sonae SGPS	-	-	-	(23.021)	-
<b>Subsidiárias</b>					
Miauger	-	6.464	-	-	(95.000)
PCJ	67.376	2.693	85.000	22.515	4.640.000
Público	20.805	225.395	1.825.000	47.502	-
Sonae com SI	181.340	6.011	-	59.058	11.265.000
Sonaecom BV	8.716	119.236	-	737	(12.790.000)
Sonaetelecom BV	-	12.592	-	-	(1.579.000)
Sonaecom SP	-	-	-	-	(45.000)
<b>Outras partes relacionadas</b>					
Be Artis	38.575	3.045.668	-	-	-
Be Towering	160.120	202.889	-	-	-
Digitmarket	9.111	1.505	-	-	(3.495.000)
Lugares Virtuais	2.196	6.221	935.000	12.990	-
Mainroad	7.176	104.953	5.000	8.937	-
NOS Comunicações	3.389.135	2.987.288	-	(89.664)	-
Saphety	9.045	5.433	540.000	87.465	-
Sontária	163	4.675	-	1.783	-
Wedo	670.392	407.340	1.101.000	12.566	-
Zon Optimus	8.907.646	-	-	1.248.753	-
Outros	673	52.620	-	18.459	-
	13.472.469	7.190.983	4.491.000	1.408.080	(2.099.000)

				Transações a 30 de setembro de 2014
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 17)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 18)	Proveitos suplementares
<b>Empresa-mãe</b>				
Sonae SGPS	-	(771)	1.322.406	-
<b>Subsidiárias</b>				
Miauger	-	-	(1.573)	-
PCJ	-	-	193.481	-
Público	22.645	294	191.262	-
Sonaecom SI	-	(32.071)	621.494	-
Sonaecom BV	-	-	(154.492)	-
Sonaetelecom BV	-	-	(16.742)	-
Sonaecom SP	-	213.924	7.071	-
Wedo	128.908	132	24.646	-
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Digitmarket	35.736	1.322	(18.361)	-
Mainroad	35.736	(473)	6.137	-
Saphety	35.736	2.050	6.482	-
Sonaecenter II	-	51.433	-	-
Raso - Viagens e turismo	-	46.151	-	-
Outros	-	10.774	-	-
	258.761	292.765	2.181.811	-



				Transações a 30 de setembro de 2013
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 17)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 18)	Proveitos suplementares
<b>Empresa-mãe</b>				
Sonae SGPS	-	-	(224.035)	-
<b>Subsidiárias</b>				
Miauger	-	-	(4.093)	-
PCJ	-	-	203.057	-
Público	89.544	(47.037)	99.353	-
Sonaecom SI	3.469	-	510.924	-
Sonaecom BV	-	-	(323.088)	-
Sonaetelecom BV	-	-	(37.812)	-
Sonaecom SP	-	-	(1.111)	-
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Be Artis	-	18.139	-	-
Be Towering	-	(33.629)	-	-
Digitmarket	35.003	(5.768)	(99.920)	-
Lugares Virtuais	16.067	2.400	32.454	-
Mainroad	52.505	(600)	28.607	-
NOS Comunicações	2.160.316	803.236	-	82.872
Saphety	32.135	(101.484)	1.874	-
Sontária	-	16.819	-	-
Wedo	92.815	3.410	43.223	-
Zon Optimus	-	(526.753)	17.520.021	-
Outros	(9.917)	576.508	-	-
	2.471.937	705.241	17.749.454	82.872

Durante o exercício de 2012, a Sonaecom celebrou um contrato com a Sonae SGPS, S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016 à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo. O preço médio deste contrato era 1,184 euros por ações e foi pago antecipadamente à Sonae SGPS, S.A. o montante de 3.291.520.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato, originando um recebimento de 4.444.207 euros. No dia 11 de julho de 2014 a empresa cessou o contrato acima referido pelo que, desta forma, a Sonae SGPS, S.A. restituiu o valor remanescente em dívida.

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias.

Uma listagem integral das entidades relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

## 21. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de setembro de 2014 e 2013, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2014	2013
Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	1.435.379	5.955.731
Direção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IS, IRC e IVA	222.622	2.696.853
Direção de Contribuições e Impostos	Outros	-	16.795
		1.658.001	8.669.379

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da NOS Comunicações até ao montante de 10.503.072 euros.

Em 30 de setembro de 2014, é convicção do Conselho de Administração da empresa que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.

## 22. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do período (363.364 euros positivos em 2014 e 125.040.013 euros negativos em 2013) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, deduzidas das ações próprias (317.970.541 em 2014 e 361.029.826 em 2013).

## 23. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A.. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em 31 de dezembro de 2013, os planos em aberto da Sonaecom eram os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		31 dezembro 2013	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Ações Sonaecom</b>					
Plano 2010	1,399	10-mar-11	10-mar-14	2	206.064
Plano 2011	1,256	09-mar-12	10-mar-15	2	221.505
Plano 2012	1,505	08-mar-13	10-mar-16	2	129.694
<b>Ações Sonae SGPS</b>					
Plano 2010	0,811	10-mar-11	10-mar-14	2	214.640
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	2	419.985
Plano 2012	0,701	08-mar-13	10-mar-16	2	163.966

\* Cotação média do mês anterior à data de atribuição para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS.

Em 10 de março de 2014, os Planos de ações da Sonaecom foram convertidos na totalidade para ações Sonae SGPS. Esta conversão ocorreu com base nos termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 12 para determinar o justo valor dos planos Sonaecom, e com base na cotação das ações Sonae SGPS.

Assim, a conversão dos planos foi efetuada com base do rácio Sonaecom/Sonae SGPS implícito nos termos fixados na Oferta Pública de Aquisição (1 Ação Sonaecom – aproximadamente 2,05 Ações Sonae SGPS).

Após a conversão a 10 de março de 2014, os planos convertidos podem ser detalhados como se segue:

	Cotação a 20 de fevereiro de 2014*	Período de Diferimento		10 março 2014	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Ações Sonae SGPS</b>					
Plano 2010	1,258	10-mar-11	10-mar-14	2	422.647
Plano 2011	1,258	09-mar-12	10-mar-15	2	454.317
Plano 2012	1,258	08-mar-13	10-mar-16	2	266.008

\* Cotação do dia da divulgação dos resultados da Oferta Pública de Aquisição

Por decisão da Comissão de Nomeações e Remunerações, a entrega do Plano 2010 foi realizada em maio de 2014.



Desta forma, os planos em aberto a 30 de setembro de 2014 são os seguintes:

	Cotação 30 setembro 2014/ Atribuição	Período de Diferimento		30 setembro 2014	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Ações Sonaecom SGPS (Provenientes da conversão dos planos Sonaecom)</b>					
Plano 2011	1,148	09-mar-12	10-mar-15	2	466.679
Plano 2012	1,148	08-mar-13	10-mar-16	2	273.247
<b>Ações Sonaecom SGPS</b>					
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	2	431.413
Plano 2012	0,701	08-mar-13	10-mar-16	2	168.427
Plano 2013	1,148	10/mar/14	10/mar/17	2	284.410

Durante o exercício findo em 30 de setembro de 2014, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonaecom		Ações Sonaecom SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Saldo a 31 dezembro 2013:</b>				
Ainda diferidas	6	557.263	6	798.591
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>557.263</b>	<b>6</b>	<b>798.591</b>
<b>Movimentos no período:</b>				
Atribuídas	-	-	2	266.008
Vencidas	-	-	(4)	(637.287)
Convertidas	(6)	(557.263)	6	1.142.972
Canceladas / extintas / corrigidas*	-	-	-	53.892
<b>Saldo a 30 setembro 2014:</b>				
Ainda diferidas	-	-	10	1.624.176
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>1.624.176</b>

\*As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

A responsabilidade de todos os planos foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'. Para os planos, originalmente, de ações Sonaecom SGPS, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado.

Os contratos de cobertura acima referidos podem ser detalhados como se segue:

	Ações Sonaecom SGPS	
	Plano 2011	Plano 2012
Valor nominal	323.727	268.451
Maturidade	mar-15	mar-16
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 2	
Método de valorização	Custo atual de substituição	
<b>Justo valor*</b>	<b>585.337</b>	<b>169.694</b>

\* Utilizada a cotação de 30 de setembro de 2014 no apuramento do justo valor.

Durante o exercício de 2012, a Sonaecom celebrou um contrato com a Sonae SGPS, S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016 à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato e no dia 11 de julho de 2014 a empresa cessou o mesmo.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no exercício findo em 30 de setembro de 2014 são como se segue:

	Ações Sonaecom	Ações Sonae SGPS	Ações NOS	Total
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	2.905.435	3.376.254	399.083	6.680.772
Custos reconhecidos no período	57.543	168.375	16.452	242.370
Impacto da conversão dos Planos Sonaecom	(531.505)	1.666.165	-	1.134.660
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(2.431.473)	(3.112.960)	-	(5.544.433)
Custos de planos exercidos no período	-	(1.216.665)	-	(1.216.665)
	-	881.169	415.535	1.296.704
Responsabilidade dos Planos	-	1.636.200	415.535	2.051.735
Justo valor dos Contratos de cobertura (1)	-	(755.031)	-	(755.031)
Registados em Caixa e equivalentes de caixa (2)	-	(167.512)	(43.048)	(210.560)
Registados em Outros passivos correntes	-	914.254	215.368	1.129.622
Registados em Outros passivos não correntes	-	134.427	243.215	377.642
Registados em Reservas	-	-	-	-

(1) A Sonaecom assinou contratos para cobertura da responsabilidade com os planos de incentivo de médio e longo prazo do grupo, transferindo posteriormente, através de contratos celebrados com as várias empresas do grupo, a responsabilidade relativa a cada empresa. O justo valor dos contratos de cobertura, considerado na tabela acima, corresponde à componente destinada a cobrir a responsabilidade dos planos dos colaboradores da Sonaecom SGPS;

(2) A Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato de cobertura com a Sonae SGPS, o que originou um reembolso pelo valor atual de mercado das ações Sonaecom.

A 10 de março de 2014, os planos de ações Sonaecom foram totalmente convertidos para ações Sonae SGPS. Esta conversão teve por base os termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 12 para determinar o justo valor dos planos e, com base na cotação das ações Sonae SGPS. Deste modo, foi determinado o número de ações Sonae SGPS a entregar aos colaboradores da empresa. A responsabilidade relativa ao período decorrido de cada plano na data da conversão (1.551.080 euros) foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' por contrapartida dos capitais próprios, de acordo com as disposições da IFRS 2.

A 27 de agosto de 2013, parte dos planos de ações Sonaecom e Sonae SGPS em aberto foram convertidos em planos de ações NOS. Esta conversão ocorreu com base no rácio do projeto de fusão, no caso dos planos de ações Sonaecom, e com base no justo valor das ações, no caso dos planos de ações Sonae SGPS, e foi devidamente aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações. O custo com os planos de ações NOS foi reconhecido até 30 de setembro de 2013, data em que a NOS passou a assumir a responsabilidade dos mesmos. Para os planos NOS, a responsabilidade foi calculada com base na cotação das ações do dia 30 de setembro de 2013. A responsabilidade de tais planos foi registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 20 de outubro de 2014.

## Anexo

A 30 de setembro de 2014, as partes relacionadas da Sonaecom, SGPS, S.A. são como segue:

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
Belmiro de Azevedo	José Manuel Neves Adelino
Bernd Hubert Joachim Bothe	Michel Marie Bon

Empresas do grupo Sonaecom	
Cape Technologies Limited	Sonaecom – Sistemas Informação, SGPS, S.A.
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	Sonaecom - Cyber security and intelligence, SGPS, S.A.
Intelligent Big Data, S.L.	Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.
Lookwise, S.L.	Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L.
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	Sonaecom BV
Praesidium Services Limited	Sonaecom, SGPS, S.A.
Público – Comunicação Social, S.A.	Sonaetelecom BV
S21 Sec Barcelona, S.L.	Tecnológica Telecomunicações LTDA.
S21 Sec Brasil, Ltda	WeDo Technologies Panamá S.A.
S21 Sec Ciber Seguridad, S.A. de CV	WeDo Technologies Singapore PTE. LTD.
S21 Sec Fraud Risk Management, S.L.	WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
S21 SEC Gestion, S.A.	WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda
S21 Sec Inc.	WeDo Poland Sp. Z.o.o.
S21 Sec Information Security Labs, S.L.	WeDo Technologies (UK) Limited
S21 Sec Institute, S.L.	WeDo Technologies Americas, Inc.
S21 Sec México, S.A. de CV	WeDo Technologies Australia PTY Limited
S21 Sec, S.A. de CV	WeDo Technologies BV
Saphety – Transacciones Electronicas SAS	WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia
Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ltda.	WeDo Technologies Egypt LLC
Saphety Level – Trusted Services, S.A.	WeDo Technologies Mexico, S de R.L.
Servicios de Inteligencia Estratégica Global, S.L.	



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

3shoppings - Holding,SGPS, S.A	Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo,SA
ADD Avaliações Eng. A.e Perícias, Ltda	Casa da Ribeira-Sociedade Imobiliária,SA
Adlands B.V.	Cascaishopping- Centro Comercial, S.A.
Aegean Park,SA	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	CCCB Caldas da Rainha-Centro Com., SA
Agepan Tarket Laminate Park GmbH Co. KG	Centro Colombo- Centro Comercial, S.A.
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	Centro Residencial da Maia,Urban.,SA
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom.,SA	Centro Vasco da Gama-Centro Comercial,SA
Airone - Shopping Centre, Srl	Chão Verde-Soc.Gestora Imobiliária,SA
ALEXA Administration GmbH	Cinclus Imobiliária,SA
ALEXA Holding GmbH	Citorres-Sociedade Imobiliária,SA
ALEXA Shopping Centre GmbH	Coimbrashopping- Centro Comercial, S.A.
Algarveshopping- Centro Comercial, S.A.	Colombo Towers Holding, BV
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	Companhia Térmica Hectare, ACE
Arat Inmuebles, S.A.	Companhia Térmica Tagol, Lda.
ARP Alverca Retail Park, SA	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Arrábidashopping- Centro Comercial, S.A.	Contibomba-Comérc.Distr.Combustíveis,SA
Aserraderos de Cuellar,SA	Contimobe-Imobil.Castelo Paiva,SA
Atelgen-Produção Energia, ACE	Continente Hipermercados, S.A.
Atlantic Ferries-Tráf.Loc.Flu.e Marit,SA	Country Club da Maia-Imobiliária,SA
Avenida M-40 B.V.	Craiova Mall BV
Azulino Imobiliária, S.A.	Cronosaúde - Gestão Hospitalar, S.A.
BA Business Angels, SGPS, SA	CTE-Central Termoeléct. do Estuário, Lda
BA Capital, SGPS	Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.
BB Food Service, SA	Darbo SAS
Be Artis-Conc.,Const.e Gest.Redes Com,SA	Discovery Sports, SA
Be Towering-Gestão de Torres de Telec,SA	Distodo Distribui e Logist,Lda
Beeskow Holzwerkstoffe	Dortmund Tower GmbH
Beralands BV	Dos Mares - Shopping Centre B.V.
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	Dos Mares-Shopping Centre, S.A.
BIG Picture 2 Films	Dreamia, B.V
Bloco Q-Sociedade Imobiliária,SA	Dreamia, Serv de Televisão, SA
Bloco W-Sociedade Imobiliária,SA	Ecociclo - Energia e Ambiente, SA
BOM MOMENTO - Restauração, S.A.	Ecociclo II
Canasta-Empreendimentos Imobiliários,SA	Edições Book.it, S.A.
Carnes do Continente-Ind.Distr.Carnes,SA	Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
Carvemagere-Manut.e Energias Renov., Lda	Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Empracine-E.Pro.Act. Cinem,Lda	Imoestrutura-Soc.Imobiliária,SA
Empreend.Imob.Quinta da Azenha,SA	Imohotel-Emp.Turist.Imobiliários,SA
Enerlousado-Recursos Energéticos, Lda.	Imomuro-Sociedade Imobiliária,SA
Equador & Mendes,Lda	Imopeninsula - Sociedade Imobiliária, SA
Estação Viana - Centro Comercial, S.A.	Imoplamac Gestão de Imóveis,SA
Estêvão Neves-Hipermercados Madeira,SA	Imoponte-Soc.Imobiliaria,SA
Euroresinas-Indústrias Químicas,SA	Imoresort - Sociedade Imobiliária, S.A.
Farmácia Selecção, SA	Imoresultado-Soc.Imobiliaria,SA
Fashion Division Canárias, SL	Imosedas-Imobiliária e Serviços,SA
Fashion Division, S.A.	Imosistema-Sociedade Imobiliária,SA
Feneralt-Produção de Energia, ACE	Impaper Europe GmbH
FINSTAR-Socied.Investim.Par SA	Implantação - Imobiliária, S.A.
Fozimo-Sociedade Imobiliária,SA	Infocfield-Informática,SA
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	Inparsi - Gestão Galeria Comercial, SA
Freccia Rossa- Shopping Centre S.r.l.	Inparvi SGPS, SA
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede	Integrum - Energia, SA
Fundo Esp.Inv.Imo.Fec. WTC	Integrum ACE, SA
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center	Integrum Colombo Energia, SA
Fundo Invest. Imobiliário Imosonae Dois	Integrum Engenho Novo - Energia, S.A.
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro	INTEGRUM II - ENERGIA, S.A.
Gaiashopping I- Centro Comercial, S.A.	INTEGRUM III - ENERGIA, S.A.
Gaiashopping II- Centro Comercial, S.A.	Integrum Martim Longo - Energia, S.A.
GHP GmbH	Integrum Vale do Caima - Energia, SA
Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl	Integrum Vale do Tejo - Energia, SA
Glunz AG	Interlog-SGPS,SA
Glunz Service GmbH	Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.
Glunz UK Holdings Ltd	Ioannina Develop. of Shopping Centers SA
Glunz Uka GmbH	Isoroy SAS
Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, SA	La Farga - Shopping Center, SL
Guimarãesshopping- Centro Comercial, S.A.	Land Retail B.V.
Harvey Dos Iberica, S.L.	Larim Corretora de Resseguros, Ltda
Herco Consul.Riscos Corret.Seguros, Ltda	Larissa Develop. of Shopping Centers, SA
Herco, Consultoria de Risco, S.A.	Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros, SA
HighDome PCC Limited	Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl
Iberian Assets, SA	Libra Serviços, Lda.
Igimo-Sociedade Imobiliária,SA	Loop 5 - Shopping Centre, GmbH
Iginha-Sociedade Imobiliária,SA.	Lusomundo Espanha, SL
Imoareia - Invest. Turísticos, SGPS, SA	Lusomundo Imobiliária 2, SA
IMOBEBEUTY, S.A.	Lusomundo Moçambique, Lda
Imobiliária da Cacela, S.A.	Lusomundo Soc. Inv. Imob. SA
Imoclub-Serviços Imobiliários,SA	Luz del Tajo - Centro Comercial S.A.
Imoconti- Soc.Imobiliária,SA	Luz del Tajo B.V.
Imodivor - Sociedade Imobiliária, S.A.	Madeirashopping- Centro Comercial, S.A.



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

<p>Maiashopping- Centro Comercial, S.A.          Maiequipa-Gestão Florestal,SA  <b>Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.</b>          Marcas do Mundo-Viag. e Turismo Unip,Lda          Marcas MC, ZRT          Marina de Tróia S.A.          Marinamagic-Expl.Cent.Lúdicos Marit,Lda          Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,SA          Martimope-Empreendimentos Turísticos, SA          Marvero-Expl.Hoteleira Imob.SA          MDS Affinity-Sociedade de Mediação Lda          MDS Africa SGPS, S.A.          MDS Auto - Mediação de Seguros, SA          MDS Corretor de Seguros, SA          Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda          MDS Malta Holding Limited          MDS, SGPS, SA          Megantic BV          Miral Administração Corretagem Seg, Ltda          MJLF-Empreendimentos Imobiliários, SA          Modalfa-Comércio e Serviços,SA          MODALLOOP - Vestuário e Calçado, SA          Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.          Modelo Continente Hipermercados,SA          Modelo Continente International Trade,SA          Modelo Hiper Imobiliária,SA          Modelo.com-Vendas p/Correspond.,SA          Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,SA          Movimento Viagens-Viag. e Turismo U.Lda          MSTAR, SA          Münster Arkaden BV          Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV          Norteshopping-Centro Comercial, S.A.          NOS Açores Comunicações, SA          NOS Comunicações, S.A.          NOS Lusomundo Audiovisuais, SA          NOS Lusomundo Cinemas, SA          NOS Lusomundo TV Lda          NOS Madeira Comunicações, SA          NOS, SGPS, S.A.          NOSPUB, Publicidade e Conteúdos, S.A.          Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T,Ld          Nova Equador P.C.O. e Eventos          Novobord (PTY) Ltd.</p>	<p>Novodecor (PTY), LTD          OSB Deustchland Gmbh          Pantheon Plaza BV          Paracentro - Gest.de Galerias Com., S.A.          Pareuro, BV          Park Avenue Develop. of Shop. Centers SA          Parklake Shopping Srl          Parque Atlântico Shopping - C.C., SA          Parque D. Pedro 1 B.V.          Parque de Famalicão - Empr. Imob., S.A.          Parque Principado SL          Pátio Boavista Shopping Ltda.          Pátio Campinas Shopping Ltda          Pátio Goiânia Shopping Ltda          Pátio Londrina Empreend.e Particip.Ltda          Pátio Penha Shopping Ltda.          Pátio São Bernardo Shopping Ltda          Pátio Sertório Shopping Ltda          Pátio Uberlândia Shopping Ltda          Peixes do Continente-Ind.Dist.Peixes,SA          Per-Mar-Sociedade de Construções,SA          Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA          PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A.          PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda          Plaza Eboli B.V.          Plaza Eboli - Centro Comercial S.A.          Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.          Plaza Mayor Parque de Ócio B.V.          Plaza Mayor Parque de Ocio,SA          Plaza Mayor Shopping B.V.          Plaza Mayor Shopping, SA          Poliface North America          Porturbe-Edifícios e Urbanizações,SA          Powercer-Soc.de Cogeração da Vialonga,SA          Praedium - Serviços, SA          Praedium II-Imobiliária,SA          Praedium SGPS, SA          Predicomercial-Promoção Imobiliária,SA          Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA          Prédios Privados Imobiliária,SA          Predisedas-Predial das Sedas,SA          Proj. Sierra Germany 4 (four)-Sh.C.GmbH          Proj. Sierra Italy 2 - Dev.of Sh.C. Srl          Proj.Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH</p>
---	--



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Project 4, Srl	Sete e Meio Herdades-Inv. Agr. e Tur.,SA
Project SC 1 BV	Shopping Centre Colombo Holding, BV
Project SC 2 BV	Shopping Centre Parque Principado B.V.
Project Sierra 10 BV	SIAL Participações, Lda
Project Sierra 11 BV	Sierra Asia Limited
Project Sierra 12 BV	Sierra Berlin Holding BV
Project Sierra 2 B.V.	Sierra Brazil 1 B.V.
Project Sierra 6 BV	Sierra Central S.A.S.
Project Sierra 8 BV	Sierra Developments Holding B.V.
Project Sierra Four Srl	Sierra Developments, SGPS, S.A.
Project Sierra Spain 1 B.V.	Sierra Enplanta Ltda
Project Sierra Spain 2 B.V.	Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.
Project Sierra Spain 2-Centro Comer. SA	Sierra Germany GmbH
Project Sierra Spain 3 B.V.	Sierra GP Limited
Project Sierra Spain 3-Centro Comer. SA	Sierra Greece, S.A.
Project Sierra Two Srl	Sierra Investimentos Brasil Ltda
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Investments (Holland) 1 B.V.
Quorum Corretores de Seguros Ltda	Sierra Investments (Holland) 2 B.V.
Racionaliz. y Manufact.Florestales,SA	Sierra Investments Holding B.V.
Raso - Viagens e Turismo, S.A.	Sierra Investments SGPS, S.A.
Raso, SGPS, SA	Sierra Italy Holding B.V.
River Plaza BV	Sierra Italy Srl
River Plaza Mall, Srl	Sierra Management Germany GmbH
Rochester Real Estate,Limited	Sierra Management Italy S.r.l.
Ronfegen-Recursos Energéticos, Lda.	Sierra Management Romania, Srl
RSI Corretora de Seguros, Ltda	<b>Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.</b>
S.C. Microcom Doi Srl	Sierra Management, SGPS, S.A.
Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, SA	Sierra Portugal, S.A.
SC Aegean B.V.	Sierra Project Nürnberg BV
SC Assets SGPS, SA	Sierra Property Management Greece, SA
SC Finance BV	Sierra RE Greece BV
SC For -Serv.Form.e Desenv.R.H.,Unip.,Lda	Sierra Reval-PM Mark. and Consult., Inc
SC Mediterranean Cosmos B.V.	Sierra Romania Sh. Centers Services Srl
SC, SGPS, SA	Sierra Services Holland 2 BV
SC-Consultadoria,SA	Sierra Services Holland B.V.
SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,S.A	Sierra Solingen Holding GmbH
SCS Beheer,BV	Sierra Spain 2 Services, S.A.
SDSR - Sports Division 2, S.A.	Sierra Spain, Shop. Centers Serv.,S.A.U.
SDSR - Sports Division SR, S.A.	Sierra Spain, Shop. Centers Services, SL
Selifa-Empreendimentos Imobiliários,SA	Sierra Zenata Project B.V.
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária,SA	<b>SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.</b>
Sesagest-Proj.Gestão Imobiliária,SA	<b>SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.</b>
Sete e Meio - Invest. Consultadoria, SA	<b>SISTAVAC, S.A.</b>



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

SISTAVAC, SGPS, S.A.	Sonae Tafibra Benelux, BV
SISTAVAC-Sistemas HVAC-R do Brasil, Ltda	Sonae Turismo-SGPS,SA
SKK SRL	SONAECENTER SERVIÇOS, SA
SKK-Central de Distr.,SA	Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos
SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos	Sonaerp - Retail Properties, SA
Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,SA	SONAESR - Serviços e logística, SA
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	Sondis Imobiliária,SA
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	Sontaria-Empreend.Imobiliários,SA
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	Sontel BV
<b>Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.</b>	Sontur BV
<b>Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.</b>	Sonvecap BV
Soconstrução BV	Sopair, S.A.
Sodesa, S.A.	Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist
Soflorin, BV	Soternix-Produção de Energia, ACE
<b>Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.</b>	Spanboard Products,Ltd
Solinca - Eventos e Catering, SA	SPF- Sierra Portugal
Solinca - Health and Fitness, SA	Spinarq Moçambique, Lda
<b>Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.</b>	Spinarq-Engenharia,Energia e Ambiente,SA
Solinfitness - Club Malaga, S.L.	Spinveste - Promoção Imobiliária, SA
Solingen Shopping Center GmbH	Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,SA
SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA	Sport TV Portugal, SA
Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,SA	Sport Zone Canárias
Somit Imobiliária,SA	Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA
Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA	Sport Zone Turquia
Sonae Capital Brasil, Lda	Spred, SGPS, SA
Sonae Capital,SGPS, S.A.	Tableros Tradema,S.L.
Sonae Center Serviços II, SA	Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas,SL
Sonae Center Serviços, S.A.	Tafibra Suisse, SA
Sonae Financial Services, S.A.	Tafisa Canadá Societé en Commandite
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,SA	Tafisa Développement
Sonae Indústria - Management Services,SA	Tafisa France, SA
<b>Sonae Indústria – SGPS, S.A.</b>	Tafisa Investissement
Sonae Industria (UK),Ltd	Tafisa Participation
Sonae Industria de Revestimentos, S.A.	Tafisa UK,Ltd
Sonae Investimentos, SGPS, SA	Tafisa-Tableros de Fibras, SA
Sonae Investments,BV	Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos,SL
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	Tecmasa Reciclados de Andalucia, S.L.
Sonae Novobord (PTY) Ltd	Teconologias del Medio Ambiente,SA
Sonae RE, S.A.	Teliz Holding B.V.
Sonae Retalho Espana-Servicios Gen.,SA	Textil do Marco,SA
Sonae SGPS, SA	The Artist Porto Hot.&Bistrô-Act.Hot.,SA
Sonae Sierra Brasil SA	TLANTIC B.V.
Sonae Sierra Brazil B.V.	Tlantic Portugal-Sist. de Informação, SA
Sonae Sierra, SGPS, S.A.	Tlantic Sistemas de Informação Ltdª



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Todos os Dias-Com.Ret.Expl.C.Comer.,S.A.	Vuelta Omega, S.L.
Tool Gmbh	Weierstadt Shopping BV
Torre Ocidente, Imobiliária,SA	World Trade Center Porto, S.A.
Torre São Gabriel-Imobiliária,SA	Worten Canárias
Troia Market-Supermercados, S.A.	Worten España Distribución, SL
Troia Natura, S.A.	Worten-Equipamento para o Lar,SA
Troiareort-Investimentos Turísticos, SA	ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A.
Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob.,SA	ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA
Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Zippy Turquia
<b>Unipress – Centro Gráfico, Lda</b>	Zon Audiovisuais, SGPS
Unishopping Administradora Ltda.	Zon Cinemas, SGPS
Unishopping Consultoria Imob. Ltda.	ZON Finance BV
Upstar Comunicações SA	ZON III-COMUNICAÇ ELETRÓN SA
Urbisedas-Imobiliária das Sedas,SA	ZON II-SERVIÇOS TELEVISÃO,SA
Valecenter Srl	Zon TV Cabo SGPS SA
VALORN, S.A.	Zon TV Cabo, SA
Via Catarina- Centro Comercial, S.A.	Zubiarte Inversiones Inmob,SA
Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.	ZYEVLUTION-Invest.Desenv.,SA
Vistas do Freixo-Emp.Tur.Imobiliários,SA	

A Sonaecom SGPS está admitida à negociação na Euronext Stock Exchange.


Informação sobre a sociedade pode também ser consultada na Reuters através do símbolo SNC.LS e na Bloomberg através do símbolo SNC:PL.

## ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de fatores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação do setor das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificadas por palavras tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projeta”, “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as nossas expectativas atuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projetados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não assumimos nenhuma obrigação de atualizar qualquer informação ou indicação futura.



Relatório disponível no website da Sonaecom  
[www.sonae.com](http://www.sonae.com)

### Contacto para os Investidores

Carlos Alberto Silva  
[carlos.alberto.silva@sonae.com](mailto:carlos.alberto.silva@sonae.com)

Maria Helena Almeida  
[maria.almeida@sonae.com](mailto:maria.almeida@sonae.com)

Sonaecom, SGPS, S.A.

Edifício 1.A

Lugar do Espido - Via Norte

4471-909 Maia